

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Luiz Antônio Chaves de Oliveira

**O Patrimônio para além da *Pedra e Cal*:
um estudo sobre usos e apropriações da cidade**

Recife
ABRIL/2007

Luiz Antônio Chaves de Oliveira

**O Patrimônio para além da *Pedra e Cal*:
um estudo sobre usos e apropriações da cidade**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia de Universidade Federal de
Pernambuco sob orientação do Prof. Dr.
Antônio Carlos Motta de Lima.

Recife

ABRIL/2007

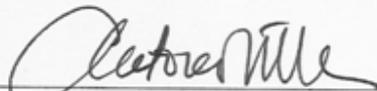
LUIZ ANTÔNIO CHAVES DE OLIVEIRA

**O PATRIMÔNIO PARA ALÉM DA PEDRA E CAL: UM ESTUDO SOBRE USOS
E APROPRIAÇÕES DA CIDADE**

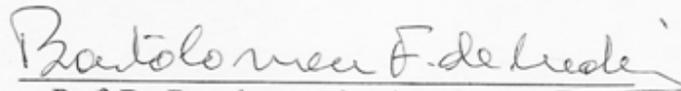
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 28/05/ 2007.

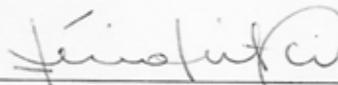
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Carlos Motta de Lima
(Orientadora/UFPE)



Prof. Dr. Bartolomeu Figueiroa de Medeiros
(Examinador Titular Interno/UFPE)



Prof. Dra. Lúcia Leitão Santos
(Examinador Titular Externo – UFPEMDU)

Oliveira, Luiz Antônio Chaves de

O Patrimônio para além da Pedra e Cal : um estudo sobre usos e apropriações da cidade. – Recife: O Autor, 2007.

186 folhas : il., imagens

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia. Recife, 2007.

Inclui: bibliografia e anexos

1. Patrimônio. 2. Patrimonialização. 3. Patrimonietarização. 4 Patrimônio Cultural – Pernambuco – Discursos – Imprensa. 5. Patrimônio como Produção Social. 6. Práticas de intervenção urbana. 7. Apropriações. 8. Bairro de São José – Centro Histórico – Recife (PE). I. Título.

**351.853
363.69**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2007/55**

*A Joseci Barbosa de Oliveira e
Antônio Batista Sobrinho, os
melhores e que estarão sempre vivos
no homem que me tornei.*

Agradecimentos

Não posso afirmar que todo trabalho desta natureza (estudo, pesquisa, dissertação ou qualquer outro nome que se possa dar) seja sempre um trabalho coletivo. Sei apenas que este que estou apresentando não seria possível sem a participação de uma série de pessoas. O primeiro grupo ao qual dedicarei meus agradecimentos é a um certo número de professores do Departamento de História, onde me graduei, e da Pós-Graduação em Antropologia, que conheci e convivi nos últimos dois anos. Muitos sequer desconfiam que estão sendo agradecidos pelo papel que tiveram em minha formação, quem sabe através de uma maior convivência, terei a oportunidade futura de externar pessoalmente meus agradecimentos. Alguns daqueles para quem estou rendendo agradecimentos participaram de minha formação de forma mais afetiva, outros de forma mais impessoal e até sisuda, há aqueles a quem devo agradecimentos cujo convívio foi mesmo tenso. Mas, nenhum menos importante para minha formação acadêmica.

Dentro deste grupo de professores tenho que destacar o professor Antônio Motta, não pela simples obrigação de agradecer ao orientador (enquanto um papel a ser cumprido). Destaco-o pela qualidade da orientação discutindo comigo, aberta e amplamente, sobre os temas relacionados a esta pesquisa, orientando a pesquisa em termos de etapas, possibilidades e limites, dedicando seu tempo à leitura crítica de tudo que eu produzia, preocupando-se com a indicação bibliográfica e sempre disponibilizando livros de sua biblioteca pessoal. Agradeço pela confiança depositada e, conseqüentemente, pela liberdade na condução e produção do estudo. Mas sobretudo, agradeço pelos incentivos profissionais e pessoais.

Agradeço aos funcionários UFPE que com seu trabalho tornam possível e minimamente confortável o convívio e a permanência nas dependências desta instituição. Agradeço, especialmente, à minha querida Regina, por quem nutro um carinho especial e, à Miúda que durante todo o mestrado supriu minha dependência química por café.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa, esse pequeno detalhe sem o qual eu não faria o mestrado.

Há, ainda, dois grupos de pessoas que foram imprescindíveis. Sem as quais muito pouco ou nada do que apresento seria possível. Agradeço aos funcionários e funcionárias, dos diversos órgãos municipais, estaduais e federal (IPHAN), com os quais contei para realizar esta pesquisa. Alguns concedendo entrevistas, outros conversando, outros abrindo as portas para o acesso aos arquivos, documentos e informações. Agradeço aos homens e mulheres que, na sua vida cotidiana no bairro de São José e alguns de Santo Antônio, tiveram a gentileza de me falar e contar sobre si mesmos. Foram ambulantes, comerciantes, guardadores de carros, moradores, transeuntes, expectadores de shows que, como será visto por quem leia esta dissertação, constituem, também, a própria matéria da pesquisa.

Começarei agora um bloco de agradecimento fraterno e afetivo. Agradecimento à minha família que se compõe de familiares com os quais nasci ligado e familiares que encontrei pelo mundo e aos quais escolhi me ligar.

Sempre prezei por privacidade, jamais fui dado aos grandes grupos, nem mesmo grupos de amigos. Minha tolerância à aglomeração, em geral, está abaixo da média. Quase nunca junto os diferentes grupos de amigos que conquistei pelos diferentes lugares por onde me detive (não sei fazer amigos por onde passo, simplesmente. É preciso me deter). E apesar desta preferência por estar só ou na companhia de poucas pessoas, nunca tive a oportunidade de me sentir só. Jamais fui o mais popular mas, ao contrario do que possa

parecer não tenho poucos amigos, não para o tipo de relação que considero amizade. Em geral não ligo ou saio com frequência com estes meus amigos (embora alguns reclamem) e ainda assim, todos eles sabem que podem contar comigo da mesma forma que conto com eles. Gosto de sentir a íntima certeza de que por mais isolado que eu pareça ter ficado, sobretudo na fase final deste mestrado, todos estes grandes e bons amigos estiveram ao meu lado torcendo por mim, escutando (pois às vezes sentimos uma necessidade irrefreável de falar), o que para alguns deles devia ser um blábláblá interminável, fruto de uma fixação (neurótica) do trabalho de pesquisa, telefonando de vez em quando para perguntar se eu precisava sair para relaxar. Durante todo este processo senti o desejo quase palpável, deles, pelo meu sucesso. A ordem dos agradecimentos não reflete maior ou menor estima há muito pouca ou nenhuma distinção entre os grandes e bons amigos.

Agradeço aos colegas de mestrado, houve leveza entre nós. Brindaremos à gaiatice de Chuchu, à simpatia de Roberto e Fabiana, à loucura de Ernesto, à franqueza de Geórgia, ao silêncio de Wanda, à confusão criativa de Tiago, à maternidade e afeição de Dani, à placidez de Alexandre e à compreensão de Carmem. Brindarei a parte, pelo muito que estimo e pelo muito que troquei, à lealdade do Sr. Normando. Amigo recente, de uma cepa especial e cuja amizade envelhecerá cuidadosamente em barris de nobre madeira. Discutimos e debatemos nossos temas, lemos e colaboramos com a produção um do outro. Sr. Normando a você, aquele abraço!

Agradeço à Vanessa Maschio que, com Normando e eu, trocamos bibliografia e debatemos textos em agradáveis e frutíferos encontros. Agradeço à Natália Barros e seu companheiro Alexandre, pela torcida e pelos livros emprestados. Agradeço a Humberto pela torcida, pelas conversas, conselhos e incentivos. Agradeço a Taciana e Flavinho dupla impagável de amigos cujo humor contagia. Como encarava melhor os compromissos e o

computador depois dos nossos encontros! Agradeço a Aluizio, meu caro Maguinho, por toda ajuda, pelos vários livros, pela torcida e pela sincera amizade e respeito que sei que ele tem por mim. Aos poucos amigos, dos muitos bons colegas, da graduação: Nilson, Mário, Samantha, Edmilson, Cyra, Alexandre e Ana Paula. A vocês, apesar dos poucos encontros sei que continuamos juntos, meus verdadeiros agradecimentos.

Agradeço aos amigos da PROPESQ-UFPE que, alguns, ultrapassaram a fronteira do coleguismo e da amizade de trabalho e, hoje, conto entre os meus poucos bons e grades amigos. Agradeço também pelo trabalho que realizam não deixando a bolsa atrasar e pelo financiamento de transporte e inscrição em eventos.

Um agradecimento profundo para aqueles que há dez anos vem sendo a minha *TRUPE*, pelas nossas histórias, pelos muitos risos e abraços fraternos, pela torcida sincera e, pela loucura saudável que me equilibra em contraposição a minha seriedade e chatice, quase perenes, meu muito obrigado. À Ju e Eufra pela presença e *querer bem* sempre constantes.

A toda minha família, agora aqueles com os quais nasci, meus tios e tias, primos e primas, irmão e mãe. Tenho dificuldade de me reconhecer sem vocês e confesso, que a distância dos últimos tempos não tem sido fácil de superar. A vocês, muito obrigado. Minha mãe merece agradecimento especial pelo carinho e pela ajuda (de toda natureza) constante que mesmo hoje, ainda, oferta.

O agradecimento que faço agora é para aquela única pessoa da minha família que já não sei distinguir se escolhi ou nasci para ser ligado. À Carolina Cahu (Carol), sem dúvida a pessoa a quem mais devo (agradecimentos e desculpas) hoje em dia. Agradeço pelo simples convívio, pelo bom dia de cada dia; agradeço pelo apoio total; pela paciência, nem eu sei como deve ser difícil me agüentar; por todo carinho, sinceridade e cumplicidade;

pelos planos de futuro que compartilhamos e que nos alimentam; pelas leituras e correções que fez dos meus textos; pelo ânimo e pela força; por todas as trocas que temos feito; por estarmos juntos sem deixarmos de ser o que sempre fomos; pela torcida, pela amizade e pelo respeito. Agradeço por nossa parceria.

Resumo

Esta dissertação reflete sobre o Patrimônio Cultural enquanto um construto discursivo e uma categoria analítica para a gestão urbana. Na reflexão sobre o Patrimônio Cultural, enquanto um construto discursivo, busco situar o Patrimônio como produção social. Com isso, tento mitigar a objetificação conceitual que encerra um sistema e uma hierarquia de valores imanes em torno da “idéia de patrimônio”. Na reflexão sobre o Patrimônio Cultural enquanto uma categoria analítica, busco rever algumas práticas e ações ligadas aos bens patrimoniais apontando incongruências de tais práticas, em relação às dinâmicas sociais urbanas. Esta dissertação tem como base empírica os discursos (difundidos em diversos meios de comunicação) de alguns intelectuais pernambucanos que foram sujeitos fundamentais na construção da idéia e dos valores do Patrimônio Cultural Pernambucano; e o Bairro de São José que compõe o “centro histórico” da cidade do Recife e cujo “valor” histórico-cultural é amplamente difundido. Neste sentido, procuro discutir que valores e sentidos foram vinculados ao Patrimônio Cultural pernambucano; e que divergências podem ser apontadas entre as práticas patrimoniais, de gestão urbana, e a cotidianidade das dinâmicas urbanas.

Palavras chaves

Patrimônio, Patrimonialização, “Patrimonetarização”, Cotidianidade, Apropriação, Intervenções Urbanas

Abstract

This dissertation reflects on Cultural Heritage as a discursive construction and an analytical category for urban administration. On the reflection about Cultural Heritage as a discursive construction, I search to set up the Cultural Heritage as a social production and so I try to mitigate the objectification in which support a system and a hierarchy of *immanente* values around Cultural Heritage. On the reflections about Cultural Heritage as an analytical category, I search to review some practices and actions tied to the Cultural Heritage pointing to the divergences in relation to social urban dynamics. This analysis has as empirical base the speeches (spread out by several means of media) of some intellectuals from Pernambuco who had been very important on the construction of the idea and values of Cultural Heritage of Pernambuco; and São José neighborhood which is part of the historical center of Recife and whose historic value is widely spread. On this way, I try to argue which values and meanings had been tied to the Cultural Heritage of Pernambuco and which divergences could be pointed between practices of urban administration in relation to the quotidian of citizens in the urban dynamic.

Keys words

Cultural Heritage, “Patrimonialização”, “ Patrimonetarização ”, Quotidian, Appropriation, Urban Interventions

Lista de Imagens

Imagem 01.	Foto de Satélite correspondente ao Bairro de Santo Antônio e à maior parte do bairro de São José com indicação dos limites da Área de Estudo desta pesquisa	24
Imagem 02.	Rua das Calçadas, imediações da praça Dom Vital/ Foto do autor, 2006	112
Imagem 03.	Movimento no Beco do Cirigado/ Foto do autor, 2006	123
Imagem 04.	Antigo ponto de serviços de costura e conserto de bolsas e cintos no Beco do Cirigado/ Foto do autor, 2006	123
Imagem 05.	Ponto de comércio no Beco do Marroquim/ Foto do autor, 2006	123
Imagem 07.	Visão parcial do pátio da Igreja de São José do Ribamar/ Foto do autor, 2006	130
Imagem 08.	Foto da escadaria da Igreja de São José do Ribamar/ Foto do autor, 2006	130
Imagem 09.	Comércio no entorno do Mercado de São José/ Foto do autor, 2006	142
Imagem 10.	Igreja de São Pedro dos Clérigos/ Foto do autor, 2006	152

SUMÁRIO

Introdução	15
1 Do patrimônio à “patrimonetarização”	27
A construção de um conceito.....	29
O Patrimônio no Brasil.....	43
Patrimonetarização: uma nova estratégia.....	52
2 Cidade e saudades: discursos e categorias patrimonializantes	59
O novo da modernidade.....	64
O passado dourado.....	70
A valorização das edificações do passado.....	81
São José último tesouro do Recife.....	92
3 Usos e práticas nos espaços	101
Questões do campo: outro Bairro de São José.....	105
O Camelô.....	108
“Se essa rua, se essa rua fosse minha...”.....	113
Última canção do beco: um beco de cultura.....	124

Pátio de São José do Ribamar.....	131
Mercado de São José.....	143
O Pátio de São Pedro: Hoje tem espetáculo? Tem sim senhor.....	153
Considerações Finais.....	162
Referências Bibliográficas.....	171
Anexos.....	182

Introdução

Nas últimas décadas o Recife tem sido palco de intervenções urbanas orientadas pelas diretrizes do chamado *planejamento estratégico*¹ (concretamente exemplificadas no Pátio de São Pedro e no Bairro do Recife – Pólo Bom Jesus e Pólo Alfândega). Recentemente, também foi anunciado um projeto de reestruturação urbana (Complexo Turístico Cultural Recife / Olinda²) a partir do qual serão viabilizadas e orientadas as intervenções urbanas no Recife, nos próximos anos.

Com efeito, a orientação das intervenções, a partir do modelo *planejamento estratégico* e seus quadros e pressupostos teóricos, implicaria em uma concentração de ações no sentido de efetuar investimentos em infra-estrutura de comunicação (aeroportos, telecomunicações, infra-estrutura de internacionalização da economia); ampliação do setor terciário (setor hoteleiro, centros de pesquisa, estabelecimentos de ensino); melhoria da qualidade de vida (maior oferta cultural, clima agradável, bom ambiente urbano); e na propagação de uma boa imagem internacional da cidade. Esta “receita” recomendada, a partir de estudos e intervenções em cidades europeias e da América do Norte, tem tomado a forma, na voz de muitos gestores, empreendedores e urbanistas, de uma irresistível “solução” para os problemas urbanos. Aqui no Brasil, na prática, o *planejamento estratégico* tem se desenvolvido de forma tendenciosa,

¹ CASTELLS, Manuel. *A questão Urbana*. 1ª reimpressão Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002; HALL, Peter. *As cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995; HARVEY, David. *Espaços da Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

² Trata-se de um projeto de “requalificação” urbana que abrangerá uma faixa urbana que vai da Bacia do Pina no Recife até a área do coqueiral de Olinda (aproximadamente 8 km). O projeto prevê mudanças nas estratégias de usos de diversos espaços desse trecho (Porto do Recife, Vila da marinha, Istmo de Olinda, Antiga Fábrica Tacaruna, etc.) direcionando a área para uma especialização no setor turístico-cultural.

concentrando seus esforços, quase com exclusividade, nas questões da “boa imagem” da cidade, a partir da ênfase cultural e turística.

É esta ligação enfática entre gestão e “desenvolvimento” urbano com a cultura e o turismo que arrasta para uma posição central desta discussão o “Patrimônio Cultural”, por exemplo. Os teóricos do *planejamento estratégico* têm freqüentemente afirmado que um dos alicerces para “alavancar”³ o “desenvolvimento” urbano é a geração de um “consenso” a respeito da necessidade de intervenções urbanas. Tal consenso tem sido buscado na produção e propalação da sensação de crise (econômica, social e urbana) para a população urbana e; através da *isca cultural*⁴. A defesa e o estímulo à cultura, como por exemplo, na forma de preservação e restauração dos bens culturais edificados, tem sido usados como um escudo de defesa contra qualquer crítica ou dissenso em relação ao modelo e à necessidade da intervenção. A *isca cultural* funciona a partir de uma hipertrofia do valor, da relevância e da importância da cultura e do “patrimônio” como elementos fundamentais que são estendidos para toda a população e para as possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico⁵. Neste sentido, por exemplo, a defesa do “patrimônio” e da cultura justificaria o realce da segregação espacial e da *gentrificação* decorrentes da “ativação econômica” e da “melhoria da imagem” internacional da cidade. Também justificaria as mudanças (substituições) dos usos e dos usuários dos espaços calcadas num planejamento que, geralmente, tem desconsiderado tanto os usos quanto os usuários estabelecidos e ligados aos espaços a partir de suas ações e dinâmicas urbanas cotidianas.

³ Uma aproximação do neologismo americano – *to leverage*, usado para significar o movimento de impulso de crescimento (recuperação) econômico a partir da intervenção urbana.

⁴ ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11 - 74

⁵ Ficarà para um trabalho futuro o exame da componente social deste desenvolvimento pretendido pelo *planejamento estratégico*, no Brasil.

A crítica a este modelo de intervenção e gestão urbanística tem se dado através da análise e crítica de suas conseqüências em intervenções urbanas concretizadas⁶; assim como da crítica filosófica sobre as cidades e sobre as teorias do urbanismo⁷ e; da análise do uso e da interferência deste modelo sobre o “patrimônio” e sobre a cultura⁸. Tais análises têm em comum o fato de procurar mitigar o pretendido consenso em torno deste modelo urbanístico, consenso esse que tem garantido a hegemonia discursiva e prática desta corrente de gestão e planejamento das cidades.

Inserido no contexto geral dessas discussões, este trabalho busca, de forma crítica, refletir sobre uma produção discursiva dirigida às cidades e suas intervenções urbanísticas. Por isso mesmo, nossa proposta é de um trabalho propedêutico, que busca refletir sobre o aproveitamento do discurso do “patrimônio” para a construção e argumentação do consenso em torno dos planos de “requalificação urbana”. Diferente de uma grande parte de trabalhos que opõem diretamente as legendas, “patrimônio” e “requalificação urbana” (nos moldes do *planejamento estratégico*) como por exemplo o trabalho de Lia Motta⁹, que critica o *planejamento estratégico*, entre outros motivos, por sua interferência negativa contra os “valores” (de documento histórico por exemplo) e necessidades de preservação do “Patrimônio Cultural”, o que se busca, aqui, é desmobilizar o

⁶ HARVEY, David. *Espaços da Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004; LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Editora da UFS, 2004; MELO, Júlia Morim de. *Mais além da Rua do Bom Jesus: a revitalização do Bairro do Recife, as pessoas e outros usos do local*. 2003. Dissertação de Mestrado em Antropologia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

⁷ ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2002; CARVALHO, M de. A cidade global: anotações críticas de um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 70 – 82, 2000. Disponível em: www.scielo.br/revistas/spp/paboutj.htm Acesso em: 22 novembro 2004; HARVEY, David. *Espaços da Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004; LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 2001; Idem. *A revolução urbana*. 2ª reimpressão - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

⁸ MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000; OLIVEIRA, Marcelo Nahuz de. Avenida Paulista: a produção de uma paisagem de poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

⁹ MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

absolutismo atribuído a tais valores a fim de repensá-los como elementos discursivos importantes para a construção deste tipo de consenso.

Deste modo, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (agora dito, simplesmente, Patrimônio Cultural) como, atualmente, está posto e estabelecido no Brasil, se refere a um conjunto ou coleção de bens (materiais e imateriais) que portam em si mesmos, referências à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. E neste caso, não apenas a definição mas, também as considerações e práticas voltadas para o “Patrimônio Cultural” realizam objetificações não só do patrimônio, da história, da cultura e da arte mas, também, dos próprios “valores” atribuídos a estes conceitos. Esta objetificação é, ao mesmo tempo, produto e produtora da imanência destes “valores” (identidade, memória, história, representatividade, estética, autenticidade, etc). Até a última década, tinha-se como tônica discursiva a relação que se deve estabelecer entre “população” e “seu patrimônio”, orientada por posturas tais como admiração, reverência e respeito. Tais posturas advinham da premissa básica de que através dos objetos, a coletividade se reconheceria ou deveria se reconhecer (de forma generalizada) por meio desses valores que lhe seriam caros e até necessários. Esse reconhecimento é tido, teoricamente, como natural e evidente, posto que deveria emanar da própria “coletividade” e “refletir” a mesma. Entretanto, neste trabalho, a abusiva “ontologização” de tais valores será posta em dúvida.

Uma vez que, para efeitos práticos (legais) o que de fato era indispensável para a constituição de um bem patrimonial era que este reconhecimento fosse normatizado ou formalizado pelo “Estado” (IPHAN) pois, em última instância, competia a ele estabelecer determinado bem como sendo ou não parte do “Patrimônio Cultural”. Esta necessidade de intermédio do Estado acusava, desde o principio, a falibilidade dos conceitos e preceitos que

estabelecem o “Patrimônio Cultural” como algo dado em si mesmo e com essências características e absolutas.

Diferente do que possa parecer a princípio, não pretendo eliminar a ação de conservação e preservação dos bens patrimoniais, tampouco estou me referindo a uma desregulamentação da proteção dos mesmos. O que estou buscando enunciar é que a criação / construção do “Patrimônio” é resultado de interesses específicos do Estado, pois o “Patrimônio” lhe serve como referência para o reconhecimento de autenticidade e materialidade; de segmentos da “intelectualidade” que, vêm no patrimônio a materialização de seus campos de ação (social, simbólico, cultural, histórico, arqueológico, antropológico, artístico, etc.) e; de parcelas, mais ou menos amplas, da população nacional que, paulatinamente, teriam agregando e assumindo para si os “valores” afirmados pelo Estado e pela “intelectualidade”. Esta relativização dos valores culturais teria implicações sobre a construção de consensos para justificar as intervenções urbanas. Isto porque parte da população não se incluiria entre aqueles que reconhecem e referendam os valores de determinados bens. Desta forma, os planejadores e gestores estariam obrigados a negociar intervenções urbanas mais amplas em termos de atendimento a uma diversidade maior de demandas.

A hipótese geral que norteia o meu raciocínio, e que deve ser tida como a ligação entre os capítulos que se seguem, é a de que existe um hiato entre a noção de patrimônio, tal como ela foi concebida nos discursos de alguns intelectuais e as ações e práticas dos usuários urbanos dos espaços e dos bens patrimoniais. Para isso, privilegiei como unidade empiricamente observável o bairro de São José (área de estudo específica que será indicada mais adiante), sendo, na medida do possível, posta em confronto com os discursos patrimoniais. O que existe em comum entre as práticas cotidianas dos indivíduos de São José com a noção de patrimônio sedimentada nos discursos sobre o Recife? Até que ponto determinadas categorias éticas, ligadas ao passado,

tradição, cultura, etc. refletem ou se projetam para um encontro com as mediações estabelecidas pelos indivíduos através de suas dinâmicas sociais urbanas? Estas são questões fundamentais que mobilizam as articulações e raciocínio deste trabalho e que iram aparecer difusas nos capítulos que ora passamos a apresentar.

Num primeiro momento, para viabilizar a análise deste envolvimento entre o urbanismo e o “Patrimônio Cultural”, busco analisar um corpus discursivo que liga o conceito de patrimônio com os usos e práticas cotidianos de espaços urbanos.

Assim é que no primeiro capítulo, intitulado *Do patrimônio à “patrimonietarização”*, procuro apresentar uma narrativa da construção e das ampliações do conceito de patrimônio. Inicialmente, abordo a construção deste conceito a partir das ações e produções de alguns dos sujeitos de maior influência para o estabelecimento de um quadro teórico-metodológico e discursivo. Sujeitos que contribuíram para a fixação da noção de patrimônio histórico-cultural e de uma abordagem científica (pautada pela imanência e emanência de valores) para o dito “patrimônio”. Num segundo momento tento analisar o processo de implantação e adequação do conceito e do seu quadro referencial, desenvolvidos na Europa, para o contexto brasileiro. Vale a pena ressaltar que, no Brasil, houve um desenvolvimento deste conceito pautado pelos “projetos” de nação que o “Estado Brasileiro” procurou (procura ainda) desenvolver e por em prática em diferentes momentos da trajetória histórica que construiu. O terceiro e último momento do capítulo referido discute o processo de ampliação do conceito e das expectativas em torno do patrimônio nos últimos trinta (30) ou quarenta (40) anos, período chave para se compreender tanto a ligação do “patrimônio” com o urbanismo, quanto para entender a ligação entre estes (urbanismo e patrimônio) com o mercado de capitais e com a rede de consumo cultural.

O segundo capítulo, *Cidade e saudades: discursos e categorias patrimonializantes*, traz um direcionamento do processo de estabelecimento do conceito e dos “valores patrimoniais” para

o caso pernambucano. Para tal, proponho uma análise de discursos que procuraram construir um entendimento e os “valores” do “patrimônio” (da cultura e da história) pernambucano. Especificamente, concentro a análise sobre os discursos, das décadas de 1920 e 1930, efetuados por alguns intelectuais pernambucanos (Gilberto Freyre e Mario Sette) que foram fundamentais para o assentamento da valorização do passado, da história, da arquitetura e da cultura estadual e regional (quicá nacional). Como oposições complementares para esta valorização apresento, também, discursos de Joaquim Inojosa, um dos principais articuladores das concepções modernistas (futuristas) em Pernambuco. O primeiro momento deste capítulo procura apresentar como se elaborou, nas décadas de 1920 e 1930, uma imagem da chamada modernidade na qual ela se apresenta como algoz do “passado”, da “tradição”, da “cultura” isso ao mesmo tempo em que se apresenta como algo inevitável e como o “progresso”. O momento que se segue pontua sobre como, discursivamente, sobretudo em Freyre, se estabelece uma visão “dourada” do passado. Este passado se apresenta como um tempo ideal e livre das “mazelas” da dita modernidade. O terceiro tópico deste mesmo capítulo se dedica a mostrar o processo de valorização de bens, objetos e edificações, pernambucanos. O último tópico busca analisar como se construiu a imagem do Bairro de São José como um dos últimos bastiões de defesa da história, cultura e identidade pernambucanas.

Desta forma encerro um primeiro bloco de análise cujo “campo empírico” é, prioritariamente, o campo discursivo e passo para um segundo bloco no qual a ênfase se deslocará para um campo empírico espacial (não estou afirmando, aqui, uma cisão. Prática, discurso, ação, imaginação não são elementos isoláveis). Um primeiro ponto a ser precisado diz respeito ao delineamento deste campo empírico espacial (área de estudo).

Antes mesmo, deste estudo tomar forma de um projeto de pesquisa minimamente consistente, andei às voltas com a possibilidade (irreal para o tempo hábil de um mestrado e para

a demanda de trabalho sobre um único pesquisador) de trabalhar o cotidiano dos bairros de São José e Santo Antônio. Somente a prática da pesquisa me permitiu uma noção mais clara dos desafios e das possibilidades a serem enfrentados. Nas caminhadas de observação e mapeamento do campo, vi que só conseguia cobrir, por dia, alguns pequenos setores dos bairros e ainda assim com grandes lacunas. Rapidamente admiti que este campo tinha maiores proporções que as que, efetivamente, eu poderia abarcar. Tal constatação me obrigou a reduzir o campo de pesquisa, deslocando o foco de interesse apenas para o bairro de São José. Tal decisão foi tomada, entre outros motivos, por avaliações de informações que já reunia. Por exemplo: o quantitativo populacional residente nos dois bairros (São José com milhares de residentes e Santo Antônio com algumas centenas apenas) somado à configuração morfológica predominante das edificações em cada um dos bairros (São José composto majoritariamente por edificações de baixo gabarito e poucos pavimentos (83,35% dos imóveis têm até quatro (4) pavimentos), Santo Antônio composto majoritariamente (78,18%) por edificações de cinco (5) pavimentos ou mais). Estas informações me davam a clara impressão que realizar a pesquisa no bairro de São José oferecia vantagens práticas para o trabalho no que diz respeito às possibilidades de identificação e contato com residentes.

Mais tarde eu descobriria que, mesmo optando por esta redução, ainda se abria um leque extremamente amplo de questões que tornavam o trabalho muito disperso. Isso me obrigaria a reformular os limites do campo. Antes de chegar à delimitação da área de estudo, me foi posto um problema referente aos limites e fronteiras do bairro de São José. As plantas que tinha em mãos, na época, apresentavam uma imprecisão quanto à fronteira entre Santo Antônio e São José. Esta imprecisão aumentou quando parti para a consulta aos usuários e residentes sobre os limites dos bairros, em um dos casos o mercado de São José pertencia a Santo Antônio. A atual postura dos órgãos oficiais de trabalhar por zoneamento, apesar das vantagens (flexibilidade e maior

precisão) que trazem para o mapeamento de questões urbanas específicas, representou uma dificuldade para a delimitação das “fronteiras” que eu buscava. Nestas circunstâncias, a divisão dos bairros fica subsumida na delimitação das RPAs¹⁰ e o enfoque nos zoneamentos em determinado momento “unifica” trechos de diferentes bairros (Caso da ZEPH¹¹ que une parte de São José ao bairro de Santo Antônio) ou ao contrário, aparta trechos do bairro consubstanciando um rótulo / identidade separadamente do bairro (São os casos das ZEIS¹² em São José. As comunidades carentes estabelecidas têm identidades social e morfológica próprias e uma identificação oficial confusa quanto à nomenclatura e limites destas comunidades).

Os recortes espaciais seguiram na tentativa de melhor focalizar as questões relacionadas, diretamente, à temática do patrimônio cultural. Neste ponto a área de estudo ficou mais bem dimensionada para os trabalhos da pesquisa. Optei por uma delimitação baseada na presença (concentração) de bens tombados e na sugestão morfológica da malha urbana. A área de estudo se delimitou como um trecho dos bairros (cujas maior parte fica localizada em São José) que insinua uma certa “unidade / identidade” morfológica. A área de estudo desta pesquisa é o espaço que se inscreve no polígono formado pela rua Cais de Santa Rita até a travessa do Arsenal de Guerra, onde deflete à esquerda até a avenida Nossa Senhora do Carmo que segue até encontrar a avenida Dantas Barreto nesta, deflete à esquerda e segue até encontrar a rua São João onde, deflete mais uma vez à esquerda até encontrar a Travessa do Forte que segue até a rua Cais de Santa Rita na qual começamos o traçado.

¹⁰ Regiões Político-Administrativas.

¹¹ ZEPH – Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

¹² ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social



Imagem 01 – Foto de Satélite correspondente ao Bairro de Santo Antônio e à maior parte do bairro de São José.
Os limites da Área de Estudo desta pesquisa estão, aproximadamente, indicados pela linha negra.
Imagem cedida por Vanessa Maschio.

A partir da delimitação da área de estudo iniciei as incursões no intuito de “mergulhar” na cotidianidade daquele trecho do bairro e dos seus usuários, sobretudo dos residentes. Mas, em um centro cujo uso residencial do espaço definiu, numericamente, em detrimento do incremento do uso comercial (bem como pelas mudanças dos padrões desejados para habitação), onde os moradores que ainda restam, em sua maioria, permanecem com suas portas e janelas fechadas alegando insegurança, torna-se difícil acompanhar de perto o cotidiano de indivíduos bem identificados e definidos. Dona Lídia moradora do Beco do Cotovelo mesmo tendo acompanhado de sua janela minha visita ao, Seu Manoel, seu vizinho não abriu as grades de sua casa para que eu a entrevistasse. Ela me dizia com ar amigável, “É meu filho é muito perigoso a gente abrir as portas”. E de fato não abriu. O contato (para a pesquisa) foi ainda mais dificultado devido ao uso misto de muitas edificações (comercial e residencial) e pela ausência de caracteres explícitos que diferenciasses edificações residenciais das comerciais. Somados, estes fatores realizam um bom trabalho de camuflagem dos acessos às moradias e aos moradores.

Tal situação obrigou-me a adotar (pois não consegui superá-la) uma observação cotidiana descentrada de indivíduos específicos mas, que prezasse pela observação e análise de pessoas em ação nos espaços. Procurando este cotidiano, observei as pessoas nas ruas e nos becos; os comerciantes ambulantes e suas táticas; o comércio no mercado de São José; as festas e os eventos culturais do pátio de São Pedro e, no Pátio de São José do Ribamar, o trabalho dos guardadores de carros (manobristas). Foi neste cotidiano urbano que procurei entender os apegos, desapegos e sentidos reclamados por aqueles que vivem a “cidade” e da “cidade”. Neste sentido perdi (temporariamente) a chance de realizar uma pesquisa que focasse não só a moradia mas, também, o residir num “Centro Histórico”. Em contra partida, me abriu a possibilidade de trabalhar de forma mais detida a vivência da rua.

Os “espaços” enumerados acima não foram escolhidos aleatoriamente contudo, a escolha não obedece a um requisito básico e único para todos eles. As circunstâncias e possibilidades da pesquisa é que determinaram que “espaços” seriam trabalhados. Ou seja, na medida em que eu identificava ações e táticas de apropriação ou de apego a algum “espaço” é que passava a me deter observando o espaço os sujeitos e as (rel)ações.

O terceiro capítulo, *Usos e práticas nos espaços*, desta dissertação pretende apresentar um entendimento sobre o bairro de São José (área de estudo) a partir da cotidianidade urbana. Sem que tenha sido possível abarcar a totalidade do cotidiano, segue uma breve apresentação do bairro de São José e de um dos elementos fundamentais não só para este trabalho mas, para o cotidiano do bairro, *O camelô*. O terceiro tópico se dedica ao cotidiano das ruas (rua das Calçadas), seguido por considerações a respeito dos becos de São José (beco do Marroquim e beco do Cirigado). O quinto tópico tece comentários a partir da observação dos usos e apropriações do espaço urbano realizado por guardadores de carro no Pátio de São José do Ribamar. Os dois últimos tópicos abordam respectivamente o Mercado de São José e o Pátio de São Pedro (único equipamento urbano da área de estudo localizado no bairro de Santo Antônio) nestes tópicos procuro analisar a inserção destes equipamentos nas políticas públicas de promoção cultural e turística em relação à inserção dos mesmos no cotidiano urbano do bairro de São José.

1. Do patrimônio à “patrimonetarização”

“Meu *alter ego* acreditava
na invenção ou descobrimento de metáforas novas;
eu, nas que correspondem a afinidades íntimas e notórias
e que nossa imaginação já aceitou.
A velhice dos homens e o ocaso, os sonhos e a vida,
o correr do tempo e da água.”
Jorge Luis Borges

A maior parte dos estudos e reflexões sobre o “patrimônio cultural” e seus “bens”, desenvolvidos até a primeira metade do século XX, tem tratado deste “objeto” a partir de concepções de valores (valor histórico, valor de ancianidade, valor rememorativo, valor artístico, etc.) imanentes aos bens. Consideram que estes “objetos” têm em si características que emanam e suscitam reações nos “homens”. Nesta corrente são categóricos os estudos de John Ruskin (*The seven Lamps of Architecture*, publicado pela primeira vez em 1880¹³) e de Aloïs Riegl (*Der moderne Denkmalkultus*, publicado em Viena em 1903¹⁴). Estes trabalhos são muito importantes na medida em que, foram a base para as reflexões e argumentações teóricas da maior parte dos trabalhos acerca da preservação e conservação do patrimônio material. A atribuição de valores imanentes aos bens patrimoniais levou a algumas considerações que se estabeleceram com força de “verdade”: 1) os valores sendo imanentes têm caráter universal, por conseguinte, o não reconhecimento de tais valores por algum indivíduo resultaria da má formação cultural ou intelectual deste; 2) a preservação e conservação deste acervo de bens, importa à coletividade como um todo, ainda que vários indivíduos não compreendam tal importância; 3) esta relação de

¹³ A leitura desta obra foi feita a partir da reimpressão (1989) da publicação de 1880.

¹⁴ A leitura desta obra foi feita a partir da 2ª edição (1999) da tradução para o espanhol (1967).

imanência denota uma opacidade e concretude dos valores no sentido do não questionamento de sua validade e da não crítica à sua existência *per si*.

De maneira geral, houve uma consolidação destas concepções de maneira que nem a “importância” do patrimônio nem os valores imanentes dos “bens” foram questionados em suas bases. Quase todo o volume de estudos que vem sendo realizado opera no sentido do acúmulo e da ampliação da patrimonialização. Tal acúmulo ocorre, basicamente, de duas formas – pela afirmação de novas modalidades de bens (criação dos bens de natureza imaterial); e pela ampliação do universo de bens pertencentes a uma modalidade já existente (o patrimônio arquitetônico, por exemplo, foi sendo ampliado para acompanhar as mais diversas e recentes produções arquitetônicas).

Entretanto, estudos recentes vêm sendo realizados, direta ou indiretamente, no sentido da crítica ao “patrimônio”¹⁵. É relevante mencionar que tais críticas têm se concentrado nas ramificações e ampliações patrimonializantes sem que haja um esforço maior para questionar as bases implícitas do “patrimônio”, como por exemplo, o sistema de valores que o compõe, ou mesmo a realidade do patrimônio enquanto uma categoria de objetos. Mesmo não sendo objetivo deste trabalho o questionamento direcionado para estas bases (ainda que sólidas) implícitas do “patrimônio”, creio que seja importante apresentar uma revisão da construção do conceito de patrimônio, tanto como uma idéia disseminada em diferentes de discursos, quanto uma categoria analítica ou operacional para se entender uma determinada realidade. Nesse sentido, minha intenção é questionar o consenso dos usos de tal conceito na orientação e mobilização de intervenções concretas no campo do urbanismo. Isso, na intenção de que se torne mais coerente a

¹⁵ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 1ª reimpressão. - São Paulo: Editora UNESP, 2001; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002; ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª ed. - Petrópolis: Vozes, 2002.

crítica que será proposta a uma das ampliações do “patrimônio” (centros históricos e conjuntos urbanos).

Com efeito, a construção do conceito de patrimônio envolve o desenvolvimento de sentidos, significados, bem como de objetos referentes para o corpo abstrato do conceito. É minha intenção neste primeiro capítulo traçar um percurso, ainda que apressado, deste processo de construção – de um, suposto, ponto inicial até os nossos dias. Realçando alguns aspectos sociais, políticos e econômicos implícitos nesta construção, pretendo apresentar o “patrimônio” como uma construção conceitual e, portanto, passível de crítica e de reformulações. E neste sentido minar a cristalização de discursos e estratégias de usos dos bens patrimoniais.

A construção de um conceito

“A nação, como “comunidade imaginada”,
pode vir a ser construída discursivamente,
como uma literatura, como uma língua nacional,
como uma “raça”, um folclore, uma religião,
um conjunto de leis [...] ou, ainda,
uma política cultural visando a recuperação,
defesa e preservação de um “patrimônio cultural”.”
José Reginaldo Santos Gonçalves

Procurar origens para o que hoje chamamos de *Patrimônio Cultural* nos levaria a um percurso gigantesco que poderia remontar ao século XV como aponta Choay em *A alegoria do patrimônio* ou, ainda mais recuado, aos “monumentos” totêmicos dos povos ditos “primitivos”. Contudo, buscando uma aproximação mais direta com a “forma” conceitual do patrimônio estabelecida em nossos dias, iniciarei a narrativa da construção deste conceito a partir da Europa em fins do século XVIII. Assim é que a construção do conceito de patrimônio liga-se à formação e consolidação dos estados nacionais, às transformações urbanas alavancadas pela

industrialização e às ações revolucionárias de uma França jacobina que concorrem para desencadear a idéia de salva-guarda do espólio nacional francês.

Embora seja possível falar de um processo de constituição da idéia e conceito de “Patrimônio”, mais ou menos generalizado por toda a Europa no século XIX, três países, cada um ao seu modo, têm grande relevância como principais gestores desta idéia: Itália, Inglaterra e França. Nestes países nasceram ou se formaram os principais articuladores da idéia de patrimônio e neles foram geridas as principais teses e teorias sobre patrimônio, preservação e restauro, até o final do século XX.

Na Itália, sobretudo em Roma, os vestígios da “civilização romana” e a presença do papado católico pesaram bastante no processo de constituição desta idéia. Já no século XVI um Breve de Paulo III¹⁶ criava disposições para a proteção dos monumentos. O renascimento italiano, na medida que valorizava a forma, a estética e a arte clássica, corroborou com tal processo.

Entretanto, o processo tardio de unificação da Itália, dividida em territórios autônomos até meados do século XIX, cria uma dificuldade na medida em que não podemos falar de um Patrimônio Nacional até a unificação deste país. É importante destacar que, além da língua, o passado latino-romano atestado pelos monumentos e vestígios históricos, foi peça chave em torno da qual se agregou (não sem sangue, guerras e conflitos) a população diversa da Península Itálica. Através de uma história e um patrimônio comum, simbolicamente, a Itália tornou-se uma.

A monarquia na Inglaterra cria uma especificidade para o processo naquele país, sobretudo no que diz respeito ao direito de propriedade. Já consolidada como um *Estado-Nação*, no século XVIII o patrimônio da coroa britânica ainda podia soar como patrimônio da família

¹⁶ RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*: caracteres y origen. 2ª Ed. – Madrid: Visor, 1999. p. 35. Um breve papal é um rescrito que contém uma decisão de caráter particular.

real. Só no século XIX a burocracia e impessoalidade do estado apartara solidamente esta ligação. No entanto, o fator principal para o processo de patrimonialização na Inglaterra é a “industrialização” e com ela processos de modernização e transformação urbana¹⁷. A velocidade e intensidade das novidades, ditas, “modernas” são o substrato para um sentimento de perda. Sentimento que é peça fundamental para os processos de patrimonialização, conseqüentemente, preservação e restauro. Por exemplo: a Inglaterra já no século XIX passou a admitir monumentos do período industrial como “bens patrimoniais”.

O caso da França é, particularmente, relevante. Foi o primeiro estado republicano a instituir regras, leis e organismos públicos para gerir seu patrimônio. Neste sentido se tornou referência em termos de gestão e administração dos monumentos nacionais. Devidamente burocratizado o estado francês descola os bens patrimoniais do mecenato, do direito e gostos privados. Faz dele matéria de interesse político nacional para educação e cultura e como tal assume as responsabilidades sobre este acervo.

Em 2 de outubro de 1789 a Constituinte francesa, através de ato jurídico coloca à disposição da nação os bens do clero e, sucessivamente, os bens dos emigrados e da coroa. Tais atos promovem um deslocamento gigantesco de bens privados para a esfera do patrimônio público (aqui a idéia de patrimônio público ainda apresenta algumas diferenças consideráveis da concepção corrente em nossos dias). Constitui-se então um verdadeiro tesouro disperso pelo território francês e sobre o qual, ainda, não se tinha informações concretas.

Estes primeiros atos jurídicos estão ligados ao ideal revolucionário que vê na maior parte do clero e da nobreza exploradores do povo, e cujas riquezas teriam sido constituídas em

¹⁷ Segundo Hobsbawm, até o início do século XIX Londres era a única cidade européia com 1 milhão de habitantes. HOBSBAWM, Eric J. *A era dos Impérios: 1875-1914*. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra (p. 40) . No período de 1851-1881 Londres passou de 2,5 milhões de habitantes para 3,9 milhões. HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848 - 1875*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra (p. 295)

detrimento do trabalho dos segmentos “desfavorecidos” da nação. O deslocamento dos bens assume discursivamente um caráter de reparo jurídico em acordo com o ideário político recém estabelecido.

Embora tenha sido esta a prática francesa, tornar o bem propriedade pública, tal mudança jurídica não é uma condição obrigatória para a constituição da idéia de patrimônio. Mas, através de algum arranjo jurídico-discursivo, é necessário instituir a noção de pertencimento público¹⁸ (diferente de posse e propriedade). Trata-se de uma noção fundamental sem a qual não seria possível falar de patrimônio nos termos que tratamos hoje, visto que não se extrapolaria as idéias de propriedade pública ou privada. Tampouco seria possível afirmar valores, responsabilidades ou representatividades, coletivamente, distribuídos. É uma noção que deve ir além do interesse público como nas jazidas minerais (compõem estratégias estatais de manejo de suas riquezas), o pertencimento público no caso do patrimônio cultural deve dizer respeito à identificação dos indivíduos enquanto cidadãos e membros de um conjunto (nação).

Desta idéia de bens comuns à nação (propriedade pública de jóias, móveis, obras de arte, propriedades, etc) passamos a observar ainda no século XVIII menções aos *monuments publics*¹⁹. Tais menções vêm carregadas de uma outra concepção de sentido e uso sobretudo quando se remetem às edificações e aos monumentos,

Cependant il est un lieu que son dénuement même et ses ruines relevent à ses yeux, et qu'une simple inscription, **Ici fut la Bastille** place au rang des monuments les plus célèbres [...] eh! Bien! C'est pour consacrer tous ces droit que j'invoque des monuments²⁰

¹⁸ Todas as legislações consultadas instituem arranjos que possibilitam e favorecem a mudança da natureza da propriedade dos bens, da privada para a pública, caso o estado julgue necessária tal ação em nome do interesse público (coletivo).

¹⁹ Termo usado pela primeira vez em 1790 por Aubin-Louis Milin em discurso à assembléia constituinte francesa.

²⁰ KERSAINT, Armand-Guy. *Discours sur les monuments publics, prononcé au Conseil du département de Paris le 15-12-1791*, (p. 5 e 7). – grifos do próprio autor. Documentação disponível em: <http://gallica.bnf.fr/> Acesso em: 15 julho 2006.

Nota-se que não se trata mais de uma simples realocação de bens, é a afirmação de uma retórica que confere usos políticos para os monumentos e suas possibilidades como peças alegóricas para a narrativa histórica e de identidade nacionais.

Seja a Bastilha, Stonehenge ou o Coliseu²¹, prestam-se enquanto marcos narrativos de uma “história real”. Pensar nestes elementos em fins do século XVIII e início do XIX remete a um processo de criação de referentes e referências para o binômio “Estado-Nação”.

Je ne vous parlerai donc ici que des monuments à faire: je les considererai surtout dans leurs rapports avec la révolution: c'est par elle et pour elle que nous sommes; nous lui devons l'hommage de nos premiers travaux. Affermissons la liberté, et tout deviendra facile. Pour y parvenir, joignons aux instructions de la parole le langage énergique des monuments: la confiance, qu'il est si nécessaire d'inspirer sur la stabilité de nos nouvelles loix, s'établira, par une sorte d'instinct, sur la solidité des édifices destinés a les conserver et en perpétuer la durée²²

Apesar desta passagem se remeter, basicamente, aos monumentos e edifícios relacionados à Revolução Francesa, portanto recentes em relação ao discurso de Kersaint, esta forma de pensar os monumentos será estendida, também, aos monumentos antigos e para fora do território francês.

Ainda no século XVIII, Henri Grégoire²³ denuncia o vandalismo praticado por membros do exército revolucionário e acusa o risco que corriam as obras de arte provenientes do *Ancien*

²¹ Monumentos nacionais respectivamente da França, Inglaterra e Itália.

²² KERSAINT, Armand-Guy. *Discours sur les monuments publics, prononcé au Conseil du département de Paris le 15-12-1791*, (p. 3). Documentação disponível em: <http://gallica.bnf.fr/> Acesso em: 15 julho 2006.

²³ Conhecido como o cura da Revolução Henri Grégoire era membro do baixo clero e defendeu a união desta classe como membro atuante da revolução francesa. Foi o primeiro a propor e defender o fim da escravidão nos domínios franceses. Tomou assento entre os membros da assembléia constituinte francesa e foi fundador do Conservatoire national des arts et métiers.

Régime. Como membro da assembléia propõe que medidas sejam tomadas para a salvaguarda de tal acervo²⁴.

Sob o rótulo de *monuments publics*, os monumentos à revolução, obras de arte, castelos medievais, catedrais góticas e monumentos da antiguidade passam a abrigar-se, “sem distinção”, no conjunto do patrimônio nacional francês. A imagem da destruição e da perda²⁵ relatada por Grégoire teve e tem, ainda hoje, diferentes veículos: “vândalos ignorantes” na França pós-revolucionária; as intempéries climáticas, catástrofes e o decorrer dos séculos que arrasam as ruínas romanas da Itália; as transformações da industrialização e da modernidade. Sem a imagem da perda como justificar os programas e ações de preservação e restauro? E mais, é preciso que esta perda seja superestimada, que ela signifique um dano maior. Que seja uma perda coletiva pois, entre outras coisas, os custos serão públicos. É preciso que seja uma perda para além do objeto destruído pois,

O patrimônio é concebido como uma “expressão” da identidade nacional em sua integridade e continuidade. Ao mesmo tempo, o patrimônio é concebido, numa relação metonímica, como sendo a própria realidade que ele expressa. Desse modo, preservar o patrimônio é preservar a nação. Ameaças ao patrimônio são ameaças à própria existência da nação como uma entidade presente, auto-idêntica, dotada de fronteiras bem delimitadas no tempo e no espaço²⁶.

Assim como o pertencimento coletivo, a imagem da perda é fundante para a idéia de Patrimônio uma vez que, no contexto ocidental, a proximidade do fim “valoriza” o bem e cria a necessidade do zelo.

Nas primeiras décadas do século XIX ganha ênfase, por toda Europa, o conceito de *monuments historiques*, fortemente, ligado às edificações monumentais antigas (medievais e da

²⁴ O abade Grégoire, em janeiro de 1794, apresenta seu *Rapport sur les destructions opérée par le Vandalisme, et sur les mohines de le réprimer*. Documentação disponível em: <http://gallica.bnf.fr/> Acesso em: 21 julho 2006.

²⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 147. Para uma leitura sobre a imagem da perda e sua participação na fundamentação dos discursos sobre o patrimônio.

²⁶ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 31

antiguidade). Este conceito ganha uma abrangência enorme uma vez que toda obra humana é de alguma forma inserida nos processos históricos com seus contextos específicos. Sem anular as diferentes classificações dos monumentos (públicos, artísticos, nacionais, etc.) a noção de monumento histórico vai, paulatinamente, abarcando todas elas e se tornando a idéia motriz das ações e considerações sobre Patrimônio.

Esta ampliação do *valor histórico*²⁷ dos objetos e monumentos, se deve a uma concepção evolutiva da história e da sociedade que se consolidou no século XIX,

Llamamos histórico a todo lo que ha existido alguna vez y ya no existe. Según los conceptos más modernos, a esto vinculamos la idea de que lo que alguna vez ha existido no puede volver a existir, y que todo lo que ha existido constituye un eslabón imprescindible e indesplazable de una cadena evolutiva, o lo que es lo mismo, que todo está condicionado por lo anterior y no habría podido ocurrir como ha ocurrido si no le hubiese precedido aquel eslabón anterior²⁸.

Mesmo hoje, quando as concepções evolucionistas da historia e da sociedade já quase não encontram lugar para se afirmarem, o entendimento dos bens históricos como testemunhos de etapas do “percurso histórico” da sociedade sobrevive como argumento instituidor do respeito aos monumentos. O que é bastante significativo, pois as conceituações e noções de patrimônio cultural construídas, até hoje, não sobrevivem fora de um percurso histórico comum. Seu fundamento se dá num tempo passado onde as diferenças podem ser minimizadas e pontos comuns podem ser realçados.

Na década de 1830, sob a ação de Prosper Mérimée²⁹, a França formava sua primeira *Comission des Monuments Historiques* responsável pela identificação, registro, manutenção e

²⁷ RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. 2ª Ed. – Madrid: Visor, 1999. p. 57 - 66

²⁸ RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. 2ª Ed. – Madrid: Visor, 1999. No início do século XX (1903) Riegl sintetiza bem a concepção de história forjada no século XIX.

²⁹ Prosper Mérimée nasceu na França napoleônica, filho único do pintor e professor de desenho Leonor Mérimée. Formou-se em direito em 1823, ocupou diversos cargos públicos entre eles foi nomeado inspetor dos monumentos

gerência destes bens. Além disso, esta comissão teve como missão formar um corpo de especialistas que fossem capazes de tratar os monumentos das diferentes épocas e escolas artísticas, sobretudo no que se referisse à arte e arquitetura medieval, até então, pouco consideradas em detrimento da arte e arquitetura clássicas e renascentistas.

Tal iniciativa será responsável pelo início do processo disciplinar da matéria (versando sobre o patrimônio em suas atribuições: identificação, registro, preservação e restauro). A especialização profissional neste contexto de construção da idéia de patrimônio é responsável pela criação de uma fala de autoridade. É o estabelecimento de um púlpito privilegiado de onde se fala com “segurança” e que permite a outorga dos discursos sem contestações generalizadas. Falo de um processo de disciplinar, pois se trata da formação de indivíduos (sobretudo arquitetos) que passam a ser autorizados ou reconhecidos pelo estado ou meio acadêmico a falarem e agirem sobre os bens patrimoniais. As falas destes indivíduos tomam forma de verdade questionável apenas por outros indivíduos que sejam, também, devidamente autorizados.

Por volta da segunda metade do século XIX, o restauro e a preservação já transitavam num campo disciplinar³⁰ minimamente estabelecido com prática específica e pessoas especializadas. Dois nomes tornaram-se célebres nestes debates e concorreram para consolidar o campo do “verdadeiro” para a preservação e para o restauro: John Ruskin – defendia que o restauro em si era uma destruição pois, subtraía a alma daquele bem:

Is the true meaning of the Word restoration understood. It means the most total destruction which a building can suffer: [...] a destruction accompanied with false description of the thing destroyed. [...]

históricos. Manteve-se sempre muito próximo às artes escrevendo diversas novelas das quais destaca-se ‘Carmem’ que deu origem à famosa ópera, homônima, de Georges Bizet. Fonte das informações: http://pt.wikipedia.org/wiki/prosper_M%C3%A9rim%C3%A9 Acesso em: 18 abril 2006.

³⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2004. p.36 “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”.

We have no right whatever to touch them. They are not ours. They belong partly to those who built them, and partly to all the generations of mankind who are to follow us. The dead have still their right in them [...]³¹

e Viollet-le-Duc³² – por sua vez, defendia as restaurações e as praticava guiado pela idéia de uma homogeneização estilística. “Restaurer un édifice, ce n’est pas l’entretenir, le réparer, ou le refaire, c’est le rétablir dans un état complet qui peut n’avoir jamais existé à un moment donné”³³.

A concepção anti-restauro de John Ruskin se valia da afirmação de “valores imanentes” das construções e monumentos para a construção de um respeito às obras ancestrais, conseqüentemente aos próprios ancestrais ou vice-versa. Nisto Ruskin foi imbatível, com seu livro *The seven lamps of architecture*, semeou idéias que ainda hoje norteiam as justificativas de proteção e tombamento de bens culturais. Procurou difundir a concepção dos monumentos e obras (artísticos ou históricos) como continentes da memória e da identidade de um grupo, bem como procurou dramatizar a irreversibilidade histórica que o levava a considerar a restauração uma falsidade, posto que não se retorna a estados anteriores de conservação.

É a aceitação incontestada da pertinência deste respeito e a aceitação dos monumentos como continentes de identidades, memórias e outros valores que viabilizam as interpretações técnicas e científicas (até bem pouco tempo, ainda, tentando se afirmar na imparcialidade, objetividade e neutralidade) dos bens patrimoniais. Este trabalho de “inculcação”, claro, não foi realizado por

³¹ Ruskin, John, 1819 -1900. *The seven lamps of architecture*. Reprint as published by George Allen, Sunnyside, Orpington, Ketn in 1880 – Mineola, NY: Dover, 1989. p. 194-197 Grifos do próprio autor.

³² Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc nasceu em janeiro de 1814 em Paris e morreu na Suíça em 1879. Dedicou-se aos estudos arquitetônicos sobretudo das construções medievais. Tornou-se famoso pelas restaurações que realizou (Basilique Saint-Denis – Notre-Dame de Paris – Basilique Saint-Semin de Toulouse – La Cité de Carcassonne). Foi um dos arquitetos restauradores mais famosos da França no século XIX e posteriormente um dos mais criticados devido a sua prática intervencionista reconstrutivista.

³³ Le-Duc, Viollet. *Dictionnaire Raisonné de l’architecture française du XIe au XVIe siècle* – Tome 8, Restauration. Obra disponível em:

http://fr.wikisource.org/wiki/dictionnaire_raisonn%C3%A9_de_l%27architecture_fran%C3%A7aise_du_XIe_au_XVIe_si%C3%A8cle_-_Tome_8%2C_restaurations Acesso em: 01 agosto 2006.

um único homem – Ruskin é apenas exemplar. Pintores, escritores, poetas, entre outros tiveram sua parcela de responsabilidade na construção e consolidação de valores e significados para os bens patrimoniais. Pois, no fim, restaurar um moinho com sua roda à beira de um rio será em última instância o desejo de manter vivo um “bucolismo campestre” idealizado e distante dos homens e mulheres do presente³⁴. Com isto, os textos científicos podem tratar dos materiais da construção, da inclinação das quedas d’água ou do diâmetro da roda pois as imagens e sentidos se farão presentes para quem lê.

A homogeneização estilística de Viollet-le-Duc se afirmava sobre duas vertentes de argumentação: uma pureza do estilo artístico que o autor original da obra teria concebido, e uma concepção de história que atrelava os monumentos à noção de documento, conseqüentemente, como registro de um momento estanque específico³⁵. Viollet-le-Duc acreditava ser possível devolver ao monumento a pureza estilística original bem como retroceder os estados físicos dos bens. Para tais fins procedia a retirada dos acréscimos que no decorrer dos anos foram associados à construção.

No fim do século XIX e início do século XX um meio termo entre estas posições foi estabelecido, em parte, devido aos trabalhos de Camillo Boito³⁶ que formulou novos critérios e procedimentos para as ações de restauro e preservação. Com pontos herdados do respeito radical anti-intervencionista de Ruskin e flexibilizando a idéia do estilo “primitivo” homogêneo de Le-Duc, Boito define a estratégia de manter parte das marcas acrescentadas aos monumentos durante o tempo de sua existência, na medida em que são também documentos, registros de um determinado período.

³⁴ O presente mencionado não é o tempo presente contemporâneo a mim, mas os presentes de hoje, do passado e do futuro, que a partir deles e com referência a eles mesmos se projeta um tempo passado, idealizado e distante.

³⁵ Atualmente, esta concepção de documento está sendo, também, reavaliada. A idéia vigente no século XIX, e maior parte do XX do documento como captação e revelação da verdade vem sendo substituída pela idéia de um processo de construção do documento. E, quanto à revelação, hoje trata-se mais de interpretações.

³⁶ BOITO, Camillo. *Os restauradores*. 1ª Ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

Ele também propõe a marcação dos materiais para a distinção entre o que é parte original do bem e os acréscimos do restauro (quando absolutamente necessários) evitando, assim, *falsidades históricas*. Esta preocupação reflete a consagração do conceito de *monumento histórico* (um documento, testemunho e referência do passado) no campo disciplinar em torno do Patrimônio.

A tal noção de testemunho agrega-se uma noção de sociedades em processo. Na medida em que aquela edificação ou obra de arte é testemunho de diversos momentos e épocas, devido à diferença temporal entre os ciclos de vida humanos e o ciclo das suas obras, aqueles acréscimos e ausências, antes descartados e preenchidos, agora constituem o valor do bem. Esta nova prática e teoria para o restauro será, com algumas alterações e acréscimos, o norte da disciplina até o fim do século XX, quando a aproximação entre patrimônio e o mercado econômico promoverá novas falas de autoridade.

Uma outra idéia, já, ventilada por Ruskin, mas que só foi instrumentalizada, desenvolvida e estabelecida no início do século XX com os trabalhos de Camillo Sitte³⁷, é a noção das cidades antigas como obras humanas arquitetônicas. Sendo sua malha urbana objeto de interesse patrimonial e artístico.

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização [...]

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado [...]

³⁷ Nascido em 1843 em Viena, Camillo Sitte realizou um vasto estudo de observação e análise das cidades antigas que resultou, em 1889, na publicação do livro *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos* no qual ele sistematiza uma crítica ao urbanismo progressista e propõe uma opção de urbanismo que prima pelo caráter estético e artístico.

Artigo 7º - O monumento é inseparável da história que dá testemunho e do meio em que se situa. [...]³⁸

Introduz-se o conceito de ambiência, volume e escala para o manejo dos bens culturais edificados. Mas a nova problemática está posta para os articuladores e gestores do patrimônio: como preservar ou restaurar um bem (objeto) que não permanece igual a si mesmo, que na sua própria dinâmica de “ser cidade” está posta a condição de mudar, crescer, desfazer-se e refazer-se?

A partir dos trabalhos de Camillo Sitte as malhas urbanas e centros históricos foram estudados e diversos modelos e formas de tratamento foram propostos, não chegando a um consenso ou a uma forma hegemônica para guiar o manejo, a preservação ou o restauro destes bens culturais. Todas as tentativas esbarraram na constatação de que as cidades não são objetos estáveis, continuam seus processos de crescimento e transformação, sua complexidade extrapola a capacidade humana de administrar e planejar.

Esta noção das cidades e centros urbanos como bens culturais se desenvolve ao mesmo tempo em que as grandes cidades européias se consolidam como objetos de desejo e pontos de atração para os “outros³⁹”. Esta percepção vai se tornando alicerce para o que na década de 1970 pode ser chamada de indústria do turismo. Esta indústria tem como matéria-prima principal explorar nas cidades aquilo que elas têm de “diferente” umas das outras. Alimenta-se, a princípio, do que freudianamente chamaríamos de pulsão desejante, isto é, o que não tenho aqui ou o que busco, está sempre em outro lugar.

³⁸ Carta de Veneza de maio de 1964 produzida pelo encontro do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – CIAM e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. Todas as cartas patrimoniais internacionais e brasileiras estão, integralmente, disponíveis no: www.iphan.gov.br

³⁹ Não londrinos, não parisienses, não europeus – outros pelo mundo afora que desejam experimentar e aproximar-se da cultura e da “civilização” europeia.

A comercialização das cidades cresceu vertiginosamente da década de 1970 em diante. Ao mesmo tempo, ideologias e teses políticas e econômicas, rotuladas de *neoliberais* ganham força em detrimento das teses que sustentavam as concepções estabelecidas de estado e nação. Concretamente, este neoliberalismo promove a diminuição das funções e alcance do estado e, através da promoção dos fluxos globais⁴⁰ inseridos na construção da idéia de globalização, mina as concepções de nação até então vigentes.

Esta nova circunstância terá rebatimentos profundos nas políticas patrimoniais no que diz respeito à inserção dos “bens patrimoniais” na rede produtiva. Ao menos nos dias atuais, devido ao forte apelo mercadológico, as políticas e projetos que envolvem o patrimônio passaram a se concentrar destacadamente neste novo elemento patrimonial que são os centros urbanos das grandes cidades. É sobre eles que recaem a maior parte dos investimentos e ações das políticas culturais de patrimonialização.

Se num passado não muito distante a vinculação à história e identidade da nação era tida como razão suficiente e incontestável para a valoração de bens, hoje é sua vinculação à economia de mercado que realiza a transmutação “do pão ao corpo de cristo”. As teorias e práticas para a preservação, restauro, requalificação ou revitalização, que se alimentam da ideologia neoliberal – como toda ideologia dominante – querem para si a incontestabilidade.

Delineado este processo o que pretendo a partir daqui é apontar para as chamadas facetas sociais, políticas e econômicas do patrimônio, que, em geral, são negligenciadas pela adesão a análises que naturalizam seus objetos de estudo como coisas dadas e encerradas em si mesmas. Vale à pena salientar logo nessa primeira parte do trabalho que a concepção de patrimônio e seus “valores” são fruto de um processo que envolve vontades, desejos, necessidades e projetos

⁴⁰ APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FETHREASTONE, M. *Cultura global*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

sociais, políticos e econômicos, portanto, sempre passíveis de uma revisão crítica. Em outras palavras, queremos dizer que os bens culturais, se inserem como “*detalhes concretos*” de narrativas realistas das nações, desempenhando “estruturalmente a função de realizar uma mediação simbólica entre linguagem e experiência, entre o passado ou a identidade nacional e os indivíduos que compõem a nação”⁴¹.

Se desde o princípio os bens culturais se prestam e são geridos por interesses e vontades políticas de “entes” socialmente construídos, como os estados nacionais, nada leva a negar a permanência de interesses e vontades nas concepções, práticas e usos destes bens em nossos dias. Posto desta forma, tendo a questionar a possibilidade de neutralidade em relação às políticas e estratégias relacionadas ao patrimônio e que, depois da década de 1970, vem estreitando cada vez mais suas relações com a economia de mercado. Uma vez afirmado que o conceito de patrimônio é uma construção intelectual e também uma categoria analítica que ajuda pensar sobre determinados contextos ou realidades, busco discutir quais os significados e sentidos que tal categoria assumiu quando usada em determinados discursos no Brasil, bem com identificar momentos concretos do processo de sua construção.

⁴¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 29

O Patrimônio no Brasil

“O acervo dessas produções da sucessão já longa de nossos predecessores é que, ligando os brasileiros de hoje às populações que os antecederam, originários da própria terra ou provindas de outros continentes, em verdade autentica e afirma a existência do Brasil.”

Rodrigo Melo Franco de Andrade

Partindo do pressuposto de que patrimônio é uma construção intelectual, as ações e noções de Patrimônio construídas no Brasil, inevitavelmente, associam-se com os projetos de “brasis” declarados ou subsumidos nas entrelinhas de discursos difusos a partir da década de 1920. Realçando tais correspondências queremos reforçar a percepção sobre a faceta pragmática política e econômica (a partir de fins dos anos 1980) que compõe a idéia de Patrimônio em nosso país.

As primeiras ações inequívocas na direção da constituição desta idéia no Brasil são realizadas pelos “folcloristas”, “regionalistas” e “modernistas” na década de 1920. Os primeiros, em busca das raízes, tradições e costumes do “povo brasileiro” tal como eram desde o “princípio”, eram motivados pelo risco que corriam tais tradições de cair no esquecimento devido ao avanço das modas e hábitos ditos modernos, da educação moderna, enfim tradições ameaçadas pelo “jeito moderno de ser”.

Já os modernistas buscavam formas e conteúdos para uma original arte moderna brasileira. Criavam e estilizavam uma brasilidade inspirada em ideais de cultura e povo brasileiro. Para tal assumiam e afirmavam valores artísticos para àquelas expressões culturais que os folcloristas buscavam. Em grande parte, esta inspiração era a marcação artística que os

diferenciava dos modernistas de outros países, davam às suas obras o selo de autêntica arte moderna brasileira.

Mário de Andrade foi escritor, crítico de arte, folclorista e ícone do movimento modernista brasileiro. Foi também ativista no campo da arte e da cultura popular, o que o credenciou a ser um dos primeiros a sistematizar, na década de 1930, os rumos que a política nacional daria, institucionalmente, à cultura. Tal ação foi materializada na elaboração do anteprojeto (não executado) para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que previa a atuação do serviço do patrimônio sobre uma gama ampla de bens. Contemplava tanto os bens imóveis, móveis quanto bens de natureza “imaterial”⁴². Entretanto, os folcloristas, Mário de Andrade e seu anteprojeto não transitavam, inteiramente no *verdadeiro*⁴³. Suas preocupações com as expressões culturais populares, literatura, danças, festas “tradicionais”, os distanciavam dos interesses, argumentos e cânones estabelecidos para tratar do Patrimônio.

O Projeto de decreto-lei apresentado pelo ministro Gustavo Capanema e sancionado pelo presidente Vargas, já em seu primeiro artigo difere bastante do que fora recomendado por Mário de Andrade:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁴⁴

⁴² A expressão “bem de natureza imaterial”, não consta no anteprojeto de Mario de Andrade de 24 de março de 1936, se tornará uma categoria ou tipologia de bem patrimonial somente com o artigo 216º da constituição de 1988.

⁴³ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 10ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2004. p.35 “Mendel dizia a verdade, mas não estava “no verdadeiro” do discurso biológico de sua época” apesar de Mario de Andrade construir uma idéia bastante ampla de patrimônio, que será retomada e ratificada décadas mais tarde, em sua época e nas circunstâncias que estava envolvido não teve suas idéias postas em prática.

⁴⁴ Brasil. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dá providências para o que trata o artigo 134º da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Brasil. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Artigo 134º - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as

Ao restringir a natureza do patrimônio histórico e artístico nacional aos bens móveis e imóveis, o ministro Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade excluem boa parte das considerações do modernista sobre o patrimônio artístico nacional e restringem a noção de Patrimônio a bens concretos, com ênfase às edificações, os chamados bens de *pedra e cal*.

A direção do SPHAN⁴⁵ ficará por conta de Rodrigo Melo Franco de Andrade até 1967 estas primeiras décadas de atuação serão conhecidas como a fase heróica devido à monta do trabalho e restrição orçamentária, bem como pelo forte apelo discursivo sobre o caráter “salvacionista” do trabalho realizado. Nestes trinta anos, as ações do SPHAN se concentraram quase exclusivamente na preservação, restauro e tombamento dos bens imóveis e, devido à valorização e comercialização ilegal, tiveram atenção, também, os objetos móveis: imaginária, mobiliário, pintura etc. Justificava-se a predileção pelos bens de *pedra e cal* com a alegação de que as expressões culturais (bens de natureza imaterial) e seus produtos eram mantidos e preservados pelas próprias pessoas não necessitando da proteção do estado.

Dado o início do chamado período heróico é preciso mencionar que, as vertentes artísticas ou históricas, nele valorizadas, foram indissociáveis da idéia “missionária” de forja da nação brasileira. Neste sentido buscava-se através dos monumentos a construção de uma narrativa convincente do *Brasil civilizado*.

Norteados por este “projeto de Brasil” se estabelecem noções de originalidade e autenticidade para a história, arte e arquitetura brasileiras. Em outras palavras se consolida um

paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

⁴⁵ A partir de 1946 o SPHAN passará a ser Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. Tal denominação durará até 1970 quando passa a ser chamada de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Até 1990 o órgão se tornará Secretaria e subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, alternadamente, e ainda, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC (1990 – 1994). A partir de 1994 voltou a denominação de IPHAN.

patrimônio cujos referentes e referências remetem a um Brasil colonial, católico, senhorial e institucional (governança e forças militares). Em outras palavras, remetem a uma imagem de Brasil civilizado onde para se ver representado é preciso se perceber representado e contemplado pelo estado brasileiro.

Traçado o perfil do Patrimônio nacional, paradoxalmente, buscando o que é autenticamente brasileiro são negados os meios de se fazer, institucionalmente, representar e valorar produtos e expressões culturais de parte da população brasileira. Criou-se um certo exclusivismo para a arquitetura e arte colonial e barroca, recusou-se o neoclássico e outros tipos arquitetônicos tidos como imitações do que se fazia na Europa, uma vez que não teriam originalidade ou autenticidade tampouco seriam partes integrantes da tradição brasileira. Este efeito de expulsão, em certa medida, pode ser associado às expressões culturais ligadas a certos segmentos da população brasileira. Por exemplo, a partir da década de 1930 em Pernambuco e em outros estados, instituiu-se uma forte perseguição aos cultos afro-brasileiros.

Os bens culturais ligados às matrizes indígenas e africanas, bem como de grupos estrangeiros e segmentos populacionais pauperizados, permanecerão por muito tempo no campo do *folklore* e do exotismo étnico. Devidamente higienizados habitarão museus destinados a lembrar que àquela “cultura” existiu em algum momento da história brasileira. Neste período heróico do Patrimônio nacional,

Seus culturas são vistas como os remanescentes de um passado desaparecido [...], mais do que como formas atuais de vida social e cultural. Em outras palavras, as populações ameríndias e de origem africana do Brasil são interpretadas como situadas em estágios ultrapassados de evolução cultural e, desse modo, ignoradas em termos de sua vida social presente⁴⁶.

⁴⁶ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 45

A memória e identidades negras e indígenas não se materializarão, até a década de 1980⁴⁷, em senzalas, quilombos ou aldeias protegidas pelo serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “As estórias narradas por intelectuais nacionalistas sobre o patrimônio cultural brasileiro são, basicamente, estórias de apropriação, narradas para responder a uma situação de perda e com o propósito de construir a nação”⁴⁸. Sendo assim, podemos dizer que as narrativas sobre e o próprio Patrimônio encontram-se em ressonância, com os projetos de nação *estado-novista* e todos os subseqüentes até o regime democrático atual.

Na era Vargas (1930 – 1945) pode-se falar de um projeto de nação monolítica: um povo, uma cultura, uma identidade, uma história; nação civilizada e moderna, portanto naquele contexto, urbana. Embora buscando modelar-se nas nações ricas, a idéia de nação exige uma especificidade identitária para diferir-se das outras nações. Para responder a esta dupla exigência (tornar civilizado sendo diferente, mas não muito, dos civilizados já existentes) é que o patrimônio nacional assume uma forma homogênea e não conflitual que se pretende para a cultura e identidade brasileira. Ao mesmo tempo este patrimônio, na forma da coleção de bens representativos, afasta e aproxima o Brasil das nações ditas civilizadas da Europa.

Ao se estabelecer a natureza do Patrimônio atrelada aos bens móveis e imóveis e destes somente àqueles vinculados *a fatos memoráveis da história do Brasil* possibilita-se uma narrativa e descrição unilateral da história e da cultura para o país. Posto que os objetos e edificações não podem afirmar discordâncias daquilo que deles é dito pelos especialistas. O mesmo não se poderia dizer em relação a bens que fossem vinculados aos diferentes segmentos e grupos da população brasileira, remeteriam à fragmentação e testemunhariam a diferença,

⁴⁷ Quando se processará uma mudança nas diretrizes das políticas patrimoniais e haverá uma diminuição da ênfase dada aos monumentos arquitetônicos isolados ligados ao período colonial. Em 1986 por exemplo, foi realizado o primeiro tombamento de um terreiro de umbanda – o terreiro Casa Branca foi tombado em 14 - 8 – 1986 e inscrito no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no livro do Tombo Histórico.

⁴⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 31

A “cultura popular” supõe uma ação não-confessada. Foi preciso que ela fosse censurada para ser estudada. Tornou-se, então, um objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado [...] Os estudos desde então consagrados [...] tornaram-se possíveis pelo gesto que a retira do povo e a reserva aos letrados ou aos amadores⁴⁹.

Junto a esta idéia-motriz de nação consolidam-se noções de originalidade e autenticidade, de valor histórico e artístico. Da forma como foram constituídas, tais noções, elas trabalham no sentido de excluir tudo e todos que desviam do ideal de nação. No processo de exclusão dos não pertencentes, relacionalmente, cria-se o conjunto nação e o sentido de a ele pertencer. Resta saber até que ponto tal estratégia foi eficaz e em que medidas os diferentes grupos, das mais diversas formas, negociaram e mantiveram suas diferenças.

A Era Vargas tem seu fim em 1945, entretanto, as diretrizes básicas das ações do SPHAN permaneceram as mesmas até 1979. Para explicar tal permanência alguns diriam que as mudanças dos governos não significaram transformações substanciais no ideal de nação projetado para o Brasil; outros diriam que a presença e a marca deixada pelos 30 anos de atuação de Rodrigo Melo Franco atuaria na manutenção destas diretrizes, uma terceira interpretação para tal permanência se apresenta através da amálgama entre Nação e Patrimônio por meio da imagem da inexorável e constante perda. Por este ponto de vista, na mesma medida em que o patrimônio está em constante ampliação, pois inserido no devir histórico, está também, em constante risco de ruir. Assim, metonimicamente, a nação está para sempre inconclusa e em risco de perder-se. Essa meta inatingível, de preservar a nação, retroalimentou a permanência daquelas diretrizes até fins da década de 1970. É insensato atribuir tal permanência, exclusivamente, a qualquer uma das

⁴⁹ CERTEAU, Michel de. A beleza do morto In. *A cultura no Plural*. 3ª ed. – Campinas: Papirus, 1995. p. 55 - 56

interpretações. É mais plausível pensar que a combinação destas circunstâncias e outras não relacionadas é que manteve a linha de atuação do órgão.

A década de 1970 será decisiva para as configurações assumidas para o Patrimônio Nacional. Primeiro pelas recomendações das cartas patrimoniais⁵⁰ e seus rebatimentos na gestão do patrimônio urbano edificado. Tendo sempre em mente que estas cartas não são documentos que partem do “nada”, elas têm profundas relações com um contexto amplo que se vivenciava no mundo: as concepções “pós-modernistas” de arquitetura e urbanismo; a virada estrutural da “*cidade capitalista*” de base industrial para a “*cidade capitalista*” base para o capitalismo financeiro. No Brasil, houve a criação de programas voltados para a preservação e restauração dos centros históricos (1973) (estes programas serão abordados mais adiante). Em segundo lugar pela criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e sua institucionalização sob o nome de Fundação Nacional Pró-Memória.

Em 1979 Aloísio Magalhães assumirá a direção do SPHAN e retomando diretrizes constantes no anteprojeto de Mário de Andrade, realizará mudanças sensíveis nas orientações das políticas de patrimônio do país.

Magalhães encontrou uma estrutura burocrática bastante rígida que obstruía as mudanças pretendidas, sobretudo a contratação de especialistas voltados para outras áreas que não engenharia e arquitetura. Além disso, mais de quarenta anos voltados para a preservação de bens imóveis consolidaram, fortemente, uma visão de Patrimônio que atrapalhou a execução das mudanças. Ainda hoje esta marca é perceptível na estrutura e nas ações do IPHAN. A separação

⁵⁰Carta de Veneza – 1964 estabelece a relevância do entorno dos monumentos propõe não mais se trabalhar com o conceito de monumentos isolados; Normas de Quito – 1967 compromisso dos países membros da O.E.A. para com o patrimônio das Américas; Compromisso de Brasília – 1970 e Compromisso de Salvador – 1971 estes dois documentos atualizam no Brasil noções sobre o patrimônio propostas por entidades internacionais; Carta do Restauo – 1972 propõe princípios norteadores para os técnicos e demais profissionais restauradores; Resolução de São Domingos – 1974 trata da disseminação das experiências de conservação para a América Latina sobretudo no que diz respeito aos centros históricos urbanos; Recomendação de Nairobi – 1976 documento relativo à salvaguarda dos conjuntos históricos e suas funções na vida contemporânea.

rígida entre patrimônio material e imaterial se dá no plano das legislações, dos programas e ações de preservação bem como na divisão estrutural interna do órgão.

Para que as mudanças pudessem ser processadas de forma mais ágil, Aloísio Magalhães implementa junto ao Ministério da Educação e Cultura a criação da Fundação Nacional Pró-Memória que seguirá as diretrizes do CNRC, que desde 1976 realizava trabalhos de pesquisa voltados para traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Em outras palavras haverá, dali em diante, um trabalho efetivo de patrimonialização voltado para as formas expressões culturais e suas produções que não fossem de *pedra e cal* ou bens móveis reconhecidamente “artísticos”. Fazendo o caminho oposto àquele da fase heróica ressaltar-se-á a diferença e a diversidade cultural, étnica e artística, agora, como valores positivos para o conjunto mais amplo que seria a “cultura brasileira”.

Tal mudança nos leva a refletir sobre o projeto de nação que se pretende levar a cabo naquele momento. De 1930 (“revolução” que levou Getúlio Vargas ao poder) até 1964 (instauração da ditadura militar) houve uma sucessão de governos ligados aos rótulos de nacionalistas e populistas oscilando entre tendências mais à “direita” ou mais à “esquerda”. Foi um período de agito político que mantinha em alta àquela idéia de nação monolítica da qual já falamos.

Eis que com o Golpe Militar e a instauração da ditadura, apesar dos esforços das agências de propaganda em contrário, aquela idéia de nação sucumbiu (não imediatamente nem completamente). A supressão dos direitos e liberdades pessoais mais a violência contra as atividades políticas e artísticas evidenciou uma parcela da população que não se via representada por aquele estado. Em reação a este estado de coisas houve uma intensificação de ações e desejos de outros projetos de nação.

No fim da década de 1970 já estava em processo a abertura política no país. Embora não estejamos falando em processos de causa e efeito apontamos a reciprocidade entre esta abertura política e a avidez por liberdades, representatividade e democracia, após anos de repressão política. Com as demandas de democratização da sociedade nacional, emergem as políticas de patrimônio voltadas para as camadas populares, minorias étnicas, diversidade religiosa e outros segmentos da “sociedade”. A partir da adoção das perspectivas de bens culturais e de referência cultural nas políticas patrimoniais, veremos surgir o “colecionamento” de bens que referenciam e testemunham uma “nova narrativa” idealizada de nação, adquirindo ares de realidade. Sobretudo após a abertura política e a promulgação da “constituição cidadã” (1988) tais coleções procuram cumprir o papel de mostrar que o estado democrático brasileiro referenda, contempla e representa toda a variedade de grupos e segmentos da população brasileira, que o Brasil é um país de todos.

Retornemos à década de 1970 para tecer algumas considerações sobre alterações nas políticas patrimoniais referentes aos centros e conjuntos urbanos enquanto elementos patrimoniais. Em 1973 foi assinado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste o programa tinha como metas a revitalização dos bens culturais e a adequação da infra-estrutura urbana para fins turísticos.

Tal programa injetou verbas consideráveis nas políticas patrimoniais e inseriu o Patrimônio, sobretudo os bens imóveis urbanos e seus esquemas urbanos, numa dimensão econômica nunca antes experimentada em nosso país. Observa-se um deslocamento daquela fundamentação atrelada às narrativas de identidade e nação para um envolvimento profundo com discursos utilitaristas desenvolvimentistas de cunho “*neoliberal*”. Neste sentido, um desafio que se impõe em nossos dias é entender e analisar a participação, os interesses e vontades dos agentes do mercado econômico em torno do patrimônio, como por exemplo, agências financeiras internacionais (BID), bancos, empresas públicas e privadas, construtoras, etc. Além desses, a

presença das Organizações governamentais e não governamentais que intermedeiam e realizam tais ações.

Patrimonietarização: uma nova estratégia

“Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização.”
Mário de Andrade

Desde a década de 1960, organismos internacionais (CIAM, ICOMOS, UNESCO, OEA, etc.), que pensam e auxiliam a normatização quanto ao Patrimônio, vêm promovendo alterações na natureza dos elementos constitutivos do Patrimônio Cultural. Na Carta de Veneza – 1964 ficou determinada a indissociabilidade entre os monumentos e seus respectivos entornos. A partir daí uma crescente atenção será destinada a este entorno sobretudo nos casos de monumentos urbanos onde a ambiência do monumento é a própria cidade ou trechos dela.

Cidades e centros históricos passam a ser caracterizados, como os monumentos isolados, portadores da identidade cultural, testemunho do modo de viver de *civilizações do passado*. E pelo caráter plural destes novos elementos, uma vez que se constituem de vários e diferentes bens culturais, serão considerados “superiores” na capacidade de referenciar as culturas.

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade⁵¹...

Esta nova modalidade de bens patrimoniais é formulada concomitantemente ao processo de vinculação maciça entre cultura e mercado econômico. Tal associação se fará presente nos vários níveis de constituição dos centros urbanos históricos. Em outras palavras: 1) o valor econômico constitui o valor do bem; “Partimos do Pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país”⁵².

2) através do valor econômico (indústria do turismo) o bem se mantém:

[...] é lógico que os investimentos que se requerem para sua devida restauração e habilitação específica devem se fazer simultaneamente aos que reclama o equipamento turístico [...] A afluência turística determinada pela revalorização de um monumento assegura a rápida recuperação do capital investido nesse fim⁵³.

e; 3) para gerarem divisas (lucro, desenvolvimento, progresso, etc) é que eles se prestam:

Implicitamente que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso. [...] dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social.⁵⁴

Desde a década de 1970, o montante financeiro que passou a ser associado ao Patrimônio Cultural, quando se trata de conjuntos urbanos, ganhou proporções vultuosas⁵⁵. Primeiro porque sendo bens integrados uns aos outros e aos aparelhos urbanos, em geral, o custo de manutenção e

⁵¹ UNESCO. *Recomendação de Nairóbi*. Novembro de 1976. Disponível em: www.Iphan.gov.br

⁵² O.E.A. *Normas de Quito*. Novembro/Dezembro de 1967. Disponível em: www.Iphan.gov.br

⁵³ op. cit..

⁵⁴ op. cit.

⁵⁵ Sobre o montante financeiro do programa MONUMENTA, ver Anexo I

de adequação aos usos contemporâneos são bem maiores que a recuperação de um monumento isolado. Depois não se trata mais, apenas, de uma ação voltada à preservação ou restauração de um bem cultural, mas de um empreendimento voltado para o “desenvolvimento econômico” das cidades.

Dentro desta nova visão, as cidades que detêm monumentos e bens culturais se inserem numa competição intercidades pela disputa de capital e investimentos financeiros.

- a) O programa financiará atividades experimentais para incentivar o investimento e a participação de empresas privadas, residências, ONG's e outros grupos interessados no uso econômico do patrimônio urbano [...] As cidades participantes competirão por esses recursos, apresentando propostas de atividades e especificando a contribuição financeira dos patrocinadores privados. b) Promoção do turismo nas áreas do projeto [...] ⁵⁶

A cultura e os bens patrimoniais inseridos nessa política de mercado se convertem em moeda de troca se oferecendo enquanto capital produtivo e produtos para o consumo.

As ações de preservação nestes termos se vinculam ao aquecimento econômico das atividades turísticas e atendem a interesses de outros grupos: empreiteiras da construção civil que lucram com a execução das obras, arquitetos que encontram a chance de projetar os planos de adequação do equipamento urbano, empreendedores do lazer e cultura com seus bares e boates, arqueólogos que conduzirão as escavações (se o sítio for considerado de importância arqueológica), setor de crédito bancário movimentado pelo financiamento às reformas, etc.

Nos discursos difusos da política e da academia especializada, nos diversos veículos de comunicação, os centros urbanos são inseridos no processo de desaparecimento e perda atribuído ao tempo, clima, abandono e ação humana. Consensualmente os centros históricos são

⁵⁶ Programa MONUMENTA – BR-0261. *Resumo Executivo Preservação dos sítios históricos e culturais urbanos.* Terceiro eixo: Promoção de atividades econômicas nas áreas do projeto - Item 2.8. Grifos meus.

caracterizados como decadentes, como deficientes na qualidade e intensidade de seus usos, esteticamente precários, marginalizados e empobrecidos, “vítimas” de ações individuais de vandalismo, da incúria pública e da “ganância” privada, que progressivamente os devastam. Desta forma, a revitalização ou requalificação da área assume, então, um caráter missionário para salvar a cultura e para propiciar o desenvolvimento sócio-econômico da mesma.

Por traz de “fórmulas mágicas”, como conservação integrada, desenvolvimento sustentável e da idéia contida na epígrafe deste tópico, os projetos e ações de recuperação urbana camuflam das críticas um modelo de aquecimento econômico baseado na substituição de usos cotidianos e seus respectivos atores sociais, o que, em alguns casos, vem resultando no chamado processo de *gentrificação*.

A *gentrification*⁵⁷ é uma forma específica de segregação pautada na promoção de espaços urbanos por sua vinculação a usos “mais nobres” e populações mais bem dotadas economicamente. Este processo relativamente novo, vem sendo uma constante nos processos de revitalização de centros históricos no Brasil e no mundo. Através da valorização de espaços por meio de ações culturais, transformação paisagística, arte, tradição e história, algumas áreas tornam-se espaços disseminadoras de capital simbólico, passando a funcionar como centros de atração de populações letradas e abastadas, interessadas em usufruir e consumir tais valores.

As revitalizações de tais centros vêm sempre acompanhadas de altas nos valores imobiliários tanto para aquisição quanto para o aluguel⁵⁸. O custo de vida torna-se impraticável à

⁵⁷ O termo *gentrification* vêm sendo traduzido na literatura nacional por enobrecimento ou simplesmente *gentrificação* e remete a processos de elevação dos padrões sócio-econômicos de um determinado espaço. Tal termo está intimamente ligado aos processos de requalificação e reordenamento urbano que seguem as diretrizes do modelo de intervenção chamado de *Planejamento Estratégico*.

⁵⁸ Estas variações são utilizadas como indicadores do funcionamento do projeto de investimento e desenvolvimento urbano. Em outras palavras, de acordo com as diretrizes do programa MONUMENTA, os investimentos e gastos na preservação e recuperação dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais (SHUN) e dos Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (CUMN) devem, necessariamente, ser convertidos em altas nos valores de aluguéis, valores fundiários e dos imóveis.

população que utilizava aquele espaço antes da revitalização. Muitos destes projetos de revitalização já prevêm a retirada e realocação dos populares (explícita ou implicitamente) para outras áreas, em geral, afastadas do local onde ocorrem os investimentos. Quando estes permanecem vêm aumentar a precariedade de sua condição de cidadãos. Cercados por um ambiente de consumo de cultura, lazer e arte, em alguns casos, não se reconhecem autorizados ao livre trânsito e ao uso daquele espaço transformado, visto que não estão habilitados, por seus reduzidos ganhos pecuniários, a efetuar tais usos.

Como que seguindo, ainda, as teses liberais de Adam Smith (do século XVIII), alguns gestores urbanos apostam que o crescimento econômico, através das leis de livre mercado, será suficiente para diminuir ou equilibrar os problemas sociais e econômicos em torno da área revitalizada,

Essa operação não cumpre os requisitos para ser um projeto destinado a melhorar a justiça social, como está explicitado nos objetivos indicativos estabelecidos pela Oitava Reposição do Banco (documento AB-1704); tampouco pode ser catalogada como investimento contra a pobreza⁵⁹

Uma vez que há, declaradamente, uma centralização predominante no fator econômico, pode-se falar então de estratégias bem planejadas para o incremento dos lucros privados e, neste caso, através investimentos públicos diretos (verbas dos orçamentos federal, estadual ou municipal disponibilizados) e indiretos (verbas liberadas por agentes financeiros que implicam no endividamento público).

⁵⁹ Programa MONUMENTA – BR-0261. *Resumo Executivo Preservação dos sítios históricos e culturais urbanos.* Enfoque nos grupos de baixa renda e classificação do setor social. O programa, declaradamente, não visa ações de cunho social e as iniciativas ou pretensões neste sentido prejudicam a captação dos recursos financeiros, de acordo com as diretrizes de desenvolvimento do banco em relação ao patrimônio.

O fator econômico mercadológico desta proposta de gestão do patrimônio é tão proeminente que ele é utilizado como elemento definidor dos bens culturais a serem preservados ou não:

outros Monumentos destacados pelo IPHAN, localizados em Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (CUMN): considerar renda do espaço alugado. Se esta renda não cobre o custo do investimento a uma taxa de retorno de 12% ao ano, essa obra não deve ser incluída no projeto⁶⁰.

Tal modalidade de gestão promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de acordo com suas pretensões, tende a oficializar-se como política oficial para o IPHAN, visto que o programa considera como um dos fins a ser alcançado que sua política de gestão seja adotada independentemente da participação ou financiamento do banco para os demais SHUN ou CUMN⁶¹ do país; que o programa MONUMENTA apesar de trabalhar com o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não está submetido diretamente ao IPHAN; que a dotação orçamentária movimentada pelo programa é superior a dotação que o IPHAN dispõe para o tratamento e gestão dos bens de mesma natureza (Sítios Históricos ou Conjuntos Urbanos).

No discurso desenvolvimentista em que se afirmam tais bens, considera-se que a geração de lucros (dinamização econômica) é condição *sine qua non* para a preservação e restauração do patrimônio urbano edificado. Neste sentido criou-se uma espécie de consenso entre administradores e urbanistas especializados: para a revitalização de tais centros, a retirada das populações mais pobres é uma consequência praticamente inevitável destes processos. Um outro consenso, aí gerado, é o de considerar que investimentos sociais e ou assistenciais, às populações carentes ligadas aos bens, devem ser relegados a um plano secundário dentro do processo. Aliás,

⁶⁰ Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. MONUMENTA 1200/OC-BR. Regulamento Operativo – Anexo B: Critérios de Avaliação Sócio-Econômica – versão de setembro de 2003.

⁶¹ Respectivamente são: Sítios Históricos Urbanos Nacionais (SHUN) e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (CUMN)

o tratamento dispensado as ações sociais e assistenciais é o de custo. Benefícios ou melhoramentos nas condições sociais e econômicas das populações carentes da área recuperada são custos do investimento e não parte da revitalização.

Com o discurso de preservação da cultura e de desenvolvimento sócio-econômico sustentável se alimenta esta nova modalidade de gestão do patrimônio que chamamos de *patrimonetarização*⁶² pautada na desvinculação entre desenvolvimento sócio-econômico e melhoramento social a *patrimonetarização* operacionaliza a ligação entre o patrimônio urbano edificado às funções e propriedades de mercadoria.

A *patrimonetarização* sobrepõe a este conjunto de bens e suas demandas culturais as considerações e noções de mercado. Promove a interpretação destes bens culturais através de quantificações monetárias das relações custo-benefício. Transmuta os centros e sítios históricos em setores de produção da cidade. Neste sentido tende a anular, implicitamente, as possibilidades de uso e apropriação de parcelas da população que não se consubstanciem eficazmente no binômio cidadão-consumidor.

Neste primeiro capítulo esperamos ter delimitado minimamente a idéia de patrimônio enquanto produção e construção de discursos e estratégias políticas e econômicas, vinculadas a interesses de diversos *sujeitos de poder*⁶³. Neste sentido, ele cumpre a função preliminar de alicerçar a análise que faremos, no segundo capítulo, referente a discursos constituintes do patrimônio urbano edificado em Pernambuco.

⁶² Neologismo que adoto para descrever o viés mercadológico que se pratica nas políticas patrimoniais vinculadas aos centros urbanos. Tal neologismo surgiu em debates travados com um colega de mestrado, Normando Jorge de Albuquerque Melo a quem atribuo a autoria do termo.

⁶³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. as artes de fazer. 10ª ed.- Petrópolis: Vozes, 1994. p. 91 - 106.

2. Cidade e saudades: discursos e categorias patrimonializantes

O viajante que chega ao Recife por mar, ou de trem, não é recebido por uma cidade escancarada à sua admiração, à espera dos primeiros olhos gulosos de pitoresco ou de cor [...] – talvez fique a princípio desapontado com o Recife. Com o recato quase mourisco do Recife, cidade acanhada, escondendo-se por trás dos coqueiros; e angulosa, as igrejas magras, os sobrados estreitos [...] A nenhum, porém, a cidade se entrega imediatamente: seu melhor encanto consiste mesmo em deixar-se conquistar aos poucos. É uma cidade que prefere namorados sentimentais a admiradores imediatos⁶⁴
Gilberto Freyre

O que nos motiva nesse segundo capítulo é refletir como alguns discursos, modulados por intelectuais recifenses, trabalharam na constituição de sentidos e significados para as ruas, para as igrejas, praças, enfim, para a cidade. Considerando que estes discursos formam a base argumentativa (esta base argumentativa é apoiada nas concepções desenvolvidas na Europa e que foram apropriadas no contexto brasileiro) para o patrimônio em Pernambuco. Com efeito, analisaremos um corpus significativo de textos como propostas e fundamentos para a construção da idéia de patrimônio no estado de Pernambuco. Assim, ressaltaremos como transformações urbanas e renovações modernistas se transformam em perda e destruição de caráter, identidade, autenticidade e tradição; como tais discursos se esforçaram em fazer dos cidadãos verdadeiros “enamorados” da cidade, orientado por um sentimento de nostalgia. A leitura desses textos nos motiva a indagar o que representou esse conceito entre alguns segmentos da sociedade pernambucana, nas primeiras décadas do século XX, e como esse discurso serviu para o processo de construção e “fixação” da “cultura brasileira”, inclusive.

É preciso mencionar que a capital (Recife) nas décadas de 1920 e 1930 exercia poderes (econômico, político e simbólico) sobre as demais cidades do estado. Notícias e eventos no Recife, muitas vezes, eram discursivamente transformadas em notícias e eventos de Pernambuco.

⁶⁴ FREIRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1961. p. 3-4

As novidades da modernidade que chegavam intensamente na capital eram veiculadas na imprensa como o “progresso pernambucano”. Este poder metonímico que o Recife exerceu (ao menos discursivamente) sobre o estado é que permite abordar Pernambuco via Recife. Afinal, ao menos no início do SPHAN, a noção de patrimônio pernambucano foi construída discursivamente, a partir do Recife.

Mas que discursos são estes? São textos que através das palavras valorizaram e deram sentido para bens e objetos “pernambucanos”, que intencionalmente ou não influíram na constituição do “nosso” patrimônio histórico-cultural. Nesse panorama, Gilberto Freyre ocupa lugar de destaque entre os principais artífices de tais discursos. Primeiro porque trata diretamente da questão da preservação de bens culturais, depois, por sua influência enquanto intelectual reconhecido e estabelecido que se tornou em Pernambuco e no resto do país. Eis os motivos pelos quais esta análise concentra-se prioritariamente em seus escritos. Entretanto, também reservamos breves considerações sobre textos de Mário Sette – sua obra ganhou destaque enquanto descrição e narrativa do passado recifense. E Joaquim Inojosa que será identificado com a oposição que, para efeito da análise que elaboramos, concorre para significar o patrimônio enquanto enunciador da “perda”, “destruição” e “ausência”.

É preciso mencionar que a interpretação construída nesta análise só foi possível a partir da leitura de um leque maior de obras e documentos que não aparecerão textualmente aqui. São textos contemporâneos e posteriores aos discursos analisados, que nos permitiram tanto circunstanciar a análise quanto observar algumas apropriações e usos daqueles discursos em momentos e contextos diferentes. A título de registro mencionamos: *Antologia poética de Manuel Bandeira*; *(Des)Encantos modernos* de Antônio Paulo Rezende; *Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta* de João Cabral de Melo Neto; *Pernambuco preservado* de Leonardo Dantas.

Vários números de *A Pilhéria* e do *Diário de Pernambuco*. Cada um a seu modo contribuindo para fomentar “saudades” do Recife(s) de versos, imaginação e memória.

Os textos são vistos como componentes de uma rede discursiva, entretanto, focaremos expressamente neste capítulo as obras: *Tempo de aprendiz* e *Guia prático, histórico e sentimental da Cidade do Recife* de Gilberto Freyre. E de Mário Sette: *Maxambombas e maracatus*. E por fim, de Joaquim Inojosa, *O movimento modernista em Pernambuco*.

Estes autores adoleceram e tornaram-se homens em meio às novidades da dita modernidade que chegava à cidade nos anos 1920 e 1930. Os dois primeiros não as aceitavam de todo e, junto com outros, fizeram coro contra a velocidade das mudanças. Descreveram cidades garbosas, civilizadas - de cultura refinada, cidade de homens probos e mulheres sérias, cidades de belas putas – tão amáveis e quentes, de bêbados e boêmios quase todos poetas. Deram a todas essas cidades o nome de Recife.

Foram descrições privilegiadas. Historiograficamente, obras como as de Mário Sette e Gilberto Freyre passaram a figurar como “necessárias” ao conhecimento histórico da cidade, em outras palavras isto quer dizer que, durante algum tempo, seus escritos foram dotados de ares de “verdade” sobre o passado da cidade – conhecê-los era conhecer a cidade.

Nos textos analisados pudemos observar que categorias patrimonializantes (historicidade, antiguidade, estética e arte), em voga nos países ditos civilizados, são absorvidas e reformuladas para o contexto pernambucano. Observamos também, como se reformulam algumas noções fundantes para idéia de patrimônio (Perda e permanência, testemunho, beleza estética ou valor artístico).

Como apontamos no primeiro capítulo, a idéia de patrimônio, quando chega ao Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, já está bastante desenvolvida e difundida na Europa. Podemos observar dois efeitos: os discursos patrimonializantes já se apresentam com uma carga de “uma

cientificidade” e transitando num campo de verdades disciplinares; em segundo lugar, os discursos sobre patrimônio, para se estabelecerem, precisam dizer respeito e significar algo para uma população que até então não adotara tal idéia como mais uma ferramenta para a percepção e interpretação do seu mundo – daí a necessidade de uma linguagem literária (afetiva) para o tratamento do tema.

Considerando, ainda, que as categorias patrimonializantes não eram efetivas até a instituição das leis do patrimônio, em 1937, e que a própria idéia de patrimônio não está solidamente formulada no Brasil, temos nos textos analisados, categorias cujas formulações apenas se aproximariam daquelas que se estabeleceriam na letra da lei⁶⁵. Desta forma, assumimos que as categorias que estes autores lançam mão se definem, basicamente, pelo fato de que quando algum objeto é relacionado a uma delas, este ato pretende valorizar o objeto enquanto um bem cultural importante para a coletividade a qual se dirige (pernambucanos – recifenses – brasileiros).

As categorias que identificamos nos textos são: historicidade, identidade, tradição, antiguidade, originalidade e autenticidade estética. Entretanto, fazer uma distinção rígida entre tais categorias é uma tarefa cujo sucesso é quase improvável. Elas estão bastante imbricadas umas às outras, ligadas por uma “imagem (concepção) de passado” que predomina sobre todas elas e faz com que, em determinados momentos, tradição signifique história, identidade se confunda com tradição e que os aspectos estéticos estejam fortemente ligados tanto à tradição quanto à identidade. Sobretudo na escrita de Freyre, o amálgama destas categorias se faz presente e, a todo o momento, ele faz uso destas categorias de maneira que elas se retro-alimentem para o

⁶⁵ O artigo 134 da constituição de 1937 e o decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 demarcam e especificam claramente o que, a partir daquela data, tornaria determinado bem ou objeto parte do patrimônio nacional. O artigo 148 da constituição de 1934 falava, apenas, rapidamente em “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”.

exercício de valorização dos bens e objetos. Num monobloco, este ou aquele objeto é, a um só tempo: histórico, tradicional, símbolo de identidade e exemplar de uma estética original e autêntica.

Em “oposição complementar” a este processo de construção de uma atitude e proposta conservacionista, em relação aos “bens históricos” pernambucanos (mas que também podem ser observadas em outros estados), está a construção dos discursos e ações “modernistas / futuristas” em Pernambuco. Tais discursos e ações, em Pernambuco, eram lideradas pelo jornalista Joaquim Inojosa.

Sempre me convenci, porém, de que o jovem escritor defende a conservação das velharias por aí afora existentes, que nada representam para o nosso porvir. Deseja um engenho bangüê [...] ao invés de uma usina; um edifício de biqueira [...] ao invés de palacete moderno; uma Campina do Bodé, ao invés de uma praça Sérgio Loreto –, É zombar do bom-senso alheio, ou procurar convencer os demais que a evolução é uma mentira [...] ⁶⁶

Entendo que a construção e consolidação das concepções tanto “modernistas” quanto “regionalistas” se fazem neste movimento de oposição dialógica.

⁶⁶ INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v. 1, p. 159

O novo da modernidade

“Na praça, há o murinho dos velhos
que vêm a juventude passar;
ele está sentado ao lado deles.
Os desejos agora são recordações.”
Ítalo Calvino

Que novidades modernas são estas que mencionamos acima e que motivam como reação a saudade e a nostalgia? De maneira geral, na historiografia pernambucana, as décadas de 1920 e 1930 passam sob o signo da modernidade. Na economia, bangüês e engenhos viraram usinas. “Industrialização”, fábricas se instalam nos arrabaldes e nas cidades vizinhas. Na cidade: expansão urbana e “urbanização” da capital (a “Cruzada Sanitária” do dr. Amauri de Medeiros e mais tarde na “Liga Social Contra o Mocambo”). No cotidiano, mudanças e introdução de novos hábitos para as gentes das cidades (cinema, automóveis, futebol, novas músicas e modas).

É claro que este parágrafo sequer resume uma análise sócio-econômica da conjuntura do estado ou da capital, tampouco esta é a minha intenção. Trata-se de uma sinalização de mudanças na percepção e vivência da cidade. Como num processo, na década anterior (1910), as reformas do Bairro do Recife e do porto anunciavam os “tempos modernos” que se instauravam. Mais à frente houve um incremento da presença do automóvel (em 1919, o Recife assistiria sua primeira prova de velocidade de automóveis) na cidade⁶⁷:

Os derradeiros carros a cavalos que rodavam pelo Recife foram os do Agra, já envelhantados, rotos, sujos, decrépitos. Serviam para o acompanhamento dos defuntos ao cemitério de Santo Amaro. Uma verdadeira decadência. Até os boleiros foram perdendo a elegância dos trajes e substituíam os chapéus altos por feltros ordinários e ruços.

⁶⁷ Rezende; Antônio Paulo. *(Des)Encantos Modernos: histórias da Cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997. p.59

O automóvel varreu tudo. Cupês, landôs, berlindas, vitórias e cabriolés. Nem mesmo os carros fúnebres escaparam. Hoje, o próprio morto vai para a cova a trinta quilômetros a hora⁶⁸.

Os bondes elétricos se tornaram mais presentes na vida e paisagem urbana. A cidade “vivia” sem a lentidão dos passos e empacos das mulas⁶⁹ (os bondes elétricos chegaram ao Recife em 1914⁷⁰); nestes “*Tempos modernos*” do Recife, presenciou-se a derrubada de “velhos símbolos⁷¹” e a introdução de novas e variadas “tendências arquitetônicas”:

Os “vilinos” à italiana que estão a encher os novos bairros elegantes do Recife e até a invadir, em lamentável intrusão, os velhos, acusam sempre essa insuficiência. Essa diminuição em face à “escala humana”. É assim que seus terraços são de um espaço evidentemente calculado para o conforto de liliputianos⁷².

Para os homens e mulheres já maduros e aos apegados aos costumes eram mudanças ou até deformações; para muitos jovens eram seus próprios hábitos, suas modas; para os entusiastas da modernidade eram os avanços e progressos, conquistas de utilidade, praticidade e racionalidade. É do confronto de percepções diversas e até contrárias que se fará o elogio e o degredo ao novo e ao antigo de forma indissociável. O confronto seguirá e segue ainda nos nossos dias, o novo cada vez mais rápido e presente e o velho e antigo, sempre raro, cada vez mais valorizado.

⁶⁸ SETTE, Mario. *Maxambombas e maracatus*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1958. p. 175-180.

⁶⁹ op. cit. p. 61-74.

⁷⁰ op. cit. p. 214

⁷¹ Os Arcos da Conceição e de Santo Antônio foram derrubados em 1917. Nas décadas de 1920 e 1930, a arquitetura dos casarões “patriarcais” será substituída por uma “nova arquitetura moderna”.

⁷² FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 204-205 – Os liliputianos são personagens, de estatura diminuta (cabem na palma da mão de um homem), do livro – *Travels into several remote nations of the world* mais conhecido como *Gulliver’s travels*, de Jonathan Swift.

O ponto que nos interessa é que através dos textos de Freyre (explicitamente) e Mário Sette (indiretamente) se afirmará uma imagem negativa das mudanças e da “modernidade” implantada. Estas novidades, que mudavam as faces da cidade, passaram a ligar-se a representações do “não tradicional”, “não original” e do “inautêntico”. Mesmo coexistindo com um forte discurso de elogio e exaltação à modernidade, os discursos alinhados às idéias de Freyre alimentavam uma noção de instabilidade frente aos tempos vindouros e faziam das coisas do passado, artigos de primeira necessidade:

Os que ainda meninos, conheceram o Recife da lingüeta, do Arco de Santo Antônio, dos quiosques e das gameleiras, vamos experimentando sensação igual quanto à paisagem física. Parece que temos vivido em duas cidades diferentes. É uma angústia para as criaturas sensíveis viver nessas épocas de aguda transição. Vêem-se, afinal, numa cidade que lhes parece estrangeira⁷³.

Ao passo que “modernistas” apontavam vantagens nas mudanças e encontravam a estabilidade no mudar pois, tudo sempre muda, ou como talvez preferisse Inojosa, “evolui” (na literatura: Barroco, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo...).

De maneira direta, para Freyre, temos uma cidade que se perdeu, que não existe mais - a reforma do porto fez da lingüeta uma ilha, para o fluxo livre dos veículos os arcos foram ao chão. A outra cidade, na qual se sentem estrangeiras as criaturas sensíveis, é marcada e descrita justamente, através da perda. Ela é a cidade sem gameleiras, sem lingüeta nem arco. Estes elementos que compunham um conjunto estável, estavam inseridos no campo do comum e trivial devido à suas presenças concretas e constantes no cotidiano diário da cidade. Na medida em que são subtraídos aos quadros da estabilidade tornam-se símbolos de uma imagem “perdida” de cidade. A ausência do objeto passa a significar aquele conjunto (Recife) que foi alterado. A

⁷³ op. cit. p. 16-17

estabilidade, aqui, aparece apenas indiretamente, como forma de combate ao mal da transição, à angústia.

A concepção evolucionista linear que fundamentava as noções de história e tempo, ainda em voga naquela época (1920 – 1930), por um lado, tem como um de seus resultados a formulação de um sentimento de perda, ou seja, na medida em que avançamos no “caminho da história” vamos deixando coisas para trás que vão sendo apagadas e esquecidas. Por outro lado, a forma evolucionista linear da história concorre para uma aceitação das mudanças como parte intrínseca ao caminhar histórico,

Mas, construir, é destruir.

Destruir o que é inútil. Construir o que é útil. E o inútil de hoje, foi sempre útil ontem. É possível que muito do que construirmos venha a ser inútil amanhã. Contra essa lei da evolução não há reação possível⁷⁴

Que nos digam estudiosos dos mitos e dos rituais mas, em algum momento os homens decidiram que certas coisas não deveriam ser esquecidas, daí a primeira noção de monumento, um combate às perdas do esquecimento⁷⁵. Neste contexto é que a noção de perda se torna tão importante para o patrimônio pois, é na ausência que identificamos e atribuímos valores e é para evitá-la que se preserva e restaura os “monumentos”.

No *corpus* discursivo que contemplei, trabalhei com os estereótipos da “modernidade” e de seus entusiastas mais radicais⁷⁶, os quais Freyre apresenta em seus textos. Mas é preciso deixar

⁷⁴ INOJOSA, Joaquim. Tradição e tradicionalistas. In: _____. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v. 2, p.124

⁷⁵ “O sentido original do termo monumento é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa”. CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 1ª reimpressão. - São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 19

⁷⁶ Nos textos de Freyre que analisamos, ele explicita que uma (forma de) modernidade está sendo implantada em Pernambuco e no Brasil. E é contra esta forma específica de modernidade e contra seus defensores que o autor se opõe. O autor também quer nos levar a crer que havia uma oposição e um confronto ardoroso entre estes modernistas (da velocidade, das avenidas retas, etc.) e os modernistas como ele (modernista conservador ou conservador moderno) adeptos de uma outra modernidade não implantada (modernismo regionalista).

claro que o próprio Gilberto Freyre se diz moderno. A força que envolvia palavras como *modernidade* e *progresso* era grande demais para que, mesmo o mais “conservador”, quisesse ou pudesse despir-se inteiramente de tais “valores”. Assim, no que Freyre quer deixar transparecer, não se trataria de um embate em que se recusasse a “modernidade” mas, tratava-se de propostas diferentes de progresso e modernização que colidiam.

Neste sentido, dentro do próprio discurso freyriano, há a construção das trocas de acusações. Enquanto “entusiastas da modernidade” acusavam de conservadorismo e de serem retrógrados os ditos “conservadores”, os “modernos apegados à tradição, aos valores históricos e à identidade pernambucana” acusavam os primeiros de serem levianos e cegos para a beleza, para o valor e para as lições que a história e a tradição podiam lhes ensinar.

Seja o futuro a preocupação verdadeira e única. Que lhe importa o prédio antigo se não preenche as exigências dos modernos princípios de higiene? A obra de benefício resume-se em condená-lo para que em substituição, se construa edifício novo⁷⁷.

Dentro, ainda, dos textos de Freyre temos que uma proposta de modernidade é aquela importada à “taxa de 90%” sem vínculos com a boa moral ou a “natureza” da gente brasileira⁷⁸. Ele não esconde sua predileção pela Europa enquanto exemplo de civilização em detrimento dos Estados Unidos. É olhando para o *velho mundo* (Com exceção à Suíça e Finlândia: “à Suíça o mundo só é devedor de relógios, latas de leite condensado, Jean Jacques Rousseau (...) e queijos”

⁷⁷ INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v. 2, p.75

⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v.1, p.342-343 – Freyre critica a “estética ou uma ordem política adquirida” pois não haveria ligação com a “cultura nacional”. Quando ele usa a expressão “empréstimo a 90%” nos remete às importações dos produtos e de um “novo estilo de vida” e os custos, financeiros e sócio-culturais, de tal operação bem como às propostas artísticas e estéticas dos “modernistas / futuristas” do Brasil.

e à Finlândia, material para uma caricatura de Eça de Queiroz⁷⁹”) que ele pensa o outro ideal de modernidade que deveria levar o país ao desenvolvimento, entretanto, com refinamento e nobreza, sem perder as notas tropicais à brasileira. Em outras palavras, uma conciliação entre conservadorismo e modernismo. Tal conciliação nos discursos freyrianos seria expressa num chamado modernismo regionalista.

A “modernidade” e o “progresso” seguem com suas inovações técnicas mesmo porque se trata de uma questão ampla posta para a “nação”. Se o progresso, inclusive pelo valor semântico que assume na época não pode ser criticado ou detido (o progresso é o avanço, a marcha civilizadora do país, é o próprio decorrer da história – “o inescapável”), as oposições residirão na dimensão da “ordem”. Na leitura do discurso freyriano, dependendo do modelo de “modernização” adotado (o que se filia à tradição e não esquece sua história, ou aquele sedento de novidade e de constantes mudanças) ter-se-ia um país ordeiro (como os dos nossos pais e avós) ou desordeiro (com a família e a juventude desajustadas).

É curioso notar que nos discursos freyrianos as categorias patrimonializantes remetem sempre a um passado desejado e admirado. Mesmo quando Freyre fala de uma estética para o presente e futuro, para que ela seja brasileira é necessário que esteja alicerçada e ancorada naquele tempo (senhorial, patriarcal, colonial):

Contra este passado imediato (referindo-se ao período republicano) de mau gosto e estreito utilitarismo é que a nova gente do Brasil precisa reagir, aliada com o Grande Passado brasileiro. Aliada com o Grande Passado brasileiro, rico de sugestões a desenvolver nos esforços criadores de hoje.

E aos que desejamos um Pernambuco que se renove pernambucanamente dentro do espírito do seu passado vivamente romântico e das sugestões de sua

⁷⁹ FREYRE, Gilberto. artigo 3. Diário de Pernambuco. Recife, 06 mai. 1923. Neste artigo, a defesa da tradição leva o autor a defender a utilidade do analfabetismo no processo de conservação das tradições.

paisagem, deliciosamente tropical – animam-nos de um vivo prazer esforços como os dos Amaurys de Medeiros⁸⁰.

O passado dourado

“Agora vou entrando
no Recife pitoresco,
sentimental, histórico,
de Apipucos e do Monteiro:
do Poço da Panela,
da Casa Forte e do Caldereiro,
onde há poças de tempo
estagnadas sob as mangueiras;”
João Cabral de Melo Neto

No discurso freyriano e na composição de Mário Sette é possível notar dois sentidos de valorização do passado. O primeiro vai do passado para os objetos e o segundo dos objetos para o passado. Ou seja, objetos e edificações têm valor pois são testemunhos ou são representativos de um passado ideal. Da outra forma o passado têm valor pois, a ele pertencem determinados objetos, construções, hábitos e costumes de “valores ímpares”. Duas estratégias são usadas recorrentemente na valorização tanto do passado quanto dos seus *valores*⁸¹: primeiro a criação de um passado “dourado” onde se sobressaem suas qualidades e os problemas são subsumidos; depois, ataca-se o presente ressaltando aspectos ditos negativos. É que partindo das novidades modernas e apoiando-se numa concepção evolucionista conclui-se que se terá um futuro,

⁸⁰ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v.2, p. 230-231 – A menção ao Dr. Amaury de Medeiros se deve às obras de um pavilhão do hospital Oswaldo Cruz cuja estética (segundo Freyre) remete a arquitetura colonial.

⁸¹ Em vez de objetos ou bens, Freyre faz uso da palavra valores nos seus textos. Assim, referindo-se aos altares antigos das igrejas pernambucanas que vão sendo substituídos por altares de concreto, ele diz “Um pouco tarde a reação – mas ainda a tempo de salvar valores ameaçados de desaparecer”.

progressivamente, incerto, pobre (culturalmente) e imoral, à espera da sociedade que não olha para a própria história.

Passemos à construção do passado como idealização. Como já dissemos, ele surge ao mesmo tempo em que se constrói ou se percebe num presente desconfortante. São atos inseparáveis. Os meios utilizados para consubstanciar tal desconforto são bem variados. Desconforto frente a novos hábitos divulgados abertamente em livros e jornais:

Lojas Sombrias de outrora.
 Já as conhecemos muito melhores, muito mesmo.
 Algumas até puxando a elegantes, mas mesmo assim, cadê a graça e o encanto de hoje? Quem admitiria moça sozinha fazendo compras, conversando cinema ou futebol com os caixeiros? Viria o mundo abaixo. Se alguma o fizesse seria dada logo por “assanhada”, “cabeça doida”⁸².

Houve um filme repetidíssimo. As maxixeiras.
 As matronas protestavam: Indecente!
 Hoje teriam de modificar a classificação diante das netas dançando em um salão moderno⁸³.

Dentre este morno conservadorismo e esta rasteira vulgaridade é que a nova rapariga – a nova *girl* – alonga a sua revolucionária, inquietante figura.
 Revolucionária da estética da mulher. Revolucionária das modas da mulher.
 Revolucionária da moral sexual. Estamos diante de uma nova estética da mulher que nos vem dos Estados Unidos⁸⁴.

Se aqui este desconforto parece fragmentado e desarticulado, em conjunto, frases, palavras, modinhas populares, charges etc. se tornavam um discurso legível e eficiente.

Como um verdadeiro *calcanhar de Aquiles*, explorado contra os entusiastas da modernidade, a moral e a boa conduta de suas filhas e esposas. *Assanhadas, cabeças doidas*,

⁸² SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. 4ª edição, - Rio de Janeiro – RJ: Livraria – Editora da casa do estudante do Brasil, 1958. p. 24 – Alterei a grafia de palavras para a forma usada atualmente.

⁸³ op. cit. p. 138

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 321-324

indecentes, revolucionárias e inquietantes estas seriam as mulheres modernas, afirmavam direta ou indiretamente artigos em muitos jornais e revistas. E assim serão as casas modernas e, conseqüentemente, a sociedade vindoura, uma vez que, é a mulher (matriarca) o amálgama moral da família nos dizeres de Freyre. É ela que une, que dá liga aos indivíduos de uma família e em última instância, da sociedade. Quando este ponto de coesão se desgarra, todo o resto tende ao desajuste⁸⁵, era isso que diziam ou queriam dizer os mais conservadores, como Freyre.

Ora, “Estamos a virar (...) verdadeira bola de cera (...) cuja plástica diariamente se altera” frase lapidar para exprimir a “inaceitável” instabilidade dos novos tempos. Para conservadores ou para os zelosos da “tradição e dos bons costumes”, a mudança constituía-se num mal em si, sobretudo quando o assunto era a moral e o comportamento ainda mais o feminino. Entre tantas inflexões a que podem chegar os que lêem os textos de Freyre e Sette, é palpável pensar na utilização dos “avanços” femininos como munição para o ataque à “modernidade” e suas “invencionices”.

Arguta e maliciosa estratégia discursiva, que deu tanto ensejo para as ironias e chistes nas páginas de *A Pilheria*:

São as tás das milindrosa
 Co'a cara toda pintada
 As perna toda de fora
 Bancando de vaporosa.
 Hai uns home sem vergonha
 Qui se chama armofadinha
 Eu lhe posso agaranti
 Qui elles só anda de anquinha
 [...]
 Quando elas vê esse typo
 Ficam todas assanhadas;
 Andam pra frente e pra traz
 Cuma quem dá imbigada

⁸⁵ Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre elabora e expõe o que para ele seria o papel da mulher na família brasileira patriarcal e rural, já em *Sobrados & Mocambos*, a partir da família nuclear e urbana ou o que sobrou da família patriarcal ele segue elaborando suas teses entre as quais o papel social da mulher e as conseqüências das mulheres terem “ganho” as ruas.

[...] ⁸⁶

Afinal, quantos de bom grado puseram suas filhas, boas moças, *à la garçonne* e em saias e mangas curtas? Quantos incentivaram suas esposas ao trabalho fora de casa ou defenderam sua liberdade de ir e vir desacompanhada pelas ruas da cidade e no *flirt* da rua Nova?

O que queriam os “conservadores” era fazer com que se assentasse a idéia de que o modelo de modernidade em curso era indissociável das mudanças comportamentais “degeneradoras” que se vivenciava.

‘Já não é, pois sem tempo, que devemos reagir contra a onda invasora de meia cultura de uma geração avariada pelo utilitarismo e vida leviana dos nossos dias. Nunca nos pareceu tão necessário como hoje o desenvolvimento desse instinto de conservação que, tão forte no tocante à vida dos indivíduos, vai-se apagando e arrefecendo no que diz com as tradições e características superiores da raça.’ Estas palavras, não as fui buscar em esquecida página de Eduardo Prado: recolhi-as em atualíssima circular de Dom Sebastião Leme. Vêm exatamente vibrar a tecla que eu tenho o dedo a doer de tanto ferir: o barato cosmopolitismo em que entre nós se vai dissolvendo o espírito nacional. Estamos a virar – já uma vez escrevi – verdadeira bola de cera, cuja plástica diariamente se altera à influência das fitas de cinema, das modas americanas e da literatura francesa ⁸⁷.

Outro meio de veicular o desconforto à modernidade utilizado por Freyre se realiza através de um “debate cientificista” travado nas páginas dos jornais do Recife. Debates alimentados com a “participação” de ilustres e autorizados “interlocutores”: Saturnino de Brito, Einstein, Amauri de Medeiros. O autor não fez uso de uma escrita “tecnicista” ou “acadêmica”. Preferiu manter-se ligado a um estilo literário e afetivo com o qual, não só argumentava, como também solidificava uma autoridade e erudição para si.

⁸⁶ Versos de Filorenço e Frutunata, autores da coluna *O qui nós vê na capitá*, publicados na revista *A Pilheria*, em 23 de junho de 1922.

⁸⁷ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 36

Em relação ao urbanismo e arquitetura, cujos cânones que defendiam as linhas retas, o funcionalismo e o utilitarismo se sobressaiam,

Realmente não adivinho no conservar as ruas infectas, os becos estreitos e, muitas vezes, sem saída, dos bairros de São José, Recife e Santo Antônio, o manter o Recife tradicional, quando o que isso revelaria, era a nossa incultura, nosso desamor à civilização, uma chinesice pernambucana [...]⁸⁸

Freyre afirmou que eram pobres, que não se adequavam à realidade tropical pernambucana.

Segundo Freyre o “urbanismo moderno” das linhas retas a Haussmann⁸⁹ e (mais tarde) o de Le Corbusier⁹⁰ não podia ser simplesmente importado e implantado das realidades européias e da América do Norte para Pernambuco. As esquinas perpendiculares e as largas avenidas, ainda que fossem necessárias para a modernidade dos transportes, do saneamento e da eletricidade, precisavam fazer concessões ao sol tropical e ao ritmo de vida “natural” dos homens dos trópicos. Mas sobretudo, este urbanismo precisava fazer concessões à mansidão, ao “à vontade” e à beleza das velhas igrejas, dos respeitáveis “casarões patriarcais”, das ruas estreitas e tortas à portuguesa e aos “becos quase mouriscos” tão “característicos” e “próprios” da cidade do Recife.

A arquitetura e o urbanismo foram tratados, recorrentemente, nos escritos de Freyre, mesmo não sendo assuntos de sua especialidade. Defendia, à sua maneira, um urbanismo que, em

⁸⁸ INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v. 1, p.159

⁸⁹ Prefeito da Paris napoleônica do século XIX que promoveu grandes reformas urbanas nas cidades Francesas substituindo as antigas malhas urbanas por traçados urbanos geométricos ligando diversos pontos das cidades por largas avenidas e bulevares. Este urbanismo influenciou uma primeira fase de modernização urbana no Brasil vista nas reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro e na reforma do Bairro do Recife da década de 1910.

⁹⁰ CORBUSIER, Le. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Ver: O caminho das mulas e o caminho dos homens. Corbusier foi um dos arquitetos mais importantes do século XX. Modernista de grande influência no Brasil e no mundo, criou soluções arquitetônicas inovadoras e lançou diretrizes teóricas importantes para o urbanismo. O principal fundamento de suas teorias urbanísticas e de sua arquitetura era a funcionalidade. Como diretriz estética Corbusier defendia a “verdade dos materiais” ou seja a arquitetura “moderna” não deveria camuflar os materiais construtivos, estes deveriam ser utilizados de maneira que sua evidência compusesse a forma e a estética das edificações. A influência de Le Corbusier na arquitetura começa nos anos 1920. Ela será mais notável no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1940.

termos, aproximamos ao de Camilo Sitte e seus seguidores – um urbanismo calcado em questões estéticas e artísticas⁹¹. Recorria sempre a “autoridades”, mesmo indefinidas em alguns casos, no assunto para reforçar seu ideal de cidade:

Mas americano nenhum de alguma cultura compreende que uma comissão de “city planning” se lembrasse de substituir o pitoresco colonial de Boston, por exemplo, ou da New York em torno a Washington Square – tão parecida ao Recife da velha Lingüeta – pelo geometrismo de cidade feita à fita métrica [...] Nas próprias cidades novas dos Estados Unidos e da Alemanha – onde tão adiantado está hoje o urbanismo – procura-se evitar a rigidez geométrica [...] O urbanismo inteligente tem muito vivo respeito das velhas igrejas [...] Tem o mais vivo respeito pelas irregularidades expressivas. Pelas assimetrias [...] Que o diga a voz de um mestre, conhecido e respeitado no estrangeiro: o já recordado Sr. Saturnino de Brito. ‘Projeto ruas novas sem a preocupação inconveniente e hoje condenada de alinhar ruas retas e largas, cortando-se em ângulos retos’⁹².

A necessidade de sombreamento das ruas para aplacar o calor era uma das bandeiras a qual Freyre se agarrava para condenar as largas e ensolaradas avenidas modernas. Para tal não vacilou em arremeter Albert Einstein para discursar em favor das ruas estreitas e do regionalismo:

Do Rio, elogiou Einstein as velhas ruas: a do Ouvidor, a de Gonçalves Dias, que ele dizia cheias de sombra, peculiares mais aos climas tropicais [...] No Recife Einstein teria elogiado não as avenidas novas, que esplendem ao sol com os seus horríveis postes, mas estas nossas ruas de São José, tão deliciosamente nossas. Ruas estreitas e de doces sombras e de um ar quase mourisco e de um aconchego de ruas da Idade Média. Ruas ainda virgens da estética dos engenheiros; do huysmanismo oficial.⁹³

⁹¹ SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1992. 240 p. Trata-se de um urbanismo que não pretendia submeter forma e estética ao funcionalismo ou ao utilitarismo. Sitte sistematizou uma revisão sobretudo da concepção de traçado urbano. Pensou os espaços públicos a partir de prerrogativas qualitativas e não quantitativas.

⁹² FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 270-272

⁹³ op. cit. p. 140 – 142

Ao que contra-argumentava o “moderníssimo” Inojosa:

Pois, não foi um acatado jornalista que afirmou um desses domingos, viesse Einstein a esta cidade, admiraria, não a Av. Marquês de Olinda, nem as praças recém-construídas, mas sim a Rua Barão de Suassuna ou a Travessa do Peixoto? Por quê?

Porque o sábio alemão teceu elogios à Rua do Ouvidor, no Rio, o que faria qualquer pessoa que a visitasse pela primeira vez.

A mim impressionou-me, certa tarde, ao sair da Avenida Central, o penetrar naquela artéria, onde não passam bondes, nem automóveis, nem carroças [...] se ouve o bailado irônico dos sapatos nas calçadas – [...] de mosaico, [...] e se vêem as montras das casas de moda esplandecer de novidades, e edifícios novos e elegantes [...] ⁹⁴

Em oposição às “mudanças” e “deformações” trazidas pela “modernidade”, Freyre propõe a permanência e o apego a um passado distante destas “sem cerimônias” dos dias em curso, distante do “rastaquêrismo pequeno burguês”, distante da pressa, da velocidade e da impessoalidade do Recife “moderno”. Em Freyre, todo “desajuste” ou desencanto de ordem moral se localiza no presente ou se projeta para o futuro portanto, fora deste tempo passado que é todo qualidades, lirismos e bons recordos. Mesmo a prostituição, tão frequente nos textos (poesias e romances) da época, aparece bucolicamente como um “sabor” a mais da mulher mestiça ou como uma sensualidade européia (polacas e francesas eram as prediletas) o que parece uma contradição junto à moral tão almejada ⁹⁵.

O passado (anterior à república, passado imperial, colonial, patriarcal) aparece nos textos como um tempo distante, do qual foram extraídas as imperfeições, um tempo cravejado de honestidades, ingenuidades, de “homens melhores”.

Recife
Não a Veneza americana

⁹⁴ INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v. 2, p. 120 – 124

⁹⁵ Fora destes dois grupos “a prostituta” aparece ainda como pobres jovens que migraram para a cidade em busca de uma vida melhor. Não se menciona as prostitutas da terra (pernambucanas e recifenses), nos textos de Freyre a volúpia, em geral, é negra ou estrangeira.

automóveis torna-se o que se perdeu e faz falta. Onde está, hoje (décadas de 1920 e 1930), a vagarosidade que permitia longas conversas e aproximava as pessoas? Onde está a cidade dos bondes da Carril? Puxados por simpáticos e dedicados burrinhos e conduzidos por condutores que conheciam a todos pelos nomes e que se concediam a gentileza de esperar por um passageiro que ainda saísse de casa. Onde estão os tais bondes do livro de Mário Sette cuja malemolência embalou olhares de jovens apaixonados. E que eram palco das sociabilidades mais saudáveis. Só os conhecemos bucolicamente, liricamente em relatos de um passado que se tornou nosso passado pelas forças dos discursos que o afirmaram.

O passado do Recife que o Recife recorda por meio do seu patrimônio e literatura (sobretudo através dos seus bens materiais em *pedra e cal*) é de luz a gás e depois elétrica, de danças, belas vozes e belas mulheres no palco do teatro Santa Isabel (não importa quão pequena proporção da população tenha tido o privilégio de assistir às operas e peças trazidas pelas companhias européias de teatro). Neste passado, a “sociedade” se mobilizava em torno destas apresentações, era um acontecimento a chegada das trupes. Uma mostra incontestante do bom gosto, da sofisticação, da cultura e elegância eram as noites deste passado às portas do teatro. São estas algumas imagens que se desenham do Recife do século XIX. Desenho feito com as letras desse início de século XX e que se transformaram em “memória” e “história”.

Neste passado habilmente construído as mulheres eram “sérias”, viviam para os maridos e para a família, usavam roupas compostas e sabiam tudo que uma “boa mulher” deve saber, inclusive as receitas tradicionais e secretas de quitutes, licores e doces de frutas da terra. As tragédias e mazelas humanas para não prevalecer sobre a imagem do passado, embora sejam necessárias para dar um toque de realidade aos textos, ganham ares jocosos: um bonde Santo Amaro – Hospício que decepara as duas pernas de uma vendedora de tapiocas, Sinhá Quina, se transforma numa comédia onde policiais brigam com os civis para tentar obrigá-los a carregar a

padiola, que é sempre guardada no mesmo quarto da latrina⁹⁸. O mesmo se dá com a inescapável condição humana: hábitos dos recifenses mais “crus” - “defecarem napolitanamente ao pé das pontes (...) exibindo traseiros para escândalo das inglesas mais severas”⁹⁹ - são retratos, imagens de um tempo passado que vão empalidecendo na memória mas, que é posto pelos “tradicionalistas” em oposição comparativa aos tempos “modernos”.

Da mesma forma que se concede, perniciosamente, a sensualidade às negras, mulatas e estrangeiras, o trabalho e o ir e vir às mulheres do “povo”; é concedida ao “povo” (conjunto dos segmentos menos abastados, menos letrados e populações rurais) como um todo, a indulgência da ignorância e da simplicidade. Neste sentido esta massa, discursivamente, é remanejada de suas realidades (parte da sociedade) para a existência no pitoresco e num exotismo endógeno que colore com as cores populares o “passado dourado” pernambucano. Assim, o Recife deste passado torna-se um lugar cheio de valores civilizados e curiosidades “nativas”. Devidamente apartada a civilização e o pitoresco popular, eles coexistem com suas relações cuidadosamente esquecidas ou postas em algum lugar inofensivo da memória.

O patrimônio de bens históricos e artísticos que foram colecionados e defendidos nas primeiras década do século XX deveria nos remeter a este passado de Pernambuco. A tônica de saudosismo e nostalgia se consolidou “entre nós” e se realimentou no decorrer do tempo, em canções de frevos e maracatus, em mais demolições urbanísticas (abertura da Av. Guararapes e Av. Dantas Barreto) transmutadas em perdas irreparáveis da história, da cultura e do passado. Alegoricamente, o Recife de hoje é o da Dantas Barreto, mas sem Martírios; Recife de prédios modernos, ainda, mas sem Igreja do Paraíso; um Recife que perdeu quarteirões de sobrados e velhas ruas estreitas, que perdeu seus serenos, a familiaridade nas calçadas, alguns até dirão que é

⁹⁸ SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Livraria –Editora da casa do estudante do Brasil, 1958. p. 169-171.

⁹⁹ FREIRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1961. p. 45.

uma cidade a perder sua poesia e boemia. Nesta arritmia de presenças e ausências seguimos construindo as cidades que habitamos.

Voltando aos textos analisados (os de Gilberto Freyre, sobretudo), a única maneira de avançar rumo ao “desenvolvimento”, mantendo a “ordem” e os “costumes sérios”, seria adotar uma modernização que se ajustasse aos valores tradicionais e históricos. “Querem o regresso absoluto ao passado? ‘Muito ao contrário, responde voz autorizada do grupo: pedimos à experiência *do que foi* as normas seguras *do que deve ser.*’”¹⁰⁰ Para tal serviriam os monumentos e os velhos bairros: manter a lembrança dos tempos passados, dos hábitos e costumes antigos, e para manter “viva” a história e sua função pedagógica de ensinar quem somos pelo que fomos (hoje esta função pedagógica está bastante desacreditada). Estabelecendo um passado ideal projetam-se pontes para fazer a religação entre este e o tempo corrente. As velhas pontes, as velhas igrejas, as casas-grandes de engenhos, ruas e pátios são pontes de ligação para o passado. Teriam sido pontos de religação ainda mais fortes, para Freyre e Sette, as ausências das gameleiras, da igreja do Corpo Santo, do antigo bairro do Recife dos arcos, dos balõezinhos, da lingüeta.

É certo que Gilberto Freyre pensava num leque mais amplo para o patrimônio, defendendo a preservação de objetos, nomes de logradouros, costumes culinários, utilizando-se amplamente de imagens comparativas, que contrapunham de forma assimétrica e com juízos de valor, passado e presente. Vejamos um interessante exemplo:

A arquitetura quase sempre diz a verdade através de seus signos [...]. Compreendidos os edifícios e as estatuas de pedra, nada mais fácil que compreender os homens. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casa que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis. Ainda ontem me fazia notar o Sr. Carlos Lyra Filho, ante um velho sofá do tempo de Pedro II, que o móvel parecia acolher os amigos da casa com o mais sincero “bom dia” deste mundo, convidando-os a estar a gosto e

¹⁰⁰ FREYRE, Gilberto. artigo 11. Diário de Pernambuco. Recife, 01 jul. 1923.

prometendo café e vinho jenipapo. As modernas cadeiras muito mal dizem “bom dia”. Não convidam ninguém a sentar-se. Recebem as visitas com cara feia. Elas próprias parecem querer sair. Seus sinais são os de impaciência. Dão toda a idéia dessa intranqüilidade que nos leva a viver mudando de casa. Mudar de casa é no Brasil o grande “sport” nacional da gente grande[...]¹⁰¹

Freyre defendeu também a criação de um museu de técnicas e artes tradicionais (retrospectivas). Mas na década de 1920 as edificações da cidade é que passaram a ocupar boa parte das linhas escritas por ele, no Diário de Pernambuco. E, como sabemos, no final da década de 1930, instituiu-se uma política nacional para o patrimônio que devotou especial atenção ao patrimônio imóvel de “pedra e cal”. Passemos então à análise do que foi proposto enquanto valores e motivações para a preservação dos bens urbanos edificados pelo autor.

A valorização das edificações do passado

“A cidade se embebe como uma esponja
dessa onda que reflui das recordações e se dilata.
Uma descrição de Zaira como é atualmente
deveria conter todo o passado de Zaíra.
Mas a cidade não conta o seu passado,
ela o contém como as linhas da mão,
escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas,”
Ítalo Calvino

Freyre usa largamente a imagem da perda e da irreversibilidade desta nas suas construções dos valores dos bens e nas argumentações para guiar as posturas diante do “patrimônio”:

Hoje, para recolher uma impressão, mesmo fortuita, do velho Recife é preciso ir aos dois ou três becos quase mouriscos que ainda nos restam, ao pé das insolentes avenidas novas [...] O pitoresco está a desaparecer tão depressa do Recife que já se pode falar dele como de um moribundo. É pena. Porque no

¹⁰¹ FREYRE, Gilberto. O que dizem as casas e os móveis. In: *Artigos de jornal*. Edições Mozart. p. 82-83

pitoresco local está o caráter de uma cidade: quando ele morre é sinal de estarem a morrer valores morais muito sérios¹⁰².

Assume a existência de um tipo arquitetônico ideal alias, um “espírito arquitetônico” que deveria permanecer na arquitetura nacional. E assume no seu discurso posturas que o aproximam das idéias de John Ruskin¹⁰³ no que toca o respeito às edificações do passado:

E quanto aos monumentos de interesse histórico ou artístico: “onde quer que se apresente um traço apreciável da fisionomia nacional, em sua história, em suas crenças e tradições, em seus documentos de arte, a única atitude que convém a um homem de espírito – é a de respeito e veneração.”¹⁰⁴

À sua maneira Freyre reafirmava algumas idéias do autor inglês e com isso ajudava a afirmar e construir no Brasil, preceitos e princípios, que ainda hoje são pressupostos para as ações ou reflexões sobre patrimônio. Para ele os bens culturais continham as “lições” capazes de ensinar aos brasileiros, o que é ser brasileiro. Continham lições de como ser autêntico e originalmente um bom brasileiro no que diz respeito a moral e ao bom gosto. E por fim, tais bens eram capazes, além de testemunhar e fazer lembrar “do passado” como “lugares de memória¹⁰⁵”, de trazer lições para o civismo, para o deleite e prazer e para a instrução.

¹⁰² FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p.16-17

¹⁰³ Com *The seven lamps of architecture*, obra publicada pela primeira vez em 1880, John Ruskin tornou-se um dos principais debatedores e divulgadores da preservação arquitetônica. Aveso às teorias de restauração que se desenvolviam na Europa, no século XIX lançou um movimento anti-restauro que deixou suas marcas na concepção de patrimônio que se desenvolveria a partir dali.

¹⁰⁴ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p.36-38

¹⁰⁵ A expressão *les lieux de memoire* é usada por Pierre Nora em obra homônima (*Les lieux de memoire*) e remete a concepção de que a memória reside nos objetos e, sobretudo, nos monumentos.

Num artigo intitulado *A vitória dos coretos* e publicado no diário de Pernambuco a 19 de julho de 1925 temos uma amostra destas concepções quando o autor defende a permanência dos cruzeiros nas praças contra sua substituição por coretos de cimento armado:

Uma praça com um cruzeiro no meio, diante da matriz? Horror para a estética de fraque! Que desapareça o cruzeiro! [...] Que importa que o cruzeiro seja a nota, a sugestão, o sinete mais vivo de brasileiridade? Que importa que ele recorde a Primeira Missa? Que importa que o cruzeiro anime no brasileiro, católico ou acatólico, todo um mundo de emoções íntimas; e lhe recorde toda a poesia dos começos da nacionalidade?¹⁰⁶

Não me dedicarei a questionar ou precisar a validade das afirmações de Freyre por exemplo, o que achavam os brasileiros católicos, protestantes, judeus ou os descendentes de “mouros” dos tais cruzeiros. Tampouco vou discutir a eficácia dos cruzeiros enquanto símbolos nacionais para a rememoração. Me concentrarei, dentro dos textos, na intenção do autor de afirmar e consolidar “valores” para bens culturais a fim de conferir uma coerência concreta para idéias abstratas que lhe eram tão caras: nacionalidade, brasileiridade, pernambucanidade, tradição. Assim, observaremos suas estratégias discursivas para fazer verossímeis seus escritos e como ele usa os bens culturais edificados nessa escrita. Isto em “oposição” a um discurso “modernizador” que ironiza:

Belo programa realizaria um governo em Pernambuco, se ao invés de iniciar a construção de novas praças, hospitais, de avenidas, autorizasse a conservação dos velhos bairros, das antigas ruas sem expressão tradicional, onde os próprios *soi-disants* tradicionalistas não querem residir!¹⁰⁷

¹⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p.186-188

¹⁰⁷ INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v. 2, p.122

Embora haja sobre as edificações a ação “destruidora” da natureza e do tempo, a maior preocupação do autor para a permanência dos bens edificados vem de uma tendência que ele percebia de substituir as edificações antigas por novas construções seguindo “modismos arquitetônicos”. O autor acusava uma falta de “inteligência” e sensibilidade para perceber os valores da arquitetura autenticamente brasileira – o espírito colonial¹⁰⁸. Fazendo uso das inovações da “modernidade” inseria as construções antigas na inexorabilidade do tempo e da história a perderem-se frente às ações humanas:

E, entretanto, não é só no mato e pela invasão dos canaviais das usinas insaciáveis, que desaparecem essas notas identificadoras da nossa paisagem e do nosso passado. Também na cidade. É com uma sem-cerimônia que acusa a ausência de toda sensibilidade e de todo gosto, que o arrivismo triunfante no Recife manda derrubar árvores velhíssimas e destruir ou acatitar casarões de uma dignidade característica e de uma simpatia acolhedora – para edificação amiudada, catita e espaventosa de modernices¹⁰⁹.

Mesmo que o autor mantivesse em boas condições e com a pintura sempre em dia o velho casarão de Apipucos, liricamente Freyre nos fala em elogios dos verdes e sujos de velhice que estampavam os velhos casarões e igrejas da cidade. Residiria nestes atestados de “antiguidade” belezas e inspirações da cidade. “Tinha um “sujo de velhice” que me impressionava, com um místico prestígio, a meninice. O tempo o esverdeara todo de um verde que tinha encanto de uma unção¹¹⁰”. Lendo Freyre recordei-me de uma passagem de *Tristes trópicos* onde Levi Strauss se

¹⁰⁸ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 268-269 – Para Freyre não era possível definir rigidamente um estilo colonial brasileiro para a arquitetura o que ele percebia era um espírito colonial que inspirara as obras arquitetônicas e que delas fazia parte: “Ao meu ver houve erro (...) o de considerar “estilo” o que é antes um “espírito”.

¹⁰⁹ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p.195-196

¹¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p.16-17

reporta a uma observação de aluna brasileira feita em uma visita a Paris. Observava ela que Paris lhe parecia suja, devido à monotonia cromática de suas edificações¹¹¹. O antropólogo francês interpreta tal reação como própria daqueles que só conseguem medir a beleza das cidades pela sua brancura e limpeza, tradução do afã pelo novo e pelas novidades, o que seria, segundo Levi Strauss, típico das cidades brasileiras. Em um outro contexto, opinião similar já havia sido manifestada pelo sociólogo pernambucano: “Para começar amo nas cidades velhas o ‘sujo de velhice’ que ele quisera – suponho eu – rapado ou tirado à pinça como cabelo branco de cabeleira de mulher de idade querendo parecer menina [...]”¹¹²,

De certa forma a velhice, nos textos de Freyre, aparece como meio de sacralização dos objetos e a perda transforma-os em “raridades”. Neste sentido configura-se um estado de urgência para uma reação contra certos aspectos da “modernidade”. Dando consecução a estas noções ancianidade e sacralidade sob o risco da perda o autor se volta contra as “modernices” promotoras dos tais danos. Em outros termos ele construía, para a coletividade pernambucana, a necessidade de preservar os seus bens culturais.

Procurando destituir de valores tanto as mudanças como os promotores e adeptos delas, o autor segue em sua jornada de valorização das coisas do passado e do “passado em si” em detrimento do “presente” e “futuro”.

Aliás, muito pior me parece o seguinte: que nas reclamações dos pequenos hotéis suíços e nos cartões-postais de cenários gregos de Hollywood teimem alguns em buscar a norma da arquitetura. No Recife mesmo já existem perfeitos ‘chalets’ suíços dando idéia de próxima carga de neve que nos embranqueceria as bananeiras, as jaqueiras e os cajueiros¹¹³.

¹¹¹ LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1ª ed. – 1996. p. 91

¹¹² FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 352- 353

¹¹³ op. cit. p.36-38

Fase horrível de furor neófilo. Uma como volúpia de modernidade ou de modernice. Era a ‘marradas de preto capoeira’ – como diria Ramalho – que se destruía o ingênuo de nossas velhas igrejas, para as modernizar e acatitar e esgalgar, até adquirirem o ar de cine-teatro, como a matriz da Casa Forte, outrora tão linda em sua simplicidade de capela de engenho e na sua doce brancura de cal¹¹⁴.

Na modernosa casa brasileira – em geral ‘villino’ à italiana, muito florido e sarapintado de enfeites – surpreende no interior o chamado “pé-direito”, em agudo contraste com a escassez de espaço para os lados. Surpreende e desagrada. Porque o ‘pé-direito’ parece roubar ao interior da casa muito do seu doce repouso e de sua intimidade acolhedora.¹¹⁵

Nos textos, a “nova casa” e a “nova arquitetura” são destituídas de beleza e de qualquer valor estético no mais das vezes reduzidas à “reles” funcionalidade com ornamentos despropositados. Nesta redução o autor denuncia a perda de valores como conforto, acolhimento, intimidade qualidades, para ele presentes nas boas “casas pernambucanas”.

Freyre entende que há um tipo genuíno de “casa pernambucana” e que este atende ou tende a atender tais qualidades. Isto se dá a partir da “casa pernambucana” que ele trás como matriz de suas concepções. Sua “casa pernambucana” é forjada a partir de tipos ideais, para não dizer “nobres” e senhoriais: “casa-grande” de engenho; sobrados semi-rurais; sobrados urbanos. Mesmo quando trata dos “mocambos” ele ressalta certos aspectos em tom de elogio como o arejo que tal construção ofereceria. Não creio que o autor ignorasse mas, todos os problemas das “casas pernambucanas” são mantidos total ou parcialmente aparte de suas considerações.

A “nova arquitetura” aparece como deslocada, pois não se adequariam à paisagem nem ao clima pernambucanos, carente das lições de estética, de identificação e de adequação que os velhos casarões e o “espírito colonial” da arquitetura “autenticamente” pernambucana teriam a ensinar:

¹¹⁴ op. cit. p.36-38

¹¹⁵ op. cit. p.204-205

O espírito colonial de casa ou de edifício representa não a sobrevivência de uma época tristemente morta, mas um fio cuja energia criadora se interrompeu sob a fúria de macaqueação do toscano, do Luís XV, do chalé suíço, do normando francês! Fúria que, no Recife, teve seus princípios com o afrancesado Conde da Boa Vista.¹¹⁶

Para o autor, a lógica utilitarista e a estética “espaventosa” da arquitetura que se instalava em Pernambuco seriam fruto de um “colonialismo” de mentalidades – arquitetos, engenheiros e urbanistas “modernos” seriam incapazes de criação original ou autêntica. Para Freyre o que se via era a mais franca imitação de padrões e modas européias e norte-americanas – retrato de um Recife “*petit bourgeois*” sem a nobreza de tempos passados:

Porque o certo é que pelo Brasil todo a vitória republicana, excitando improvisos de fortuna, posição, poder; trazendo à tona novos-ricos, novos-cultos, novos-poderosos – fez correr uma onda fácil, suja e grossa de mau gosto, de ‘rastaqüerismo’ e desse utilitarismo que vê nas preocupações de beleza uma frivolidade. A documentação está aí – nos edifícios e nas estátuas, nos monumentos, nos túmulos, nas reformas. Nas próprias reformas de igrejas. São edifícios, palácios, monumentos, estátuas que acusam uma pobreza de gosto que espanta e entristece¹¹⁷.

O intelectual, em fase de afirmação, clamava em jornal da capital pernambucana: “Por nossa Senhora do Carmo, não nos dêem em lugar de casarão tão simpaticamente identificado com a paisagem, espaventoso palácio de colunas gregas”¹¹⁸. Afirmado todo o demérito das “modernices” e dos “modernos” em contra partida estabelece o apego ao “antigo”, ao “tradicional”, que por conseguinte, é “autêntico” e “original”. Freyre propõe uma oposição entre

¹¹⁶ op. cit. p. 268- 269.

¹¹⁷ op. cit. p. 230- 231

¹¹⁸ op. cit. p.36-38

a nova arquitetura moderna e a “arquitetura colonial”. Neste sentido, as construções do passado são plenas de qualidades a serem observadas, aprendidas e mantidas.

Um artifício largamente empregado por Freyre é uma espécie de “prosopopéia”, trata-se da impregnação dos objetos com “vida” e “humanidade”. Ele procura propiciar interações emotivas entre os homens e as “coisas” de forma que os primeiros se percebam envolvidos em uma relação de necessidade e desejo.

Nos velhos altares perante os quais ouviram missa e rezaram e comungaram gerações; perante os quais se abençoaram tantos noivos e se ungiram tantas crianças; velhos altares impregnados de fragrância de tantas flores e de tanto incenso e da pureza de tantas preces.

Em certa igreja que há pouco visitei destruíra-se um altar assim; e das tábuas, algumas com imagens de santos, se fizera uma escada. Escada por onde rústicos devotos sempre se recusaram a passar para “não pisar em santo”¹¹⁹.

A casa-grande do Engenho Queimadas é o que pode haver de mais docemente franciscano em casa de engenho. [...]

A casa de Queimadas tem alguma coisa de agrestemente brasileira. [...] Dentro de casa, claras cadeiras de vime em doce acordo com as paredes caiadas de branco; e pedindo todas que a gente sente sem cerimônia¹²⁰.

São interações mais que humanas. Como “musas” e “vitórias”, são os objetos que “emocionam” os homens, relembram-lhes de algo, inspiram-lhes, proporcionam deleites e glórias.

De forma extremamente vaga e literal Freyre estabelece um discurso afirmativo da “estética arquitetônica brasileira” sob a qual se constituiriam termos de originalidade, autenticidade e beleza:

¹¹⁹ op. cit. p.36-38

¹²⁰ op. cit. p.362- 363

Trata-se de velho sobrado, forte, patriarcal e bom¹²¹.

Casa de uma elegância heráldica. Elegância reunida à força. Elegância subordinada a condições de permanência e a necessidade de defesa [...] Sente-se nesta construção certa verticalidade feudal. Mas sem fazer violência ao clima e à paisagem, que pedem tão claramente o repouso e a doçura das linhas horizontais¹²².

É ao meu ver o mais lindo colonial novo que hoje possui o Recife. O mais lindo, o mais sugestivo, o mais brasileiro, o mais pernambucano. Simples, forte, elegante, doce, franciscanamente hospitaleiro, todo claro e aqui e ali avivado pelos salpiscos azuis e amarelos de raro azulejo antigo; o telhado de beiral arrebicado [...]¹²³

É necessário admitir a imprecisão e abstração da miscelânea imagética que Freyre constrói para descrever a “arquitetura autenticamente brasileira”. Neste sentido acusar uma certa ausência de critérios técnicos nestas descrições que permanecem no campo da subjetividade. Alguns diriam tratar-se de figuras de linguagem, recursos estilísticos autor. Quanto a isso não há dúvida, são figuras de linguagem, mas são também as colunas de sustentação da valorização das edificações no processo de torná-las patrimônio. Em boa parte, são argumentos floreados ditos por sujeitos (em lugares privilegiados de fala), que fazem um pedaço de barro saltar para a categoria de relíquia, ou construções antigas tornarem-se objetos históricos e artísticos. Que isto não seja entendido como uma crítica a Freyre e sim como um alerta aos “especialistas” que trabalham com patrimônio. Todas as suas técnicas e “objetividade” tem por alicerce questões subjetivas e afetivas naquilo que justifica seu próprio trabalho – a valorização das edificações do passado (bens culturais).

A estratégia literária adotada para descrever aspectos arquitetônicos consiste em apelos simbólicos que prescrevam uma certa indeterminação mas que atraíam a tentativa de significar as

¹²¹ op. cit. p.36-38

¹²² op. cit. p. 91-93

¹²³ op. cit. p. 230- 231

edificações nos termos que o autor propõe. Assim as linhas da arquitetura brasileira são “sinceras”, os casarões são “honestos” e “patriarcais”, as igrejas “acolhedoras” por ter um que de “à vontade”. Através desta sucessão de adjetivos o autor ultrapassa, sem mesmo fazê-lo concretamente, a descrição das formas. Emprenha de sentidos as formas arquiteturais. E “todos”, para escapar à pecha da ignorância se esforçam em forjar um entendimento de palavras tão competentes e garbosamente estruturadas.

Note-se a construção da argumentação calcada em uma autoridade imposta através de um personalismo “senhorial¹²⁴” de sua escrita. Explorando do cândido tom com o qual se refere às “igrejinhas” do Recife às duras afirmações contra os “estetas das ruas retas” o autor procura impor suas idéias. A autoridade que o autor usa vem também do fato das idéias por ele defendidas estarem em ressonância com idéias de “destacados” membros da sociedade, sempre esclarecidos e com as mais “reconhecidas credenciais” Como mencionamos o próprio “Albert Einstein”, segundo Freyre, corroborava com a validade de suas idéias. Saturninos de Brito e Amaurys de Medeiros à parte as idéias de valorização da cultura popular e idéias incipientes de um patrimônio cultural nacional já estavam em desenvolvimento. Muitos “Modernistas” (entre os modernistas estava Georg Przyrembel representante de um grupo de arquitetos que defendia o desenvolvimento da arquitetura *neocolonial* no Brasil) e folcloristas compunham uma rede discursiva que mesmo sem se conhecerem davam sustentação e respaldo uns aos outros.

Em última instância o que se pretende é a construção de uma tipologia em termos de autenticidade e originalidade arquitetural para a afirmação de valores, que as construções

¹²⁴ Palavra que deve ser entendida nos termos que o próprio Freyre caracteriza quando descreve a sociedade senhorial pernambucana (os senhores são homens que “impõem sua autoridade através da “sobriedade”, “austeridade”, “nobreza”, “severidade”; mas que também carregaria em si “candura”, “generosidade”, “honestidade”).

“tipicamente” brasileiras teriam devido ao fato de remeterem-se a “alma” do Brasil e do brasileiro.

‘pelo desprezo que por vezes votais à obra das gerações que por aqui passaram em outras eras, e pela destruição a que vejo condenadas muitas tradições e construções de outros tempos, cuja legenda ou cuja arquitetura são as mais comoventes recordações da vida dos vossos nobres antepassados.’¹²⁵

Qualquer semelhança até pode ser mera coincidência, a argumentação que tanto se assemelha à “pregação” de Freyre é feita pelo engenheiro português Ricardo Severo no discurso de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1911. Nesta espécie de ante-sala da abordagem técnico-científica sobre o patrimônio, estes textos estão a preparar um consenso de sentidos e significados emotivos para os bens culturais. Neste sentido trata-se de um trabalho propedêutico, realizado apenas por meio das linguagens, “artísticas”.

É a internalização destes valores e sentidos que permitirá, quando institucionalizado o SPHAN, uma abordagem “técnico-científica” para o patrimônio. No trecho abaixo vê-se um exemplo desta linguagem técnica:

Ao definir o espaço interior e a volumetria da Igreja dos Clérigos, o mestre Jácome fez uso de uma solução original que resultou da feliz associação de uma forma já consagrada a outra tradicionalmente bem pernambucana. Assim, o espaço interior, de planta octogonal, dominante, da nave, é envolvido por uma caixa, prisma de base retangular, que não deixa perceber no exterior a forma poligonal do interior¹²⁶.

¹²⁵ SEVERO, Ricardo. Culto à tradição. Apud, GUIMARÃES, Alberto Neves. 1969. Homenagem a Ricardo Severo: centenário de seu nascimento 1869 – 1969. São Paulo, s.ed. página 51 Apud, KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. Disponível em www.cpdoc.fgv.br/revista/arc/334.pdf acesso em 19/03/2007.

¹²⁶ MENEZES, José Luiz Mota. *Dois monumentos do Recife: São Pedro dos Clérigos e Nossa Senhora da Conceição dos Militares*. 1ª ed. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984. p. 9-10 – Grifos meus.

Sem considerar de antemão a igreja de São Pedro dos Clérigos da cidade do Recife como um bem cultural “valioso”, as palavras do professor José Luiz da Mota Menezes sofreriam um certo esvaziamento de sentido e significado. Pois o que motiva a relevância que damos a este bem é a inculcação de valores referentes à história, à cultura, ao passado, à arte (estética, técnica...).

O que queremos dizer é que na década de 1920 e 1930 foi estabelecido um “consenso” sobre os valores dos bens culturais. De maneira que tais valores são tidos, ainda hoje, como dados intrínsecos aos bens. E que sem este “consenso” sobre “os valores” das edificações, faria pouco sentido o esforço descritivo da igreja de São Pedro dos Clérigos. Ou seja, o trabalho técnico voltado para as formas, os materiais e para as técnicas construtivas (no que se refere ao patrimônio) só faz sentido devido a uma dimensão subjetiva e afetiva estabelecida num processo social. Neste sentido, é de extrema importância que o estudo dos elementos físicos e arquitetônicos de um bem venha acompanhado do estudo e do discernimento dos elementos sócio-culturais constituintes do “valor” que lhe é atribuído.

São José último tesouro do Recife

“Acorda Recife Acorda
Que já é hora de estar de pé
Levanta o carnaval começou
No bairro de São José”
Fernando Azevedo

Nesta última parte do segundo capítulo pretendo mostrar como o bairro de São José foi construído como reduto, que está a se perder, daquele passado dourado do Recife. Um bairro como um baú de tradições e identidades, de pitoresco e de histórias, mas, sobretudo, São José

como um reino de saudades e de lembranças. Lembramos que estas imagens construídas, com as quais trabalhamos não são estáticas nem exclusivas. Se para Gilberto Freyre o bairro de São José tornara-se o bastião de um Recife passado (e do passado do Recife), décadas depois, para Carlos Pena Filho será o Bairro do Recife – “ali onde o Recife é mais propriamente chamado¹²⁷”. Se para Freyre a rua da Aurora era a mais recifense das ruas, para outros tal título bem poderia coroar a Rua Nova¹²⁸ do “footing”, do “flirt” do cinema Pathé e de outras reminiscências.

Embora o bairro não seja o último reduto de testemunhos deste passado, posto que há pela cidade muitos outros casarões e monumentos históricos, sua relevância aparece quando, diferente dos monumentos isolados espalhados pela cidade, ele é olhado como um conjunto urbano central e dinâmico cuja vivência, segundo Freyre, pode remeter os recifenses ao “seu passado”¹²⁹.

A política de tombamento implementada a partir da instituição do SPHAN fez do bairro um território privilegiado em termos de bens de *pedra e cal*. É um dos bairros da cidade com a maior concentração de bens tombados. Sob proteção federal: **Mercado de São José** (processo 883-T-73; inscrição 509; livro de belas artes, vol. I, fl.92; inscrição 445, livro histórico, vol. I, fl. 73); **Forte das Cinco Pontas** (processo 101-T-38; inscrição 82; livro belas artes, vol. I, fl. 15; inscrição 42; livro histórico, vol. I, fl.09); **Igreja de São José do Ribamar** (processo 923-T-75; inscrição 535; livro de belas artes, vol. I, fl.100; inscrição 469; livro histórico, vol. I fl. 80); **Igreja do Terço** (processo 922-T-75; inscrição 524; livro de belas artes, vol. I, fl.75; inscrição

¹²⁷ FILHO, Carlos Pena. O Bairro do Recife. In: MELO, Júlia Morim de. *Mais além da Rua do Bom Jesus: a revitalização do Bairro do Recife, as pessoas e outros usos do local*. 2003. Dissertação de Mestrado em Antropologia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

¹²⁸ BARBOSA, Severino. *Rua Nova: a mais recifense de todas as ruas*. Diário de Pernambuco. Recife, 14 de jan. 1990. Caderno Cidade, A-26. Segundo o artigo do jornal, Mario Sette também considerava a *Rua Nova a mais recifense de todas as ruas*.

¹²⁹ O conceito de ambiência (introduzido pela *Carta de Veneza* de 1964, presente, também, nas *Normas de Quito* de 1967 e *Recomendação de Nairóbi* de 1976) é utilizado para a elaboração de uma proposta de áreas de preservação e conservação para a cidade do Recife, aprovada na 110ª reunião do conselho consultivo do IPHAN de 30/08/1984. Passando a trabalhar com os conceitos de conjunto arquitetônico, conjunto urbano e paisagem urbana, quase todo o Bairro de São José torna-se uma área de preservação. Os croquis da proposta aprovada e outros documentos podem ser consultados no arquivo da 5ª Superintendência Regional do IPHAN nas pastas 01.1 e 12 do setor destinado ao Bairro de São José.

458; livro histórico, vol. I, fl.76. Além destes, a Basílica de nossa Senhora da Penha está sob proteção do estado de Pernambuco. O casario e o traçado urbano são “protegidos” pelo município pelo decreto-lei municipal 11.888 de 26 de março de 1981.

Nas décadas de 1920 e 1930 as reformas do porto e do Bairro do Recife ainda eram recentes e testemunham, para Freyre, o esquecimento e o desrespeito ao passado. Na Boa Vista e em bairros do subúrbio proliferavam os tais “espavorosos” palácios de colunas gregas, os “villinos” para liliputianos e os chalés suíços. Mas em São José sobrevivem sobrados, igrejas barrocas, ruas estreitas e becos “mouriscos”: “Nós temos no Recife, por esse delicioso bairro de São José, restos deliciosos de arquitetura amouriscada, sobrados de salientes sacadas sobre cães de pedra; casas de beiradas arrebicadas; janelas enxadrezadas, como a sugerir mistérios¹³⁰”.

A relevância de São José, para Freyre, estaria, justamente, em seus mistérios. Contrapondo-se à cidade “moderna”, “superficial”, “utilitária” e “funcional” – o bairro aparece como um rincão de inspiração para a imaginação capaz de tocar profundamente a alma dos recifenses. Embora o autor nos fale das perdas de bens materiais (velhas construções, praças, estátuas), ele grita mesmo é pela perda de coisas “mais importantes” e abstratas – perde-se a alma, o caráter, a história, a memória, o “ar” da cidade.

De manhã, há homens que atravessam a rua de chinelos e pijama, a toalha de banho desdobrada ao ombro, às voltas com gaiolas de curió ou canário de briga; e há rapazolas que jogam “foot-ball” com bolas de pano; e há mulheres que vêm à janela despenteadas e gritando, comprar manga, caju, cuscus, peixe; e meninos que sujam assobiando e com a maior sem-cerimônia deste mundo, cantos de rua. Mas o maior encanto de uma rua de São José é a hora doce em que os moradores, moles e de chinelos, se espalham pelas calçadas, às vezes em cadeiras de balanço, para tomar fresco e cavaquear e fumar e saborear

¹³⁰ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 72-74

devagarinho o sorvete de maracujá ou de mangaba comprado ali mesmo ao moleque que passa gritando com a boca em o: “soorvete de maracujá”¹³¹.

Para ele, é essa atmosfera que não se encontra mais na cidade de avenidas retas de carros e pessoas apressadas.

São José passa a figurar como o local do pitoresco, do colorido popular. É o reduto de “pretas” a vender quitutes, de vendedores de peixes, caranguejos, frutas e de tudo mais¹³². Ainda nos nossos dias um telejornal estava a declamar exotismos de São José reavivando os “ares mouriscos” de suas ruas e becos¹³³. Trata-se de algo além da repetição ou continuidade de palavras já ditas: “Hoje, para recolher uma impressão, mesmo fortuita, do velho Recife é preciso ir aos dois ou três becos quase mouriscos que ainda nos restam, ao pé das insolentes avenidas novas¹³⁴”. É uma espécie de realimentação de exotismo e de imaginação para a cidade moderna dos grandes prédios, dos engarrafamentos de carros, das entregas em domicílio e da Internet.

Outro conjunto de imagens vinculadas ao bairro são as imagens da folia de Momo. Desde a década de 1930 São José era o bairro do carnaval, ainda estavam lá os “últimos” maracatus – *Leão do Norte, Pavão Dourado, Estrela Brilhante, Leão Coroado*. Saíam por suas ruas muitos blocos – *Batutas, Turunas, Vassouras*. As imagens desta associação entre os carnavais passados e o bairro foram realimentadas nos frevos, persistentemente, ligados à saudade dos “*tempos que não voltam mais*”. É preciso mencionar que a partir da década de 1930 se efetivará uma

¹³¹ op.cit. p. 117- 119

¹³² A marcação da presença de tais personagens nas ruas de São José parece ser mais um artifício para dar mais vivacidade às ruas do “velho” bairro. Em vários textos autores mencionam a presença destas figuras nos subúrbios e arrabaldes da cidade. De qualquer forma não se deve desprezar a concentração populacional nos bairros centrais da cidade (São José, Santo Antônio, Bairro do Recife e Boa Vista), sobretudo durante o dia, que os tornava mais atrativos para o comércio.

¹³³ NETV 1ª edição dia 07/03/2006: O rastro árabe na arquitetura de Olinda.

dia 08/03/2006: Azulejos: uma invenção árabe.

dia 09/03/2006: São José, um pedaço do Marrocos no Recife.

Acesso à Internet: dia 17/03/2006 <http://pe360graus.globo.com/especiais/matLer.asp?newsId=47162>

¹³⁴ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p.16-17

“perseguição” aos maracatus e aos cultos afro-brasileiros por parte do estado (terreiros e maracatus se deslocaram do centro da cidade para áreas mais afastadas), e que obras de “modernização” que se seguirão por varias décadas (abertura da Av. Guararapes e Dantas Barreto) implicarão em alterações profundas nos bairros de São José e Santo Antônio. Nos últimos anos (1990-2000) percebe-se que esta associação (saude – carnaval) está sendo deslocada para o Bairro do Recife em decorrência do grande incentivo de políticas culturais para melhorar a imagem do bairro ligada ao projeto de revitalização do “Centro” da cidade.

Como que configurando a pertença de um tesouro de bens culturais de histórias, memórias, fantasias e encantos, Freyre nos diz:

Entretanto existe um recife digno da amizade [...]. Um Recife que está a morrer; e que nesta agonia pede aos poetas que o consolem, desesperançado de prefeitos que o salvem. Existe ainda um Recife cheio de sugestões deliciosas. Sem os “patíbulos erguidos” a que belos versos, comparou o Sr. Joaquim Cardozo os andaimes dos maus modernistas empenhados numa empreitada macabra: a de destruírem bons sobrados e boas igrejas antigas. Espécie de Revolução Francesa – ou antes italiana à la Marinetti - contra a nobreza e o caráter da cidade. [...] Uma noite de lua no Pátio de São Pedro; um “sereno” à Rua Direita; um “choro” de violões em São José do Ribamar; Um balão de São João sobe do Pátio do Terço – São flagrantes que ainda animam a vida do Recife de um pouco de cor. [...]

No Recife é uma delícia entregar-se a imaginação ao doce trabalho de animar velhos trechos, de notas arcaicas e tocadas de mistério: fazendo surgir de uma janela em xadrez um rosto de mulher com cabelos em tufos a 1830; fazendo atravessar a Praça da República um louro flamengo do século XVII [...]; fazendo passar pelo Largo do Carmo palanquins forrados de damasco para recolher à saída da missa devotas de Nossa Senhora [...]; fazendo rolar de um poste de luz elétrica uma cabeça de padre revolucionário de 1817, pingando terrivelmente sangue [...] passos amorosos de “gamenhos”, frou-frou de sedas esquisitas de pecadoras encapuçadas. [...]

Ainda existe um Recife capaz de estimular estas e parecidas evocações¹³⁵.

¹³⁵ op. cit. p.169-171.

Já neste relato da década de 1920, o autor localiza no bairro de São José uma das últimas “fronteiras” de religação entre os tempos passado e presente da cidade. Neste mesmo artigo Freyre fala de casarões de bairros abastados, de suas nobrezas e do requinte que se poderia experimentar nestes bairros. Se alguns casarões ou objetos são capazes de operar reminiscências deste “transporte” temporal, aquele trecho da cidade (bairro de São José) o faria de forma mais complexa através de suas construções, ruas, objetos e sobretudo pela vivência que, ainda, se teria por lá.

É preciso que fique claro que analiso os discursos do modernismo e regionalismo no que eles podem dizer sobre e para o “patrimônio” histórico cultural. Patrimônio, uma idéia que ainda estava em curso de formulação e entendimento para o Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Mencionar que o modernismo se realizou nas artes e nas cidades (sob formas arquitetônicas e urbanas) não significa dizer que o regionalismo fora derrotado. Tampouco, dizer que teses “regionalistas” quanto ao patrimônio foram aproveitadas na reflexão sobre os bens culturais, não informa que a “sede de progresso” dos “modernistas” fora refreada. O que fica é que “modernistas” e “regionalistas” galgaram êxitos e que suas teses foram sendo apropriadas e acionadas sem um purismo e uma separação nítida entre elas no conduzir ações e reflexões para as cidades históricas. “Regionalistas” e “Modernistas” aos seus modos concorreram para a construção da idéia e para a prática a respeito do patrimônio. Nos dizeres de Mario de Andrade (descobrimo sua pedra filosofal) era preciso abasileirar o brasileiro: “E este aparecerá. Na língua, no amor, na sociedade, na tradição, na arte nós realizaremos o brasileiro¹³⁶”; “Um encanto

¹³⁶ ANDRADE, Mário. Modernismo e Ação In: AZEVÊDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de educação e cultura da Paraíba, 1984. p. 223-225

de expressão regional, o velho sofá. Brasileirinho da Silva¹³⁷” diria Freyre. No fim da década de 1920 ficara mais difícil distinguir alguns “modernistas” de certos “regionalistas” e vice-versa.

Verificar-se-á uma paridade entre o patrimônio pleiteado por Freyre e o proposto por Mário de Andrade em seu anteprojeto em relação ao que por fim se oficializará nas políticas do SPHAN (patrimônio material edificado). De certa forma é a beleza das palavras que talha a beleza que “vemos”. Do nosso lugar, distante no tempo, é com a lente dos autores que enxergamos o passado e foi a partir da visão proporcionada por eles que se pensou e desenvolveu entre “nós” a idéia de patrimônio. Neste sentido temos a dizer que a imagem do passado que se tem a partir do patrimônio pernambucano, nos primeiros anos de atuação do SPHAN, nos remete a critérios “civilizadores” e estéticos; e a uma “saudade elitista” do período colonial açucareiro. Este patrimônio é um (conjunto) suporte de referências temporais, históricas e artísticas para a “sociedade”. Num plano diferente do “civilizado” e da “sociedade”, mas ainda com o tom de saudade, habitam os populares e seus fazeres e saberes. Habitam como “o pitoresco” e “o exótico”, a romancear e fazer graça à “sociedade pernambucana”.

Qual a pertinência que os apelos emotivos dos discursos de Freyre e mesmo daquele passado “retratado” por Mário Sette tinham para as camadas médias e populares daquela “sociedade pernambucana”? Freyre nos diz que os homens de “espírito”, “sensibilidade”, “inteligência” reconhecem claramente os valores que ele enuncia, por conseqüência, aqueles desprovidos de tais qualidades não são capazes de realizar tal compreensão. Como já mencionamos, Riegl afirmava que as massas são incapazes, por falta de cultura e formação, de apreciar certos valores estéticos e históricos dos monumentos. Há, pois certa compatibilidade entre as concepções dos autores.

¹³⁷ FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 160

Sin embargo, el valor histórico, por tener una base científica, nunca podrá ganar directamente a las masas, siendo en esto comparable a los postulados de la filosofía¹³⁸

[...] el valor artístico relativo, por lo menos desde el comienzo de la Edad Moderna, sólo ha podido ser apreciado por los que tienen formación y cultura estética. [...] Sólo lo nuevo y completo es bello según las ideas de la masa; lo viejo, fragmentario y descolorido es feo.¹³⁹

Creio, ainda, que estas idéias sobrevivam, sem a mesma sinceridade, em parte das produções acadêmicas e sobretudo no campo de atuação das políticas culturais (patrimônio e incentivo à cultura). E que esta sobrevivência, na concepção e gestão da cultura, produz obstáculos para os processos de identificação entre “população” e “o patrimônio”.

Tanto Ruskin, quanto Riegl e Freyre, cada um à sua maneira e ao seu tempo, apostaram na inerência dos valores e das qualidades dos objetos a eles mesmos como coisas em si. Por muito tempo, esta tendência seguiu praticamente sem contestação efetiva. Hoje, a crítica a esta tendência ganha mais força e, já, encontra algum rebatimento prático nas ações políticas em relação à cultura e ao patrimônio edificado. Contudo, as teses da falta de cultura e da generalização da ignorância popular seguem (não assumidas) sendo o norte das políticas e ações voltadas para a cultura e patrimônio. Se hoje valorizamos a “cultura popular”, ainda persiste a idéia de que estes mesmos populares não têm discernimento sobre cultura e que esta tem que ser levada até eles. Tentando contrariar esta tendência, nos permitimos pensar que uma única estética e história não são suficientes para a diversidade e para religar com pertinência os diversos grupos populacionais aos seus passados, histórias e identidades.

Trata-se pois de refletir sobre outros critérios para estéticas e histórias e sobretudo, considerar outros meios e formas de apropriação e apego para o patrimônio que possam se somar

¹³⁸ RIEGL, Aloïs. El culto moderno a los monumentos. 2ª Ed. – Madrid: Visor, 1999. p. 61

¹³⁹ op. cit. p. 80-81.

e equacionar aos avanços já alcançados. Trabalhando no sentido de que uma maior parcela da população possa se ver e reconhecer na coleção de bens culturais da “nação”. Em vez de tê-los como sem “cultura”, sem apego aos bens culturais, sem “memória” ou “história”, dever-se-ia perguntar qual cultura, que bens, qual memória e história lhes são relevantes e pertinentes.

Como um primeiro passo, titubeante como são sempre os primeiros passos, no sentido de aprofundar esta questão, nos propomos a procurar no cotidiano deste conjunto urbano patrimonializado, bairro de São José, aspectos de apropriação e pertinência através dos usos e apropriações dos espaços. E desta forma contribuir para que as ações e políticas patrimonializantes se tornem mais inclusivas.

3. Usos e práticas nos espaços

Cada vez que o reino do humano me parece condenado ao peso,
digo para mim mesmo que à maneira de Perseu
eu devia voar para outro espaço.
Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional.
Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação,
que preciso considerar o mundo sob uma outra ótica, outra lógica,
outros meios de conhecimento e controle.
Ítalo Calvino

Aqui nos propomos a refletir sobre a corrente prática de análise dos bens urbanos edificados, notadamente no que se refere às ações de preservação (revitalização) do patrimônio cultural no sentido de incentivar o questionamento a respeito de suas próprias práticas. Se atualmente estamos no tempo da “patrimonetarização”, a vinculação à rede produtiva de capitais é condição premente para a patrimonialização de “bens histórico-culturais” (Bens materiais edificados, sobretudo quando urbanos). Entretanto, a patrimonetarização não prescinde de sua vinculação àquele discurso regionalista desenvolvido por Freyre. Em última instância, Mario Sette e Freyre permanecem como referencia fundamental para a construção e constituição do sistema de “valores simbólicos” para o patrimônio pernambucano. Mesmo assim, percebe-se a presença de uma tendência de “afastamento” entre as ações patrimoniais, relativas a algumas idéias-força (nação, identidade, autenticidade...), constituintes dos discursos das décadas de 1920 e 1930 e as atuais práticas de gestão urbanas de “centros históricos”.

Deste modo, o que se verifica é um esvaziamento da idéia de patrimônio nas ações e políticas culturais voltadas para o patrimônio, no que diz respeito a estes conteúdos ligados ao apego e à fixidez. Ao contrário do discurso amplamente difundido nas décadas aqui referidas, o que se observa no contexto atual é a busca pela flexibilidade e adaptabilidade dos centros

históricos, visando otimizar a “vendagem” (imobiliária e de sua imagem) e o aproveitamento (econômico) destes de forma similar aos bens de consumo. Entretanto, continua sendo interessante manter alguma associação entre a idéia de “patrimônio” construída nas décadas de 1920 e 1930 uma vez que esta associação pode significar valor (simbólico) agregado aos centros históricos.

Esta associação do “patrimônio” à lógica de mercado, bem como os modelos de gestão e de conservação dos centros urbanos históricos é mais um dos acúmulos e ampliações que se instalaram sem as devidas reflexões, referidas no segundo capítulo, e que hoje já se constituem num corpo “sólido” de técnicas e “certezas”. É com ênfase neste “paradigma” economicista que o patrimônio vem sendo trabalhado, e em várias ações de revitalização urbana empreendidas no Brasil, tal prática tem suscitado debates quanto à validade deste modelo (*planejamento estratégico*) para conduzir a conservação e o, tão propagado, desenvolvimento sócio-econômico nas cidades. Parte dos debates tem girado em torno de questões ligadas à segregação espacial como uma consequência deste modelo de gestão urbana. E é exatamente neste ponto que pretendo agora complementar a reflexão.

Com o intuito de ressaltar a cotidianidade e os “apreços miúdos” como elementos que dia-a-dia constituem o elo entre os indivíduos e os espaços onde habitam¹⁴⁰ é que lancei o olhar sobre o bairro de São José. O que pretendo aqui é entender e compreender alguns usos e práticas cotidianas do bairro relacionando-as aos espaços em que ocorrem num duplo movimento interpretativo: mostrar como o espaço e a arquitetura possibilitam estes usos e práticas; e como estes usos e práticas dão sentido e significado ao espaço e à arquitetura e, por conseguinte, à própria idéia de patrimônio.

¹⁴⁰ Habitar, aqui, não se refere, especificamente, a residir mas, a usar e agir, cotidianamente, no espaço.

É neste sentido que procuro praticar a conexão entre patrimônio material e patrimônio imaterial (que, institucionalmente, vêm sendo trabalhados separadamente pelo IPHAN). Assim, proponho a inclusão das práticas, usos e vivências urbanas como elementos constitutivos dos conjuntos urbanos e centros históricos. Acredito, a partir da pesquisa realizada que a relevância destes elementos (usos, práticas e vivências) deva ser considerada em pé de igualdade em relação a outros elementos, já consagrados, (volumetria, ritmo, gabarito, etc) nos projetos de revitalização (requalificação) urbana. Pois, é no reconhecimento e “preservação” desta cotidianidade, como elemento de análise para os processos de gestão do patrimônio, que vislumbro a possibilidade para um salto qualitativo nas políticas patrimoniais e de gestão de centros históricos. Refiro-me a um salto na direção de uma representatividade melhor situada nas dinâmicas das pessoas e, conseqüentemente, da cidade.

Neste sentido, uma vez que não pretendo negar o “valor econômico” destes bens, nem tampouco vetar o uso economicamente produtivo dos mesmos, penso num descolamento das políticas patrimoniais e de gestão dos centros urbanos (históricos / monumentais), hoje, atreladas às premissas “pré-formatadas” pelas diretrizes do “mercado globalizado” (em desarticulação com projetos de mitigação das diferenças sociais). Em outras palavras: um deslocamento em direção às políticas economicamente ativas que atendam às premissas e princípios sociais, sobretudo no que se refere ao pertencimento coletivo dos bens culturais. Isto significa dizer que é necessário propiciar o usufruto indiscriminado (“indiscriminado” no sentido de que não será direcionado para um público alvo, empreendedor e consumidor, específicos em detrimento de outros

segmentos populacionais) voltado para geração e, sobretudo, para uma “melhor” distribuição de renda¹⁴¹.

Esta reflexão parte do princípio de que a revitalização de um complexo urbano (centro histórico / monumental) ultrapassa em muito a restauração física das construções, do traçado urbano e mesmo da melhoria dos equipamentos urbanos. Parto do princípio de que a cidade em que vivemos (percebemos e sentimos) é bem mais que *pedra e cal*. As cidades se constituem de relações intersubjetivas (entre indivíduos, entre grupos, com os espaços e construções, etc.) e de outras mediações no campo do simbólico e na esfera da materialidade social. Portanto, qualquer revitalização e ou preservação que se pretenda eficaz deve, necessariamente, preocupar-se em “preservar” e revitalizar, também, estas relações e estas mediações.

É este princípio inicial que aponta para a necessidade de construir uma interdisciplinaridade efetiva entre profissionais e pesquisadores de diferentes áreas nas reflexões, nos trabalhos e projetos de revitalização dos conjuntos urbanos. Por interdisciplinaridade efetiva refiro-me a realização de um esforço conjunto de indivíduos em busca de uma compreensão global da cidade – diferente das sínteses e análises fracionadas tão comuns nos diferentes “campos de saber”. Vale salientar que os legisladores, gestores e planejadores urbanos geralmente têm abdicado de uma visão holística do urbano ou da cidade, privilegiando o conhecimento técnico especializado e em detrimento do diálogo interdisciplinar efetivo.

Diante desse quadro, seria mais profícuo se pensar a cidade de forma conjunta, unindo saberes da arquitetura e do urbanismo, da filosofia, da antropologia, da sociologia, da história, de

¹⁴¹ YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres: a revolução do micro-crédito que ajudou os pobres*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Ática, 2000. para ler sobre empreendimentos socialmente comprometidos e DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO.

uma psicologia social, etc¹⁴². E que todos estes saberes se concatenem no esforço de melhor entender e atender às necessidades e desejos da “cidade”. Ou como diria Henry Lefebvre, em *O direito à cidade*, necessitamos, ainda, criar uma “*ciência da cidade*”.

Questões do campo: outro Bairro de São José

“Fedora já não era mais a mesma de antes
e o que até ontem havia sido um possível futuro
hoje não passa de um brinquedo numa esfera de vidro. [...]”
No atlas do seu império, ó Grande Khan,
devem constar tanto a grande Fedora de pedra
quanto as pequenas Fedoras das esferas de vidro.
Não porque sejam igualmente reais, mas porque são todas supostas.”
Ítalo Calvino

Localizado na RPA-1¹⁴³ da cidade do Recife, o Bairro de São José apresenta configurações específicas que o tornaram o “espaço” ideal para a realização desta pesquisa. Trata-se de um bairro que agrega centralidade; intenso uso comercial do solo¹⁴⁴; “valor histórico e cultural” amplamente reconhecido, tendo em seu perímetro pelo menos 4 monumentos tombados¹⁴⁵; e devido às condições sociais desfavoráveis de boa parte dos moradores e demais usuários, o bairro se apresenta como uma área continente de graves tensões sócio-econômicas.

¹⁴² Digo unir pois não se trata de somar, simplesmente. Unir aqui quer referendar a idéia de formar um inteiro, sem partes, a “ciência da cidade”.

¹⁴³ A RPA-1 (Região Político-Administrativa 1) ou região centro é formada por 11 (onze bairros): Boa Vista, Cabanga, Coelho, Ilha do Leite, Ilha Joana Bezerra, Paissandú, Recife, Santo Antônio, São José e Soledade. Nesta região estão os bairros mais antigos da cidade (Recife, Santo Antônio, Santo Amaro, São José e Boa Vista). Para maiores informações ver: VASCONCELOS, Ronald Fernando Albuquerque (org.); BEZERRA, Onilda Gomes. *Atlas ambiental do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife / Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000. 157p. : il.

¹⁴⁴ Dos quatro mil trezentos e treze (4.313) imóveis edificados do bairro de São José, mil quinhentos e vinte e três (1.523) são imóveis residenciais. Ou seja, dos imóveis edificados do bairro de São José apenas 35,08% são residenciais. Documento sobre a RPA-1 (versão preliminar) elaborado pela Prefeitura da Cidade do Recife/Diretoria Geral de Urbanismo – DIRBAM/Departamento de Informações e Projeções-DEIP. Isto sem levar em consideração o uso comercial de ruas, calçadas, praças e pátios.

¹⁴⁵ Dentro do perímetro que delimitar para a pesquisa estão: Igreja de São Pedro dos clérigos e conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro; Mercado de São José; Igreja de São José do Ribamar e Igreja do Terço. Além disso, outros bens como a Basílica da Penha, recebem a proteção do estado de Pernambuco bem como o casario e traçado urbano que são “protegidos” pelo município através do decreto-lei municipal 11.888 de 26 de março de 1981.

No bairro de São José, residiam, no ano de dois mil (2000), cerca de oito mil seiscentos e cinquenta e três (8.653) pessoas, destas, aproximadamente, três mil e quatorze (3.014) viviam em favelas¹⁴⁶. Além disso junto com o bairro de Santo Antônio, provavelmente, constitui o lócus urbano recifense mais rico em termos de dinâmicas, encontros (das diferenças) e sociabilidades nas ruas.

Tem-se em São José os dois extremos do eixo que orienta este trabalho: o discurso, recorrente, de patrimonialização através dos monumentos, da “história” e das “políticas culturais”; e o intenso uso e apropriação do bairro e seus espaços pelas pessoas (moradia e comércio formal e informal, mendicância, cata de “lixo”, etc). Neste sentido, São José é exemplar para este tipo de análise, isso devido ao seu passado de intervenção urbana modernista que habilita uma vasta documentação sobre os discursos e ações estabelecidos num passado próximo. E como continua sendo alvo de interesses urbanísticos, tem-se o discurso e as ações de urbanização e patrimonialização em um novo contexto (atual). O bairro é alvo de uma série de políticas públicas culturais (revitalização e promoção de eventos no Pátio de São Pedro) entre as quais figura a promoção da imagem do bairro ligando-o ao patrimônio histórico-cultural pernambucano. O bairro, também, está incluído no Projeto Complexo Turístico-Cultural: Recife / Olinda. Sendo neste bairro que se pode observar a precipitação mais imediata das ações urbanísticas ligadas a este projeto: o início das obras das duas torres (Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho), arranha-céus residenciais de luxo que extrapolarão qualquer parâmetro de gabarito do bairro com os seus cento e trinta e quatro metros (134 m) de altura distribuídos nos seus quarenta e um (41) andares¹⁴⁷.

São José atravessou historicamente diversos processos urbanos que vêm desde o século XVII até os nossos dias. Mas, para caracterizar o estado atual do bairro apresento um resumo de algumas ações relevantes para o bairro (e para o chamado “Centro da Cidade” do Recife) restrito às últimas décadas (1970, 1980, 1990): Até a década de 1970 os Bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista constituíam o principal pólo comercial do Recife. Abasteciam não só os

¹⁴⁶ Infelizmente, não tive sucesso em localizar dados mais recentes e atualizados sobre o bairro. No documento que disponho consta que, de 1991 até o ano 2000, houve um crescimento populacional médio negativo de - 2,39 % no bairro. Consta ainda que está tendência negativa de crescimento populacional era geral para toda a região do “Centro” do Recife (RPA 1) com exceção da Ilha do Leite, Bairro do Recife, e Santo Antônio.

¹⁴⁷ No momento em que redijo este trabalho, estas obras se encontram embargadas por decisão judicial através de ação movida pelo ministério público contra o IPHAN e contra a Prefeitura da Cidade do Recife que autorizou a obra. Este já é o segundo embargo que esta obra recebe sob a alegação de que as torres interferem na visibilidade de monumentos tombados. ANEXO II. Há também implicações jurídicas que podem vir a incidir sobre a obra no que diz respeito à proximidade da mesma ao mar (proteção dos recursos hídricos).

consumidores do atacado e do varejo da cidade e região metropolitana como também parte do comércio do interior do estado. Neste período (1970) se observou um movimento de adensamento populacional voltado para os bairros do subúrbio e para a praia de Boa Viagem neste mesmo período observou-se uma concentração populacional de baixa renda residindo no “Centro” (ligada à desvalorização imobiliária dos bairros centrais), sobretudo no bairro de São José. A consolidação dos supermercados, que na década de 1970 já era uma realidade, e a criação da CEASA, modificam as relações “estabelecidas” com os Mercados de São José e da Boa Vista enquanto pontos de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros. Na década de 1980, com a transferência da estação rodoviária do Bairro de São José para o Curado (TIP) ocorre uma modificação significativa no acesso e fluxo ao comércio do bairro. Além disso, houve, na década de 1980, a construção de um *Shopping Center* que terá seu impacto sobre o comércio do “Centro da cidade” sobretudo, com o decorrer dos anos e a proliferação destes centros pela cidade. No fim da década de 1980 e início dos anos 1990 o comércio ambulante informal no “Centro” (São José e Santo Antônio) atingiu grandes proporções. O incêndio no Mercado de São José em 1979 que manteve o mercado fora da normalidade das suas atividades até 1984, contribuiu para o aumento da ocupação das ruas dos bairros pelo “comércio ambulante”. Os poderes públicos, na década de 1990, implementaram diversas ações para o controle e regulação destas atividades. Desde ações de apreensão de mercadorias à construção de espaços específicos para os ambulantes. A década de 1990 terminou com a identidade do bairro bastante ligada a um “decadente” setor de comércio e serviços. Apesar da presença, ainda, forte dos ambulantes nas ruas do bairro, comparativamente ao início dos anos 1990, a ocupação das ruas por este comércio, hoje, é bem menor.

Neste sentido, regado por uma nota de funcionalismo, pode-se dizer que a imagem de bairro comercial (de serviços e produtos) foi bastante realçada até mesmo pelo processo de “decadência”. Assim é que comerciantes, sobretudo, ambulantes localizam nos anos 1970 e 1980 o “Tempo de ganhar dinheiro” com o comércio no centro. Não se trata de comparar ou contrapor o bairro de *São José último tesouro do Recife* (da saudade e do carnaval) ao bairro de São José centro comercial continente de diversas tensões sociais e palco da cotidianidade e do labor diário de milhares de cidadãos. Trata-se de afirmar a simultaneidade temporal, espacial e de *modus vivendi* que é possibilitada no bairro em íntima relação com sua “forma” arquitetural. Trata-se de vislumbrar a possibilidade de continuidades e descontinuidades simultâneas num “espaço”. E de

afirmar que revitalizar este bairro, passa por revitalizar estas simultaneidades em suas variadas expressões.

Há várias formas de pensar sobre o centro da cidade ou sobre a idéia de centralidade. Uma delas é a de que o “centro” é um lugar que se auto define. Objetificado como um algo em si mesmo e que pessoas, instituições, lojas, órgãos públicos, sedes dos poderes públicos, tudo ocorre ao centro por ser ele o “Centro” em si. Outra forma de encarar o “Centro” é vê-lo como fruto de processos e relações estabelecidos por pessoas. E que diariamente este “Centro” e esta centralidade são mantidos e reconstruídos por relações e processos. Neste sentido, não só as ações institucionais, nem só a localização da sede dos governos, ou a concentração de instituições financeiras define determinada espacialidade como o “Centro” de uma cidade. No Recife, a presença dos ambulantes, o “tumulto”, a “desordem”, os cheiros de ervas e de frutas do mercado, tudo isso e muito mais, também significam o “Centro” e constroem a idéia e a imagem da centralidade.

O Camelô

Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:
 O que vende balõezinhos de cor
 O macaquinho que trepa no coqueiro
 O cachorrinho que bate com o rabo
 Os homenzinhos que jogam boxe
 A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado
 E as canetinhas - tinteiro que jamais escreverão coisa alguma
 Alegria das calçadas.
 Uns falam pelo cotovelos:
 — “ O cavalheiro chega em casa e diz: ‘Meu filho, vai buscar um pedaço
 de banana para eu acender o charuto.’”
 Naturalmente o menino pensará: ‘Papai está malu...’”
 Outros, coitados, têm a língua atada.
 Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de
 [demiurgos de inutilidades.
 E ensinam no tumulto das ruas os mitos heróicos da meninice...
 E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição
 [de infância.
 Manuel Bandeira¹⁴⁸

¹⁴⁸ O poema Camelôs, de Manuel Bandeira, foi publicado em 1930, no livro Libertinagem.

Vendedor de rua, ambulante, camelô é ele o “dono da rua”? Presentes em gravuras e fotos que representavam, ou melhor que apresentavam os centros urbanos, os ambulantes, parece, sempre foram identificados, aqui no Recife, com o “urbano”. Gilberto Freyre já na década de 1920 fazia referências a estes sujeitos com ar de saudosismo e brindando o “pitoresco” de tal ofício. Alias, os pregões dos camelôs foram ensejos para muita literatura. O próprio Mário Sette dedicou páginas de seu livro *Maxambombas e Maracatus* aos tais pregões. Manuel Bandeira também registrou uma visão sobre os *Camelôs* ligando-os aos tempos passados da infância.

Deixando de lado este “resgate nostálgico” da presença dos ambulantes nas ruas do Recife, trabalho que pode animar pesquisadores interessados nos registros e salvaguardas dos “bens imateriais”, passo para as mediações e relações entre estes vendedores e a cidade hoje. Apliquei um questionário dirigido a um grupo de 30 indivíduos, dentre os entrevistados dez (10) mantêm relações estreitas com o bairro de São José, são trabalhadores – 5 comerciantes e 5 ambulantes de São José. Os outros vinte (20) são moradores do Recife ou região metropolitana que apenas freqüentam, sem regularidade, o bairro. A intenção deste questionário era a de recolher algumas impressões (não conclusivas) que pudessem ilustrar as relações entre o “bairro histórico” e sua utilização pelo comércio informal.

Figura fácil de se encontrar nas ruas do centro do Recife a que nos acostumamos a conviver e ao mesmo tempo, pelas manchetes de jornais e ações políticas, aprendemos a desconfiar e a ver como problema. Das trinta pessoas que aceitaram responder o questionário, uma (1) declarou apoio ao trabalho dos ambulantes devido à sua “utilidade”; apenas três (3), de formas diferentes, declararam que os ambulantes fazem parte do “cenário” (bairro) e que sem eles o bairro poderia estar pior “Tiram a estética porém são responsáveis pela ocupação do lugar, sem eles aumentaria a decadência abandono” e “Desorganizados, poluidores, mas necessários para a

manutenção do comércio popular, infelizmente”. Os outros vinte e seis (26) manifestaram opiniões restritivas ou negativas em relação aos camelôs no bairro de São José. Indo de restrições leves, reclamando mais limpeza e organização. Passando da tolerância em virtude da falta de emprego e chegando às afirmações mais duras em relação à honestidade dos ambulantes e à sua não contribuição social (não pagamento de impostos),

Eu acho que a pior desgraça é o ambulante. É a pior desgraça. Foi na época de Gustavo Krause que inventou essa história de ambulante. Na cidade do Recife não existia muitos ambulantes. Foi Krause que inventou aquela feira, aquele negócio de ambulante ali naquela parte [proximidades do mercado de São José]. Foi do governo de Krause pra cá. Olhe, eles anarquizaram a cidade, você pode olhar essa rua aqui do pátio de São Pedro [rua São Pedro] foi ordenada, tudo direitinho, já tá cheia de ambulante. A prefeitura construiu o camelódromo que é justamente pra camelô viver. Mas o camelô não quer. O camelô quer viver sentado na rua Nova, na Pracinha do diário, nas portas do Pátio de São Pedro. Ele tem que ir pro camelódromo [...] Você tá entendendo? A pior desgraça é o camelô. Se tirar o camelô a cidade volta a ser Paris. Ele desordena, ele chama marginal pra junto dele, tem deles que são marginais. [...] antigamente você encontrava, no bairro, encanador, marceneiro, eletricista, pedreiro. Tudo isso você encontrava. Só que hoje em dia ... encanador, marceneiro, eletricista dá muito trabalho. Eles querem vir pra rua, porque passa o dia na rua, na algazarra e ainda leva seu trocadinho pra casa¹⁴⁹.

Na maior parte dos casos, a solução encontrada, pelos questionados, para eles (tidos como problema) seria a retirada sumaria ou o recolhimento para um lugar específico para ambulantes – “Eu acho que eles têm que sair, não pagam impostos, vendem mercadoria que ninguém sabe de onde veio. Tem até, aqueles caras que vendem relógio, tudo roubado. Os camelôs é que mais

¹⁴⁹ Depoimento dado por Alfredo, morador do bairro de São José e funcionário público municipal ligado à Secretaria de Cultura. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 31 de março de 2006. Alfredo, assim como todos os nomes próprios dos depoentes mencionados neste trabalho, é uma nomeação fictícia para homens e mulheres que abriram os caminhos desta dissertação através de seus relatos e de suas “verdades”.

sujam as ruas¹⁵⁰”. O curioso, é que destas trinta (30) pessoas, apenas duas (2) afirmaram nunca ter se servido das mercadorias, produtos e serviços dos ambulantes.

Sujeitos “sujos”, “desorganizados”, “sem educação”; “empecilho para o trânsito”; “elemento antiestético” das ruas de São José; sujeitos que precisam “ser controlados e ordenados” – ao que parece, estas são imagens bem difundidas para retratar a visão que a “cidade” dispensa ao camelô. Em contrapartida, durante a pesquisa, encontrei não camelôs mas, pessoas. Pessoas que trabalham como camelôs e mesmo assim, uma diversidade de pessoas que se não desmentem, de todo, estas imagens me obrigam a repensá-las. O contato com suas histórias e casos permitiu-me ir além dos “rótulos” já referidos, revelando-me outras facetas ocultas: pais e mães de família, filhos batalhando com ou pelos pais, trabalhadores esforçando-se para melhorar suas condições econômicas e sociais, etc.

¹⁵⁰ Resposta, referente à última pergunta do questionário dirigido, dada por um usuário esporádico do bairro de São José. Modelo do questionário segue em anexos (ANEXO III).



Imagem 02. Rua das Calçadas, imediações da praça Dom Vital. Pedestres, automóveis e ambulantes partilham do mesmo espaço/ Foto do autor, 2006.

“Se essa rua, se essa rua fosse minha...”

Seria um feito descomunal realizar uma análise, ainda que superficial, dos usos e práticas de todas as ruas da área de estudo em questão. Sendo assim, apesar de ter circulado e observado diversas ruas, de ter seguido pessoas para observar suas posturas e seus trajetos, me detive mais demoradamente à Rua das Calçadas e a dois “becos” (Beco do Cirigado e Beco do Marroquim).

A rua das calçadas fica ao lado da Basílica da Penha que, embora não seja tombada pelo IPHAN, é uma das igrejas mais conhecidas, do bairro de São José, além disso, a rua é uma das vias de acesso para o Mercado de São José¹⁵¹. E na estrutura viária do bairro é uma das principais ruas que permitem o acesso de veículos ao “interior” do bairro sendo que uma de suas faixas é usada como estacionamento rotativo pago (Zona Azul). Neste contexto, o mercado funciona como um centro atrativo de fluxos, de maneira que quanto mais próximo do mercado mais conturbado é o tráfego de carros e pedestres. Nas proximidades do mercado, a presença de bancas, barracas e todos os tipos de comércio ambulante é intensa. Ali, as lojas e ambulantes invadem as calçadas, os pedestres invadem a rua e algumas lojas são usadas como travessas. Em determinados períodos do ano (relacionados às datas comemorativas que aquecem o comércio: período que antecede o carnaval, a páscoa, dia das mães, e festas de fim de ano) há um aumento considerável da presença do comércio ambulante e do fluxo de consumidores. Por tudo isso a rua das Calçadas, nesse trecho próximo ao mercado, é um palco privilegiado de tensões e disputas no e por espaço.

¹⁵¹ **Mercado de São José** (processo 883-T-73; inscrição 509; livro de belas artes, vol. I, fl.92; inscrição 445, livro histórico, vol. I, fl. 73) cujas obras foram chefiadas pelo engenheiro Louis Léger Vauthier e cuja inauguração se deu a 07 de setembro de 1875. Sobre o Mercado de São José, ver o capítulo II de *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José* (1860-1880) dissertação de mestrado de Arthur Gilberto Garcéa de Lacerda Rocha apresentada ao programa de pós-graduação em história da UFPE.

Uma vez que o comércio de rua se insinua por entre as brechas da ordem urbana no que diz respeito aos limites da esfera pública e privada (tal atividade floresce nos “espaços públicos”, mas seguem em direção à “propriedade privada”¹⁵²). Desde já, considero a prática do comércio ambulante, móvel ou fixo, como uma forma de apropriação e resignificação dos espaços e como tal, é que analisarei as práticas e táticas utilizadas por estes sujeitos na “luta” cotidiana pela sobrevivência e “permanência”. Isto significando que, em alguma medida, o comércio ambulante subverte a “ordem” instituída através da “conversão” de “lugares públicos” em “espaços privados” ou para uso privado. Ainda que se trate de uma conversão frágil, que sobrevive na instabilidade que lhe impõe a “ordem” perseguida pelos “sujeitos de poder”¹⁵³, os camelôs (e outros “sujeitos fracos”) alteram as destinações previstas, mudam os significados atribuídos aos espaços.

A primeira coisa que precisa ser compreendida sobre o trabalho do camelô é que tal trabalho consiste em, junto com a conquista do “freguês”, conquistar o “chão”. Neste sentido, estabelecer um “vínculo” com a rua enquanto “território”, trata-se de um vínculo de ordenamento (do aparente caos) e localização. Engana-se aquele que pensa que os camelôs, simplesmente, chegam ao acaso e armam suas bancas em um ponto qualquer da rua. Há um funcionamento “interno” não dito que rege e rege o estabelecimento dos pontos de venda. Um funcionamento “negociado” com as proibições, restrições, impedimentos impostos pelos poderes oficiais e, com os interesses e necessidades dos indivíduos.

Qualquer afirmação que eu emita sobre como se estabelece o ponto (“originalmente”) de venda seria especulação. Os relatos que ouvi sobre o início das atividades de ambulantes dizem

¹⁵² LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Editora da UFS, 2004. Para um aprofundamento da discussão sobre conceitos como espaços públicos, espaços privados, espaço urbano.

¹⁵³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. 10ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1994.

respeito, mais, à continuidade das atividades em pontos já estabelecidos. Apenas em um dos relatos, Tomás¹⁵⁴ que começou no comércio (ambulante) em 1978 e trabalha, hoje, na Rua das Calçadas parece mencionar, superficialmente, tal situação. Quando foi feita a reforma (revitalização) da rua Duque de Caxias e os ambulantes foram retirados, ele montou seu tabuleiro no chão da rua Direita. Disse que tinha que retirar as mercadorias quando os fiscais apareciam mas em seguida voltava ao mesmo lugar. No dia seguinte ele montava o tabuleiro mais uma vez – e esse montar e desmontar deve ter se seguido até que a fiscalização abrandou. Então ele e os outros camelôs “daquele pedaço de rua” puderam relaxar e fazer seu comércio. Aquele chão era “dele” ainda que diariamente precisasse reafirmar a “posse”. Tomás não mencionou nenhuma palavra sobre disputas com outros ambulantes e, sobre algum conflito com lojistas, ficou o não dito, mostrando o espaço livre em frente as lojas vizinhas à sua banca, disse que “naquele tempo não era assim”, que para os clientes entrarem nas lojas tinham que passar primeiro pelos camelôs, que aquele “chão” que eu estava vendo “era todo cheio de lona e tabuleiro”, e que hoje é diferente pois os lojistas defendem as frentes das lojas.

Percebi que nos depoimentos começava a figurar a relação entre estes homens e a rua, a mediação entre homens e o mundo que, no caso, é a própria “cidade” e o “urbano”. A rua identificada como passagem, “artéria”, atende às necessidades da “município”, dos lojistas, motoristas, etc. Mas na dinâmica diária das necessidades e possibilidades de outros sujeitos, ela é transmutada, enquanto mediação, em lugar de permanência. Trata-se de um enfrentamento entre “necessidades” e “vontades” de diferentes sujeitos. De um lado se planeja a rua para o tráfego e para a passagem, do outro a “necessidade” de ocupar e permanecer nesta rua. Foi o próprio Tomás que me explicou o que era a “defesa de frente de loja”. Lembrando-me que no fim da

¹⁵⁴ Tomás, ambulante atualmente estabelecido na rua das Calçadas, se mostrou reticente e não permitiu que nossa conversa, do dia 22 de agosto de 2006, fosse gravada. Uma pena pois o conteúdo do diálogo que travamos foi bastante rico.

década de 1980 e início dos anos 1990 a municipalidade do Recife promoveu diversas ações para controlar o comércio ambulante inclusive a criação do camelódromo na avenida Dantas Barreto, “tempo difícil”. Depois de um período de muita fiscalização, muitas apreensões de mercadorias, retiradas e regressos dos ambulantes, tornou-se “consenso” que os camelôs que permaneceram tinham que respeitar as frentes (entradas) das lojas não podendo comercializar nestes locais.

Ou seja, ficou estabelecido que os ambulantes que ficassem nas ruas de São José só estabeleceriam pontos nas calçadas dos fundos das “lojas”. Uma negociação, de um lado a “cidade” não regulou, como pretendia, as atividades dos camelôs; do outro, os camelôs não tinham mais os mesmos espaços e “liberdades” de antes. Essa “norma”, contudo, é claramente descumprida na área mais próxima ao mercado de São José, não sei se com ou sem “permissão” dos órgãos oficiais. Os camelôs dizem que podem montar a banca ali pois é “na área do mercado” já os lojistas dizem que eles (camelôs) descumprem as determinações e que a prefeitura “faz vista grossa”.

Nas conversas com Seu Sílvio, quando ele defendia os camelôs contra as tentativas de retirada e mesmo de recolocação em camelódromos, dizia que “eles” (camelôs) eram trabalhadores e que precisavam sobreviver naquele trabalho. Lembrou que ele mesmo já saíra (por pouco tempo) do comércio de rua

Já teve tempo de camelô ganhar dinheiro. Naquele tempo que num tinha cartão. O povo comprava era com dinheiro. [...] Eu tirei dinheiro aqui nessa rua, passei o ponto e ia abrir um negócio. E aí o que foi que aconteceu? Veio o Collor pegou o dinheiro todo. [...] Eu tinha que botar dinheiro dentro de casa! Que é que eu fiz? Vendi um carrinho que eu tinha comprei de mercadoria e voltei pra rua. De lá pra cá eu bem dizer só tiro o de comer¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Depoimento dado por Seu Sílvio, ambulante estabelecido na rua Direita. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 18 de agosto de 2006.

Pedi para que ele me explicasse como é que se “passa” o ponto:

Você vai na prefeitura, aí o outro que quer o ponto te paga e você transfere o ponto pra ele.

(Eu) – Quer dizer que a prefeitura deixa você vender o ponto?

– Não. Vender não, vamo dizer que você repassa. Mas ninguém vai sai do ponto de graça. Você vai na prefeitura diz que ta saindo e cadastra o nome do outro.

(Eu) – É quanto saí pra fazer esse repasse?

– Ele dá uns cento e cinqüenta [150,00], duzentos [200,00] conto.¹⁵⁶

A despeito da informalidade, os ambulantes estabelecem através de suas táticas e na medida da instabilidade, seu vínculo de posse com a cidade. Mesmo defendendo a permanência dos camelôs Seu Silvio se mostra reticente e descrente da continuidade desta atividade (camelô) como ele mesmo dissera, do negócio ele “só tira o de comer”. Os camelôs continuam no centro mas em breve “não vai ter espaço pra a gente” as facilidades da compra eletrônica (cartão de crédito) e a falta de organização (sindicato fraco) dos camelôs farão, segundo Seu Sílvio, com que o comércio ambulante acabe. Além disso, “ninguém” fará qualquer esforço para mantê-los nas ruas e conclui que ele tinha a sorte de sua banca ficar nos fundos de um banco e que enquanto o banco funcionasse, ele podia continuar no mesmo lugar (de fato não é comum, por questão de segurança, bancos terem duas entradas) mas, que seu vizinho já procurava outro ponto pois, a banca estava na frente de um prédio, no qual uma loja irá abrir e ele (o vizinho), em breve, sairá de lá.

Tanto nas políticas públicas quanto na opinião (pelo que pude perceber a partir do questionário que apliquei) de parte das “pessoas comuns”, a busca pelo controle e pelo ordenamento tem chegado quase sempre a uma única “solução” para a questão da ocupação das ruas pelos ambulantes. Não podendo refutar a alegação de que eles (os camelôs) estão ali

¹⁵⁶ Depoimento dado por Seu Sílvio, ambulante estabelecido na rua Direita. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 18 de agosto de 2006.

trabalhando, e que a sociedade não oferece possibilidades de emprego para absolver aquele contingente, esbarra-se na “impossibilidade” de simplesmente proibir a prática do comércio de rua. Surge daí iniciativas como os camelódromos (da Dantas Barreto e do Cais de Santa Rita).

Nós tamos aqui trabalhando, quer tirar a gente daqui mais cadê emprego? O prefeito não vai dar emprego pra todo mundo então a gente tem que se virar pra arrumar o pão.

Eles bagunçam tudo, aqui, sujam a rua, atrapalham o trânsito. Devia ter um espaço só pra eles.¹⁵⁷

Os ambulantes com os quais travei contatos mais demorados foram unânimes em recusar este tipo de “solução”. De experiências nas diversas iniciativas (governamentais) para ordenar e concentrar o comércio informal, em lugares específicos do Bairro de São José (Camelódromo da Dantas Barreto, Camelódromo do Cais de Santa Rita), resulta tal recusa. Afirmam categoricamente a não “sustentabilidade” desta opção pela setorização de suas atividades. Nos relatos de alguns camelôs, encontrei indícios de um entendimento bastante claro das necessidades de suas atividades. E mais, arrisco-me em dizer que nos relatos de seus anseios, há idéias que podem (devem) ser aproveitadas pelos especialistas que pensam e intervêm na “cidade”.

Quem faz o bairro é o comércio. Apesar que o comércio tá fraco. [...] Precisa passar carro, precisa do comércio, precisa ter estacionamento pra ter movimento [...] Me diga como é que o cliente vai chegar aqui. Vai deixar o carro lá naquela lonjura e vem a pé comprar aqui? [...] Eu sendo o prefeito, que eu num sô! Ave Maria! Num tem nem jeito, eu não sei nem de nada! Mas eu sendo prefeito, Eu não acabava com os camelôs, o comércio do mercado continuava [aqui Dona Telma se refere à feira de frutas e verduras e às barracas, como a dela, que cercam o mercado], os carros continuava [...] Tem espaço pra todo mundo só falta organizar, o que não pode é

¹⁵⁷ Respostas dadas à última questão do questionário dirigido aplicado durante a pesquisa de campo. O modelo do questionário segue em Anexos (ANEXO III). Com relação à primeira das duas respostas, devido a uma pressuposição de que haveria entre os camelôs um grande índice de indivíduos com baixa escolaridade e visando evitar constrangimentos em relação ao possível analfabetismo de algum dos ambulantes interpelados, fiz a opção de eu mesmo tomar nota das respostas.

mandar a gente lá pra Santa Rita [...] Pra quê? Pra nós morrer de fome? Um lugar que não passa ninguém, camelô tem que tá na rua [...] ¹⁵⁸

Disse que quando foi para o camelódromo de Santa Rita o negócio dava prejuízo e que ela, praticamente, pagava pra trabalhar. Entregou o ponto e voltou para as ruas. Por fim ainda me desafiou a ir lá e ver o movimento “vá lá e conte os bancos que tão ocupados e conte os freguês”. Não contei. Mas como o camelódromo de Santa Rita ficava em um dos meus caminhos de entrada e saída do bairro, observei que fora a área destinada aos bares (quiosques /botequins) o camelódromo de fato estava praticamente desocupado.

O seu simples “Tem espaço pra todo mundo” apresenta certa coerência com a idéia do urbano como simultaneidade, em Henri Lefebvre. E vem ao encontro do meu “ideal-utópico” de cidade e sociedade, motivo primeiro de todo este trabalho. É certo que este “Tem espaço pra todo mundo” figura, antes, como um problema a ser encaminhado que como uma solução. Neste sentido o desafio seria como conciliar o “universo” de demandas em torno do bairro, ou da cidade. Ainda que eu não tenha nem pretenda ter, sozinho, a “solução” desta questão, “Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra ótica, outra lógica, outros meios de conhecimento e controle ¹⁵⁹”. A matriz do pensamento sobre a “cidade” está formulada sobre um raciocínio e uma lógica que não prevê a simultaneidade e a complexidade. Uma lógica que investe, insistentemente, em separar, isolar, dividir, recortar, setorizar, especializar, compartimentalizar e substituir para chegar às soluções (diga-se de passagem quase sempre ineficientes – ou porque não resolvem ou porque criam outros problemas) dos problemas urbanos. De maneira geral, uma “outra lógica” ou uma “outra ótica” a

¹⁵⁸ Depoimento de Dona Telma, ambulante que negocia no largo da praça Dom Vital (rua das Calçadas). Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 28 de agosto de 2006.

¹⁵⁹ CALVINO, Ítalo. Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas. 3ª edição/3ª reimpressão. – São Paulo – SP: Companhia das Letras, 1990 p.19. (Leveza)

respeito do “urbano” poderia emergir a partir de propostas de reflexões que invistam nos termos da “simultaneidade”. Sejam alguns deles: unir (diferente de somar), diversificar, compartilhar, incluir, englobar, conciliar. Um “urbanismo” que tenha em sua base reflexiva termos como estes poderia ser mais coerente com a realidade sócio-econômica de muitas cidades do Brasil.

Seu Sílvio que já montou sua banca em diversas ruas durante seus quase trinta anos de trabalho como camelô, também teve seu período no camelódromo da Dantas Barreto e não guarda boas recordações desse tempo, tão pouco reserva elogios a “quem fez aquilo”,

quem fez aquilo não tava pensando na gente não. Como é que pode cada Box tem um e vinte [1,20 m] de frente, se parar dois freguês acabou, ninguém vê mais nada. Não dá pra você botar as mercadorias pra o cliente vê.
 [...] quem compra no camelô é quem tá vindo fazer qualquer coisa aí vê um produto, aí vai lá e compra [...] se botar só os camelô junto, aí pronto morre todo mundo de fome. O camelô tem que ter loja junto [...]
 Depois, ainda, tiraram os ônibus. Aí ninguém agüentou foi todo mundo saindo [...] eu me juntei mais outros camelôs, nós alugava um caminhão enchia de mercadoria e saía montando feira nos interior, montei feira até em Sergipe [...] pode ir lá no primeiro bloco, com esse negócio de celular chegou um chinês, gente de dinheiro, comerciante forte, comprou lá uns seis Box e tá vendendo aquelas coisas de loja de chinês e coisa de celular [...] mas, o bloco de lá do fim da Dantas não tem ninguém, hoje mesmo é dia de feira do troca [...] ¹⁶⁰

A levar em consideração a necessidade de permitir o comércio informal, mesmo que apenas em virtude do desemprego e como uma possibilidade de mitigar os números da “marginalidade” e de desemprego, a que se deter sobre aspectos simples do ofício destes homens e mulheres, “Como é que pode cada Box tem um e vinte [1,20 m] de frente, se parar dois freguês acabou, ninguém vê mais nada.”; “Se botar os camelô junto [...] morre todo mundo de fome”. Aspectos simples que escapam, na maioria das vezes, àqueles que, de “fora”, se propõem a ordenar o trabalho e o

¹⁶⁰ Depoimento dado por Seu Sílvio, ambulante estabelecido na rua Direita. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 18 de agosto de 2006.

espaço deles. Em outras palavras, isolar e setorizar não são ações viáveis como medidas de gestão do comércio informal, a menos que o objetivo seja não permitir a continuidade de tal atividade.

Nas relações que travam com a “cidade” encontram a exata medida (mediação) para atender suas demandas. Orientados espacialmente pela “mobilidade”, otimizam suas chances de venda e lucro ainda que isto signifique “ferir” certos limites e fronteiras da “ordem estabelecida”. Descompromissados que são com esta “ordem”, que nunca teve olhos para eles se não para afastá-los, seguem subvertendo, poluindo, atrapalhando, impedindo (nas palavras de muitos que os julgam) os usos planejados e instituídos para os lugares. Aproveitam cada chance e cada brecha do “funcionamento normal” para se inserir e sobreviver.

Uma prática relativamente recente mas bastante interessante e fácil de ser observada na rua das Calçadas é o uso do carro como loja, não só os habituais carros de cachorro-quente e lanches rápidos, mas, quando se aproximam as datas-chave para o comércio, são verdadeiras lojas, de roupas (íntimas e infantis) e de artigos para presente, montadas nos carros estacionados na “Zona Azul”. Diante da diminuição dos espaços onde seja possível montar uma banca devido à “defesa de frente de loja”, o carro surge como um golpe astucioso nas proibições e permissões da “ordem”. Uma vez que as bancas e tabuleiros não podem ocupar as ruas pois, “atrapalham o trânsito” (de pedestres e carros) mas os carros têm tal permissão, criou-se esta nova modalidade de ocupação. Neste caso, driblam o impedimento das frentes de lojas ocupando espaços permitidos. Mesmo que para usos não autorizados e ocupando, sempre, o espaço de uma vaga e meia, devido à mala aberta e aos banquinhos para os clientes sentarem e, calmamente, fazerem suas compras. Na prática cotidiana criam novos espaços para atender suas necessidades. Inventam espaços que permitam a realização do comércio informal e, embora trabalhem sem o consentimento dos órgãos reguladores, não podem ser acusados de atrapalhar o trânsito pois estão num local de estacionamento devidamente autorizado e, diga-se de passagem, pagam por isso,

mesmo que driblem o gasto com o estacionamento preenchendo e trocando o bilhete de estacionamento apenas na eminência da fiscalização.



Imagem 03. Acima à esquerda. Movimento no Beco do Cirigado/ Foto do autor, 2006.

Imagem 04. Acima à direita. Antigo ponto de serviços de costura e conserto de bolsas e cintos no Beco do Cirigado/ Foto do autor, 2006.

Imagem 05. À esquerda, organização e limpeza do Beco do Marroquim/ Foto do autor, 2006.

Última canção do beco: um beco de cultura

Beco que cantei num dístico
 Cheio de elipses mentais,
 Beco das minhas tristezas,
 Das minhas perplexidades
 (mas também dos meus amores,
 dos meus beijos, dos meus sonhos)
 Adeus para nunca mais!

Vão demolir esta casa.
 Mas meu quarto vai ficar,
 Não como forma imperfeita
 Neste mundo de aparências:
 Vai ficar na eternidade,
 Com seus livros, com seus quadros,
 intacto suspenso no ar!
 Manuel Bandeira¹⁶¹

O Bairro de São José, ao longo do tempo e das intervenções urbanas de diversos governos, conseguiu manter (não intacta) sua forma urbana. E nesta malha intrincada, fruto de uma outra forma (diferente da nossa atual) de fazer, conceber e usar a cidade, apresenta-se o beco enquanto elemento urbano. Sem saída ou ligação entre ruas, elegemos para a definição deste elemento, apenas, suas diminutas dimensões (mais ou menos entre um e dois metros de largura), que não permitem o tráfego de carros. “Hoje, para recolher uma impressão, mesmo fortuita, do velho Recife é preciso ir aos dois ou três becos quase mouriscos que ainda nos restam¹⁶²”, ao longo do tempo e nos processos de ocupação, os becos de São José foram sofrendo adaptações e

¹⁶¹ BANDEIRA, Manuel. Última canção do beco (1942) In: BANDEIRA, Manuel. *Antologia poética* – 12. ed / 4. impressão – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. página 123.

¹⁶² FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2, p. 16-17

modificações que moldaram suas formas. De uma hora para a outra, se estreitam ou alargam escondendo boxes, fiteiros, lojas, lanchonetes, etc. Enxertos e “puxados”, intervenções (não necessariamente as melhores) que se constituíram da “falta” – de espaço, de “planejamento”, de autorização e de meios.

Enquanto vias urbanas, os famosos¹⁶³ becos de São José são exclusividade dos pedestres e dos seus “donos”. É curioso observar os diferentes ritmos dos que passam por eles. Algumas pessoas desejando, simplesmente, chegar do outro lado (beco atalho) tentam driblar caixas, bancas e pessoas. Não param ou observam detendo-se apenas o suficiente para desviar das outras pessoas. Nada ali, naquele momento, é de seu interesse o que desejam está fora do beco e este lhe serve para evitar um caminho mais longo ou penoso (sob o sol). É bastante comum ver pessoas com cargas na cabeça ou braços gritando, pedindo passagem por entre o congestionamento de pessoas. Geralmente, quem se projeta desta forma pelos becos são indivíduos que conhecem bem os caminhos do bairro e sabem exatamente onde querem chegar. Há aqueles cujo passo desacelera quando entram nos becos. Sua proteção contra o sol faz com que se sinta um clima mais agradável que o das ruas. Muitas vezes aqueles que andavam apressados fazem desta travessia um momento de passeio. Olham as mercadorias e seguem, se compram, param, escolhem, pagam e voltam ao passeio. Há quem passe por eles pela curiosidade de arriscar um atalho que encurte seu trajeto.

Diferente destes que vão pelo beco, há os que vão para o beco. São os vendedores e comerciantes dali ou seus clientes fiéis (freguês) que procuram os mesmos serviços e produtos daqueles comerciantes. Há quem vá, lá, para gastar um pouco do tempo com boas conversas com os amigos enquanto um outro ensaia músicas num violão. É o beco como loja, local de trabalho,

¹⁶³ Depois de uma série de reportagens intitulada A herança árabe em Pernambuco e exibida no NETV da Rede Globo Nordeste entre os dias 03 e 11 de março de 2006. Textos, comentários, fotos e vídeos destas reportagens podem ser acessados no link de reportagens especiais do portal: <http://pe360graus.globo.com>

como “lugar” dessas pessoas. Ser camelô, num beco, não é a mesma coisa de comercializar nas outras ruas do bairro. A forma dos becos e de como se faz o uso destes confere aos fiteiros e bancas armados um ar de fixidez, uma ilusão de espaço interno e, conforme a permanência no mesmo ponto, a idéia de estabilidade.

O beco se presta à consolidação da relação de clientela uma vez que é marcante enquanto referência espacial. Quantas vezes voltamos ao camelô de rua porque fomos bem atendidos ou porque o preço dele estava mais barato ou o produto atendeu as expectativas de qualidade? Está relação de fidelidade é quase inexistente entre os consumidores e os tais camelôs de rua mas, é bastante comum em relação aos camelôs (comerciantes) dos becos (sobretudo os que ofertam serviços). Alguns estão, lá, há anos e receberam o ponto que os pais já ocupavam, um arremedo de herança e patrimônio. Paulo me explicou porque aquele ponto era “dele”:

O ponto que tinha aqui na frente (rua da Praia) ficou pra minha mãe, eu era pequeno. Minha mãe trabalhou, trabalhou, trabalhou aí conseguiu outro ponto do lado de cá (ainda na rua da praia). Porque aí era cheio de paneleira. Aí depois veio pra cá (Beco do Marroquim). Só que era um ponto só aqui [...] guardava as mercadorias aqui nesse fiteiro. Aí depois quem tá assumindo sou eu. Esse ponto aqui tem mais de 50 anos. Só vai mudando de fiteiro que ele vai se acabando.¹⁶⁴

A forma como dispõe as mercadorias, invadindo parcialmente o espaço de passagem dos pedestres (de forma mais clara no Beco do Cirigado), as reentrâncias que foram conquistadas aos imóveis vizinhos, ao longo do tempo, a utilização das portas e lonas como tetos e depois a instalação de tetos propriamente ditos, tudo concorre para dar a impressão de que não se está numa via pública (espaço público de passagem, ainda, que apenas para pedestres) e sim dentro de

¹⁶⁴ Depoimento de Paulo Andrade ambulante do Beco do Marroquim. Entrevista concedida ao autor no Beco do Marroquim. Recife, 05 de março de 2006.

“um lugar” determinado fixo e com referências para localização, como numa loja que tem endereço certo.

Um outro aspecto beneficia os ambulantes dos becos. Os poderes públicos fiscalizadores têm uma ação mais branda para com estes ambulantes. Uma vez que não estão nas vias públicas de tráfego. Eles ocupam e dão manutenção a espaços que os tais poderes dispensam menor interesse de controle. Aos ambulantes dos becos é quase permitido tomar posse daquele espaço e de fato alguns o fazem com as estruturas em alvenaria onde estabelecem seu comércio. Este é o caso de quase todos os que trabalham como amoladores, precisam de um lugar para o rebolo, para suas ferramentas, bem como de espaço para guardar suas mercadorias (tesouras, alicates, etc.). O mesmo ocorre com outros tipos de comerciantes: os que consertam bolsas e sapatos, por exemplo. Aproveitando cada irregularidade dos becos criam vincos e recantos, espaços ideais para sua fixação.

Outro aspecto digno de nota é a sociabilidade que as dimensões do espaço impõem aos comerciantes. São forçados a conviver de perto uns com os outros. Esticando o braço realizam trocas, emprestam ferramentas ou qualquer outra coisa, conversam enquanto trabalham de maneira que acabam se conhecendo e conhecendo as histórias uns dos outros. Consolidam através destes laços, a permanência daquela ocupação.

Mas o ponto mais antigo que tem aqui é o desse véio das bolsas ai ó [...] O pai desse menino ai chegou aqui, se eu não me engano! Oxe! Faz muito tempo. Ele ainda tem uma foto – aqui [Beco do Marroquim] era um rego e povo andando de bonde. Será que faz tempo!?¹⁶⁵

¹⁶⁵ Depoimento de Paulo Andrade ambulante do Beco do Marroquim. Entrevista concedida ao autor no Beco do Marroquim. Recife, 05 de março de 2006.

São cúmplices e testemunhas, uns dos outros, da posse e do uso do espaço. Assim como são testemunhas, dessa posse, as “construções” que ergueram. Elas demarcam “lugares” e querem denotar “propriedade”. Propriedade constituída pela “utilidade” que foi dada àquele espaço, pelas “benfeitorias” que realizaram e pelo tempo que permanecem ligados ao “chão”.

Foi interessante ver como Paulo acionou o discurso da cultura-patrimônio na defesa do beco quando falamos das ações e tentativas de remoção dos ambulantes.

Um dos becos mais bonitos aqui, foi esse, do centro do Recife. Porque aqui parece o Marrocos, como o pessoal sempre diz.

[Cliente] – Agorinha eu tava pensando nisso que eu vi na televisão.

Tá vendo! Aqui já teve filmagem, já saiu no jornal como um dos becos mais bonitos, mais limpo, mais, organizado, foi esse aqui [...] E isso aqui tá sendo uma cultura né!? Pra todo mundo né!? [...] E tem muita gente que prefere ele assim né!? Do jeito que tá né!? [...] E assim continua nosso trabalho. Assim como sempre. A gente vai trabalhando e vai conseguindo as coisas que a gente quer. [...] Com a gente aqui trabalhando o beco se torna um beco de cultura, um beco de trabalho, um beco bonito, um beco limpo, um beco organizado [...] todo ano eu pinto esse beco [...] E serve pra todo mundo. [...] E se pudesse trabalhar outras pessoas aqui, ‘É vinte! Lena diz aí que é vinte Real’ porque todo mundo precisa né! – aí trabalhava. Porque o sol nasceu pra todos né!¹⁶⁶

O discurso da cultura é acionado como a afirmação de “um valor”, um obstáculo para qualquer tentativa de remoção do seu ponto. O elogio e a importância do “beco cultural”, se torna patente e “evidente”, para Paulo, na medida em que “a televisão” mostrou. Paulo tem toda intenção de permanecer em “seu beco” e na defesa desse interesse faz uso de todos os meios ao seu alcance. “E isso aqui tá sendo uma cultura né!? Pra todo mundo né!? [...] E tem muita gente que prefere ele assim né!? Do jeito que tá né!? [...] E assim continua nosso trabalho.” Pelo que entendi, dizer

¹⁶⁶ Depoimento de Paulo Andrade ambulante do Beco do Marroquim. Entrevista concedida ao autor no Beco do Marroquim. Recife, 05 de março de 2006.

que é cultura ou da cultura, para Paulo, é a defesa de uma continuidade que lhe é, não só, benéfica mas, necessária à sobrevivência.

Para o depoente, ser “cultura” ou “da cultura” passou a ser de antemão um elogio e uma afirmação de “valor” que incide positivamente para a continuidade de sua atividade mas, talvez mais importante, seja o fato de que, essa associação de sua atividade à “cultura” autoriza a ligação de sua atividade às possíveis mudanças que se anunciam (nas últimas visitas que fiz ao bairro, me foi reportado que a Prefeitura da Cidade do Recife interditaria um grande número de ruas como parte dos planos de “revitalização”, e que nestas ruas seria proibido o tráfego de veículos¹⁶⁷) para o Bairro. Ainda que ele se insira “discursivamente” neste plano cultural, tal termo (cultura) não é inteiramente de seu domínio. Paulo está mais habituado a “significar” o beco a partir do seu trabalho diário. Trabalho que o liga àquele chão, e a partir do qual dá consecução aos seus desejos e aspirações. E por fim, para ele, é o trabalho dele que torna o beco um beco cultural.

¹⁶⁷ No Boletim Diário da prefeitura de 06 de dezembro de 2006 foi publicada notícia sobre interdição parcial de ruas do bairro de São José, entretanto, ambulantes e guardadores de carros reportavam o que parecia uma outra interdição que se instalaria em março de 2007. Não tendo a confirmação desta interdição através da imprensa pude observar que, independente da veracidade desta informação, ela mobiliza preocupações e anseios daqueles cujas atividades se dão sob o signo da instabilidade.



Imagem 07. À esquerda: Visão parcial do pátio da Igreja de São José do Ribamar/ Foto do autor, 2006.



Imagem 08. Abaixo: Cena cotidiana na escadaria de São José do Ribamar/ Foto do autor, 2006.

Pátio de São José Ribamar

As cidades também acreditam ser obra da mente
 ou do acaso, mas nem um nem outro
 bastam para sustentar suas muralhas.
 De uma cidade, não aproveitamos as suas sete
 ou setenta e sete maravilhas,
 mas as respostas que dá às nossas perguntas.
 Ítalo Calvino

Era uma quarta-feira, 15 de fevereiro de 2006, estava no bairro de São José desde as 12:30 e já passavam das 14:20. Eu estava sob um respeitável sol de verão, tentando resolver problemas de comunicação. Os comerciantes não podiam parar para “bater um papo” comigo e menos ainda para responder perguntas de um questionário ou entrevista, ao menos foi isso que escutei diversas vezes. As investidas feitas a algumas residências haviam sido absolutamente negativas. Senti a necessidade de parar, me concentrar e me recompor das “portas na cara” e dos diversos “*não sei falar nada sobre o bairro não*”, “*passa outro dia*” e “*é melhor lá pras quatro*”... Depois de andar por mais uns vinte minutos pelas ruas entre o mercado e a igreja de São José do Ribamar, finalmente, me decidi e encontrei um pouso protegido do sol, sentado na soleira da porta desta igreja¹⁶⁸.

Comecei a ensaiar perguntas e apresentações que me aproximassem dos comerciantes e moradores que tanto desejava entrevistar. Um tanto absorto nestes pensamentos, tive minha atenção pouco a pouco capturada pela conversa entre duas senhoras e um rapaz que estavam à minha frente. Elas de pé e ele, manobrista, sentado num dos degraus da igreja, as duas, como dezenas de pessoas fazem diariamente, haviam entregado o carro para ser estacionado, no pátio, a

¹⁶⁸ **Igreja de São José do Ribamar** (processo 923-T-75; inscrição 535; livro de belas artes, vol. I, fl.100; inscrição 469; livro histórico, vol. I fl. 80) Construída entre os anos de 1752 e 1778.

um dos manobristas que ficam sempre ali, em frente à igreja de São José do Ribamar. Acontece que na volta para casa, o carro não era encontrado. Pelo que entendi, o pátio da igreja já estava lotado quando elas chegaram e portanto, o veículo fora estacionado em algum outro lugar do bairro, daí a demora.

Entre as descrições que elas faziam para descobrir qual dos manobristas havia guardado o carro e os gritos que o rapaz dava para outros colegas perguntando pelo carro e por outros manobristas, o tom da conversa foi mudando. Visivelmente impacientes, as senhoras começaram a usar um tom de desconfiança e de intimidação. Uma delas passou a pedir nome, documentos e telefone daquele guardador, alegando querer se proteger de eventuais problemas com o DETRAN caso o carro tivesse sido estacionado em local irregular ou caso alguma infração tivesse sido cometida pelo manobrista. Para ela tudo indicava que haveria algo de errado com o carro. Ele estava estacionado em local distante dali e portanto no percurso o condutor poderia ter cometido qualquer infração (inclusive de trânsito). Depois de muito se esquivar afirmando que não fora ele quem guardara o carro, o manobrista finalmente, mas sem mostrar documento algum, fornece seus dados, visivelmente constrangido e ainda sob protesto. Dizia que aquilo não era necessário pois, já fazia aquele trabalho há anos e que antes dele seu pai é que tomava conta daquele ponto. Dizia que era honesto e que ele assim como os outros rapazes eram conhecidos por todos ali, e que estacionar os carros era seu trabalho.

Aquela situação despertou meu olhar sobre aquele pátio. Ele se transformara num estacionamento. Toda sua área é usada como estacionamento restando, apenas, ao centro o espaço de uma ruela pela qual se realizam as manobras e o fluxo de pedestres e automóveis que precisem transitar por ali. A escadaria da igreja vira um ponto de descanso e sobre a sombra da igreja, local ideal para a conversa entre os manobristas e demais indivíduos que por ali circulem (naquela ocasião um bêbado que parecia curar a embriaguez era meu “companheiro” ao pé da

igreja). A escadaria é também o ponto de entrega e recebimento dos carros. Naquele contexto cotidiano, onde se localizavam os desígnios “normais” (contemplação, lembrança, pedagogia das técnicas, da estética e da arte só pra citar alguns) de um monumento histórico e artístico da nação? O pátio da igreja cuja “função” se ligaria à concentração e dispersão dos fiéis e às festas dos respectivos padroeiros era transformado, diariamente, em estacionamento privado. Naquele mesmo dia decidi que aquele “espaço” merecia uma observação mais atenta.

Voltei lá diversas vezes primeiramente para observar mas, também para conseguir uma aproximação eficaz junto aos guardadores antes de abordá-los para entrevistas ou questionários. Nestas visitas que fiz, fiquei sabendo que, lá, trabalham seis ou cinco guardadores de carros (Marcos, dois (2) irmãos, um (1) primo e dois (2) conhecidos (um destes conhecidos não fica sempre no pátio, toma conta de carros, também, em outro lugar do bairro)) divididos em dois grupos que se revezam no pátio. Marcos e o Primo são os “organizadores” do “negócio”. Cobram dois reais (R\$ 2,00) por carro e mais cinco reais (R\$ 5,00) caso o cliente queira uma lavagem rápida “pra tirar a poeira”. A lotação completa do pátio comporta até setenta (70) carros, e mesmo sendo uma zona livre para estacionamento, os lojistas e até um morador que reside ali mesmo no pátio, todos, pagam pela vaga no estacionamento. Para estes clientes diários, claro, há um sistema de mensalidade (R\$ 40,00 por mês) que barateia o custo. A relação com estes clientes, também, varia de acordo com a postura destes. Alguns estabelecem relações cordiais e amigáveis com os manobristas outros pautam a relação em termos de exigências. Um dos comerciantes por exemplo, exige que seu carro seja guardado em uma das duas vagas de sua preferência e em nenhum outro lugar ele, também, não entrega as chaves do carro para os manobristas.

Nas últimas visitas que fiz, quando já era reconhecido pelos manobristas e por Nilton, dono de um carrinho de frutas que diariamente faz ponto na escadaria da igreja, pedi e recebi

permissão de Marcos para entrevistá-lo. Fiquei surpreso pela prontidão com que ele autorizou a entrevista. Depois entendi que ele queria falar pois, naquele momento se sentia “ameaçado”.

Hoje percebo é que minha vida passou, meu pai não me deu chance de uma coisa melhor. E quando eu perder esse ponto?

Eu tenho uma filha, um casal, um menino de quatro anos e uma menina de dez meses. [...] Nasceu com hiperplasia adrenal, e falta de sal no sangue também [...] Indicada pelo médico pra tomar pra tomar três remédios sem período, sem previsão de período pra parar. [...] Quer dizer, eu vou desempregar. Aonde, eu vou buscar esse remédio? Aonde? Emprego ta fácil? Principalmente pra mim que não tenho estudo. [...] Passei um período de três anos no comércio e onze anos aqui. Ou seja, quatorze anos que eu trabalho. Nunca tive carteira assinada. Aí no ano passado teve aquela reportagem.

Luiz – Que reportagem?

A que isso aqui ia sair. Que isso aqui ia ficar só pra pedestre. Ou seja, fiquei até pensando: quem ta fazendo as coisas não procura nem saber se tem gente, a situação de ... de ... porque minha filha ela é dependente desse remédio¹⁶⁹.

Marcos e os outros guardadores se sentem ameaçados pela “previsão” de que, naquele trecho do bairro, será proibido o tráfego de veículos. Conseqüentemente, nem ele nem os demais guardadores teriam como continuar naquela atividade. Esta “previsão” se baseia em notícias que teriam circulado na televisão e nas mídias impressas. Além disso, funcionários da prefeitura, meses atrás, teriam distribuído panfletos que comunicavam a interdição das ruas em São José.

Quando procurei confrontar estas informações com as notícias descobri que tudo podia não passar de um mal entendido,

A Prefeitura do Recife realiza, na manhã desta quinta-feira (7), a partir das 8h, alterações no trânsito no bairro de São José. As ruas de Santa Rita e Santa Cecília serão parcialmente fechadas para veículos, passando a ser de circulação exclusiva de pedestres durante o dia. As alterações fazem parte de mais uma fase do **Projeto de Requalificação do Bairro de São José**, inserido no **Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda**. Além disso, foi concluído o ordenamento do

¹⁶⁹ Depoimento de Marcos, manobrista que trabalha no Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 26 de fevereiro de 2007.

entorno do Forte das Cinco Pontas, com aumento do número de vagas de estacionamento, de 70 para 140.

A Rua de Santa Rita será fechada para o tráfego de veículos, entre a Rua Coração de Maria e a Travessa do Macedo, enquanto que a Santa Cecília torna-se exclusiva para pedestres entre as ruas de Santa Rita e São José do Ribamar. Os automóveis poderão circular no cruzamento da Rua de Santa Rita com a Rua do Nogueira. A interdição não vai proporcionar qualquer dificuldade à circulação do bairro, pois as vias eram utilizadas apenas por quem se dirigia ao comércio local.¹⁷⁰

Pelo que se lê nesta nota o acesso de carros ao pátio de São José do Ribamar não seria interrompido uma vez que o trecho da rua Coração de Maria que dá acesso ao pátio não é atingido pela interdição. Apesar de naquela situação específica, a “ameaça” não se basear em informações concretas, o receio de Marcos não é de todo infundado. Nada impede que o “ordenamento” das ruas e dos espaços chegue até ele em fases futuras do “Projeto de Requalificação do Bairro de São José”. Para além da veracidade ou não da modificação no trânsito, mais importante foi perceber o quanto ele (Marcos) reconhece e vive a instabilidade de sua principal atividade laboral.

Mesmo com a não confirmação do fim de suas atividades, o depoimento de Marcos trouxe contribuições para as principais questões deste trabalho: apropriação e resignificação dos “espaços” e dinâmicas sociais cotidianas na construção de práticas e usos dos espaços. É a sobrevivência e o trabalho que dão significados, para Marcos, àquele espaço. Neste sentido, no cotidiano do trabalho, aproveitando a arquitetura e as brechas do “ordenamento” estabelecido no bairro, é que ele constrói, também, os valores do “centro histórico”. Voltamos, aqui, ao ponto da cidade como mediação e como relações múltiplas e simultâneas. Embora não sejam,

¹⁷⁰ Notícia publicada na edição virtual do Diário Oficial da cidade do Recife em 6 de dezembro de 2006. Acesso em: 4 março 2007.
<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/emprel/publica/index.php?GrupoCodigo=15&UltAnt=25113&DatAnt=06/12/2006&GrupoCodigoMateria=15>

necessariamente, antagônicos ou dicotômicos, na visão e experiência daquele manobrista, as práticas das políticas públicas (o “valor de patrimônio” do conjunto urbano) se chocam com sua necessidade (o “valor de sobrevivência”) do espaço: “quem tá fazendo as coisas não procura nem saber se tem gente, a situação”. Pelas leituras que fiz e pelo processo (Recife Antigo) que acompanhei sou levado a endossar esta visão de que, nos processos de “requalificação” os interesses de quem sobrevive na instabilidade urbana tem sempre se chocado com os interesses da “cidade” (a palavra cidade, aqui, pretende significar um conjunto mais ou menos amplo de sujeitos aos quais se atribui poderes decisórios sobre a cidade e as “questões urbanas”: gestores, planejadores, investidores, etc.).

No trecho que segue, Marcos é bastante claro quando estabelece que são as necessidades dos lojistas, a estrutura e o “ordenamento” do bairro que criam a demanda para o serviço que executa,

Aí você veja, já dificulta. Tem lojista aqui, que acha que porque tem loja, a frente da loja é dele, ele manda. Na frente da loja ele manda. Entendeu? Todo lugar aqui é em frente a uma loja. Aonde vamos botar o carro? Entendeu? [...] a gente tem situação em que ele chega e o lugar dele tá ocupado. Aí eles chegam, a gente arruma um cantinho, ajeita. Entendeu? Por melhor que eles acham que é pra eles tomar a frente da loja. Eles percebem que precisam da gente [...] ¹⁷¹

É, também, a própria força dos lojistas, para “defender” as frentes de suas lojas, que vai empurrando a solução de seus problemas com os carros para as mãos de Marcos e seus companheiros. Na medida em que os lojistas querem ter as frentes de suas lojas livres por questões de visibilidade e acessibilidade, eles criam mutuamente obstáculos para o uso das ruas como estacionamento. O ordenamento do trânsito e o estabelecimento de zonas de

¹⁷¹ Depoimento de Marcos, manobrista que trabalha no Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 26 de fevereiro de 2007.

estacionamento no bairro de São José intensificaram as questões ligadas ao estacionamento dos carros. Isso talvez justifique a não contestação (embora haja queixas) da cobrança pecuniária pela vaga até para moradores e lojistas do próprio pátio.

Essa “contestação”, de Marcos, a respeito da posse da rua em frente às lojas, indiretamente dá ensejo à “posse” para si mesmo, “Aí você veja, já dificulta. Tem lojista aqui, que acha que porque tem loja, a frente da loja é dele, ele manda. Na frente da loja ele manda. Entendeu?” Uma vez que, até os comerciantes que têm lojas no Pátio de São José do Ribamar pagam pela vaga, mesmo que seja em frente à sua loja, temos um conflito entre a esfera pública das vias urbanas e os interesses privados dos lojistas. É neste conflito que floresce as possibilidades e oportunidades para indivíduos como Marcos. Posto que a via (no caso o pátio) é pública e o estacionamento nela é permitido, qualquer cidadão teria o direito fazer uso, gratuitamente, da mesma. E nestes casos, os protestos em relação à frente da loja caem no vazio uma vez que tal argumento só surte efeito quando se dirige a um outro lojista que enfrenta igual situação. Por outro lado, se está “normalidade” vigorasse, haveria um número inferior de vagas, pois um carro não poderia “trancar” o outro (problema resolvido com a movimentação dos carros que Marcos e seus companheiros fazem), isso obrigaria muitos lojistas a: virem para o centro usando outros meios de transporte, ou pagarem pelo estacionamento rotativo (Zona Azul). “Aonde vamos botar o carro?” de suas necessidades (ter onde estacionar o carro a um menor custo) e do ordenamento das ruas do bairro (em vários trechos do bairro é proibido estacionar e nos trechos permitidos incide a cobrança da taxa de estacionamento) é que surge um “consenso” sobre a necessidade do intermédio exercido por Marcos e seus companheiros.

Outra afirmação de posse ocorre, internamente, no “conflito” entre manobristas,

Quem veio pra tentar tomar posse era alguém que meu pai colocava [no período em que trabalharam juntos, pai e filho] por conhecimento dele. Ia fazendo experiência, tomando gosto, aí tentava tomar posse do lugar. Ficava trabalhando com esperteza, pulava na frente. Teve tempo que ficou outras pessoas por aqui [...] Olha nesse lugar você tem que se preparar pra tudo, rola muita coisa, rola mesmo [...] hoje é todo mundo da família mesmo, aí não acontece mais não. Porque quando um chega pra querer mandar, aí nessas horas tudo é válido. Ele quer mandar da forma que der. No tempo do meu tio aqui, eu ia atender um cliente, ele tomava a frente. Tempo deu sair daqui com um, dois, três reais, de ir a pé pra casa porque eu não tinha passagem e se eu gastasse ia faltar pro menino em casa. [...] Aí tudo é válido. Até que uma vez eu fui encarando e fui tomar satisfação com ele. A gente discutiu. Aí ele parou com esse negócio de ficar tomando a frente.¹⁷²

Embora não esteja explícito o caráter do “conflito”, a tensão que paira no processo de estabelecimento de quem “usufrui” do espaço é patente. Ao que parece, o pai de Marcos, em determinado momento, deteve alguma “predominância” sobre as atividades no pátio visto que: não só trouxe o filho para trabalhar com ele (num momento em que sua “autoridade” estava em crise), como também houve outras pessoas que ele pôs para trabalhar no pátio.

Os meios e expedientes utilizados para determinar o “direito de posse” sobre a via pública não foram explicitados. E permanecem apenas sugeridos pelos conflitos que Marcos nos relata,

Ele viu eu garoto e trouxe eu pra ajudar ele aqui. Mas não era só ele não, no tempo vivia ele e mais um monte, era briga, confusão triste.

Meu pai, ele me batia, batia na minha mãe. Por causa do meu tio. Dizia ele, que meu tio batia nele. Que ele bem dizer, praticamente criou os irmãos da minha mãe e ele, hoje, queria bater nele. [...] Quer dizer, aí eu fiquei. Aí eu peguei e pra não ver, embora ele não foi um bom pai, não foi um exemplo de pai mas, era meu pai. Pra não ver ele arengar com a minha mãe, eu peguei e vim trabalhar aqui com ele.

¹⁷² Depoimento de Marcos, manobrista que trabalha no Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 26 de fevereiro de 2007.

Porque quando um chega pra querer mandar, aí nessas horas tudo é válido. Ele quer mandar da forma que der. No tempo do meu tio aqui, eu ia atender um cliente, ele tomava a frente.¹⁷³

Na sua fala, Marcos, transmite uma imagem de honestidade, de confiança e seriedade para si. Ele quer fazer crer que ele e os companheiros (de hoje) se estabeleceram à revelia deste tipo de conflito. Que o problema entre ele e o tio, se resolveu com uma discussão,

Olha nesse lugar você tem que se preparar pra tudo, rola muita coisa, rola mesmo [...] hoje é todo mundo da família mesmo, aí não acontece mais não. [...] Até que uma vez eu fui encarando e fui tomar satisfação com ele. A gente discutiu. Aí ele parou com esse negócio de ficar tomando a frente.¹⁷⁴

Que ele, antes de qualquer coisa, é um pai de família honesto e trabalhador,

Você vê aí. Os clientes chegam aí entregam a chave na minha mão na confiança. Eu guardo o carro, não toco em nada! Som, nem som do carro, pra escutar eu não toco. Chega carrão aí eles deixam a chave comigo, o que tiver dentro eu não toco. O que não é meu não me interessa. [...]

Porque jamais, jamais, jamais eu vou deixar eles passar pelo que eu passei. De jeito nenhum. Olhe, nunca, graças a Deus Luiz, nunca, nunca, nunca eu fui gente de mexer em nada de ninguém. Tá vendo meu trabalho? A confiança? [...]

Porque eu tenho família e eu ia gostar muito, muito, muito, muito que quando chegasse uma situação dessa alguém viesse me dar a mão.¹⁷⁵

¹⁷³ Depoimento de Marcos, manobrista que trabalha no Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 26 de fevereiro de 2007.

¹⁷⁴ Depoimento de Marcos, manobrista que trabalha no Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 26 de fevereiro de 2007.

¹⁷⁵ Depoimento de Marcos, manobrista que trabalha no Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 26 de fevereiro de 2007.

Está tomada de posição é significativa, no discurso de Marcos, quanto à importância do trabalho enquanto “categoria” dignificante, e quanto à tentativa de sensibilização em relação à sua “condição humana”.

Em resumo, Marcos delineou a inserção do pátio nas dinâmicas urbanas quanto ao aproveitamento das oportunidades (tensão entre as necessidades dos lojistas por estacionamento e o ordenamento urbano) e possibilidades (a existência do pátio, um espaço que comporta grande número de veículos) que a “cidade” oferece; sua própria posição de instabilidade e dependência em relação às tais possibilidades e oportunidades (ao pátio de São José do Ribamar); e a exclusão pela qual ele se vê atingido em relação às políticas urbanas,

A que isso aqui ia sair. Que isso aqui ia ficar só pra pedestre.
Ou seja, fiquei até pensando: quem tá fazendo as coisas não procura nem saber se tem gente, a situação de ... de ... porque minha filha ela é dependente desse remédio. [...]

Que ia proibir de fevereiro pra março, que ia se acabar. Não circulará veículo. Não terá tráfego São José do Ribamar, na Santa Rita, nem Santa Cecília. Só terá na rua do Nogueira [...] Já que vão tirar, que vai sair, mas vai ficar aí nas Cinco Pontas [...] agora se vai pra outro lugar podia fazer pra gente ir junto. Mas pelo que ouvi dizer, veja bem ouvi dizer. Vai ser firma contratada [...]¹⁷⁶

Mas, sobretudo, fica clara a significação e a apropriação que ele e outros sujeitos praticam em relação àquele espaço. É nesses termos, trabalho e sobrevivência, que o pátio da igreja de São José do Ribamar se torna “patrimônio” para estes indivíduos. O depoimento deste cidadão ilustra sobretudo os riscos que se impõem ao estabelecer a primazia de um aspecto (no caso, turístico-cultural) único, para a reflexão sobre a cidade, em detrimento de primar por uma reflexão englobante. Ou seja, deixa claro que: requalificar o bairro, nos mesmos termos da requalificação

¹⁷⁶ Depoimento de Marcos, manobrista que trabalha no Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 26 de fevereiro de 2007.

do Pátio de São Pedro, é escolher entre a estética e a visibilidade da “cultura”, nas suas formas arquitetônicas, e a sobrevivência, mais ou menos digna, de indivíduos que não encontram lugar para si, na cidade (no mercado formal de emprego).



Imagem 09. Comércio no entorno do Mercado de São José. Raízes, ervas e plantas da farmacopéia popular / Foto do autor, 2006.

Mercado de São José

Mercado de São José (processo 883-T-73; inscrição 509; livro de belas artes, vol. I, fl.92; inscrição 445, livro histórico, vol. I, fl. 73), inaugurado em 1875, é considerado o mais antigo prédio pré-fabricado em ferro do Brasil, segundo a FUNDAJ. Construído no local conhecido como Largo da Ribeira do Peixe, do bairro de São José. Esta localidade já, era um dos principais pontos de comércio e abastecimento da cidade do Recife. A introdução deste equipamento, no século XIX, se inseria no processo de modernização da cidade do Recife¹⁷⁷. No contexto do século XIX, a construção de um mercado público dizia respeito a higienização, ordenamento e controle do comércio, sobretudo, em relação ao abastecimento de carnes e alimentos.

No contexto atual, o mercado de São José e a feira, no seu entorno, ainda são responsáveis pelo abastecimento de produtos alimentícios básicos para a população local residente em São José e Santo Antônio, uma vez que estes bairros não são atendidos por unidades das grandes redes de supermercados que operam na cidade. Já mencionamos que o bairro de São José é fortemente associado ao comércio popular mas, apesar do termo comércio popular abranger todo o comércio, inclusive as lojas do centro, é o mercado que simboliza e “significa”, de forma mais visível, este “caráter popular” do comércio do bairro de São José. Apesar disso, a maior visibilidade, no contexto atual, do mercado de São José, tem sido sua inserção no segmento comercial de produtos “culturais” (artesanato) e “tradicionais” (ervas e plantas da farmacopéia popular) para o turismo. Esta visibilidade está intimamente relacionada ao aproveitamento

¹⁷⁷ ROCHA, Arthur Gilberto Garcéa de Lacerda. *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. 2003. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Sobre a modernização e saneamento da freguesia de São José no século XIX.

turístico-cultural do bairro. E é neste sentido que, além de vender tais produtos é pretendido que o mercado confira, simbolicamente, ao bairro – antiguidade, tradição e exotismo. Enquanto a “rua” e os “becos” foram analisados, mais, em virtude dos usos e práticas cotidianas que neles se desenrolam, o mercado de São José será analisado em relação à sua relevância nas políticas patrimoniais e culturais ligadas ao turismo; à sua inserção no conjunto urbano; e por sua importância enquanto edificação referência espacial, no centro.

Para os poderes públicos, hoje, mais importante que o local de comércio e abastecimento é o bem cultural, ponto de atração turística. É este “potencial” turístico do mercado que vem sendo evidenciado nas ações públicas destinadas ao mercado e seu entorno. Pois, trata-se de um dos principais equipamentos urbanos do bairro, inserido nas políticas públicas para cultura e turismo. De tempos em tempos (sem periodicidade fixa) algum reparo na estrutura física (na pintura, na calçada que circunda o mercado) é realizado, sempre visando à preservação da edificação tombada pelo IPHAN. Atualmente, algumas ações de “disciplinamento” do comércio, no entorno do mercado (redução dos dias em que a feira livre ocorre, de quatro para dois dias semanais), estão sendo implementadas dentro do contexto do Projeto de Requalificação do Bairro de São José tal projeto, por sua vez, está ligado ao Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda. Ou seja, uma mudança nas atividades cotidianas, ligadas ao mercado, está sendo orientada para atingir “metas”, aparentemente, do setor turístico.

A Companhia de Serviços Urbanos do Recife – CSURB nos dá indícios desta “especialização” da visão que os órgãos públicos têm sobre o mercado. Em seu Programa de Modernização dos Mercados Públicos constam suas prioridades,

Promoção de eventos culturais:

Ação que consiste em valorizar as mais diversas manifestações culturais, ou seja, apresentação de grupos de forró, repentistas, festejo natalino, carnavalesco,

dentre outros. Com objetivo de promover a cultura local, valorizando as mais diversas manifestações culturais e religiosas do povo pernambucano, através dos seus artistas populares. Ao mesmo tempo oferecer a população o mercado público enquanto espaço saudável de viver cultura no seu cotidiano.

Requalificação Turística do Mercado de São José:

Parceria realizada com a Secretaria de Turismo do Recife. A ação consiste na recuperação dos pisos, boxes de carne, revestimentos, pinturas, sinalizações turísticas, além da adaptação do local para cadeirantes.

Descarte e Limpeza:

Ação que consiste na realização de mutirão de limpeza, envolvendo diversos órgãos do setor público e privado, com o objetivo de melhorar as condições estruturais e sanitárias dos mercados públicos sob gestão da CSURB. Sua operacionalização ocorre a partir de um cronograma e, dar-se através da oferta de serviços públicos e privados, a exemplo, vacinação, corte de cabelo, informações diversas sobre saúde e higiene, entre outros.¹⁷⁸

É, ainda, a CSURB que informa,

Mercado é Cultura

A vida pulsa nos mercados públicos do Recife. São parte de sua identidade. Empréstam-lhe charme e revelam o caráter de sua gente, seus hábitos, costumes, sua cultura. Conferem tradição. São José, Madalena, Boa Vista, Encruzilhada, Casa Amarela, Santo Amaro... São 24 ao todo [...]. Cada qual com sua personalidade e importância na vida da comunidade. [...]

A gestão democrática e popular da Prefeitura do Recife dedica carinho especial a esses espaços. Por meio da CSURB [...], cuida da limpeza e da higiene, permanentemente. Busca reorganizá-los, de modo a assegurar-lhes um gerenciamento ágil, democrático e eficiente. O objetivo é devolver à população um espaço prazeroso de convivência, e oferecer ao visitante, ao turista, alternativa de consumo e lazer¹⁷⁹.

As ações marcadamente orientadas para a “demanda” turístico-cultural parecem esquecer que, além de ser um ponto turístico, o mercado é um equipamento urbano voltado para o comércio, essencial à sobrevivência de centenas de pessoas (se considerarmos apenas os boxes do mercado

¹⁷⁸ <http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csurb/modernizacao.php> Acesso em 22/06/2006.

¹⁷⁹ <http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csurb/modernizacao.php> Acesso em 22/06/2006.

(545), e que pelo menos duas pessoas trabalham diretamente em cada um deles, teremos mais de mil (1.090) indivíduos sobrevivendo, diretamente, das atividades que realizam no mercado).

Não interessa, aqui, negar a utilidade e a relevância do turismo enquanto possibilidade de aproveitamento econômico. Pude observar, durante a pesquisa, a ocorrência turística no mercado, não só de estrangeiros mas, de turistas de outros estados, também. Entretanto, não encontrei dados quantitativos sobre o número efetivo de turistas, no mercado de São José, em nenhum dos órgãos governamentais visitados (Secretaria de Turismo - PCR e EMPETUR). Em estudo destinado à avaliação do potencial comercial do mercado, o SEBRAE estima que pelo Mercado de São José passem cerca de nove mil (9.000) pessoas diariamente, ainda que não haja um discernimento sobre a “natureza” deste público (dentre os 9.000, não se sabe qual o percentual de turistas). Contudo, o que nos interessa, mais que estes dados quantitativos, é pontuar sobre a questão da atratividade do mercado enquanto ponto turístico. Uma vez que não domino os instrumentais metodológicos para uma avaliação da atratividade turística não apresentarei dados ou resultados que definam ou que procurem definir esta atratividade. Limitarei-me a levantar questionamentos orientados por minhas observações de campo.

O primeiro ponto diz respeito ao que atraem alguns turistas para o mercado de São José. Sem dúvida a questão patrimonial histórica (muitas vezes reduzida à sua ancianidade ou à sua “descendência” francesa) e arquitetural (estética da edificação) tem sua parte de contribuição. Este vetor de atratividade, inclusive, já é reconhecido e trabalhado pelos poderes públicos. Daí as, já referidas, preocupações com o aspecto físico do mercado e com o ordenamento do comércio ambulante (camelôs e feirantes) no entorno do mercado. Mas, a arquitetura e os produtos artesanais (súvenires) seriam suficientes para alimentar a atratividade turística do mercado, fora do contexto cotidiano do bairro? Creio que não. A atratividade do mercado deve estar intimamente relacionada com a imagem da movimentação popular, pela ocupação das ruas, pela

imagem de aparente desordem, pelo contato direto com as pessoas, com os cheiros e sabores dos produtos “rústicos” (rústicos aqui está sendo utilizado na falta de um vocábulo que melhor signifique a não industrialização, a não higienização e padronização (de supermercados)). Em outras palavras, acredito que o relativo sucesso do mercado enquanto ponto turístico, está ligado a permanente possibilidade de um determinado tipo de turista (ligado a modalidade do chamado turismo cultural) ver o mercado e o bairro (com seus ambulantes, sua arquitetura, suas igrejas , etc.) como uma “idiossincrasia” da cidade do Recife. Ou seja, aspectos cotidianos da “vida local” com a qual ele pode entrar em contato. Neste sentido, o ponto inquietante é, exatamente, o risco que esta cotidianidade urbana (inclusive as pessoas que vivem desta cotidianidade) corre frente à primazia dada ao aspecto turístico-cultural (com ênfase nos “valores patrimoniais”) em detrimento dos outros aspectos das dinâmicas sociais urbanas. *Uma estratégia fatal* como caracterizou Otília Arantes¹⁸⁰ e que voltarei tratar mais adiante nas considerações sobre o Pátio de São Pedro.

Outro ponto diz respeito à inserção do mercado na trama relacional do bairro. Estritamente, o mercado de São José seria o conjunto dos boxes internos à edificação mais os boxes externos que foram implantados no entorno a partir da reforma e restauração, do mercado, motivadas pelo incêndio da década de 1980. Contudo, no trabalho de campo percebi que boa parte dos usuários e ambulantes, com os quais conversei ou entrevistei, não fazem esta distinção de forma rígida. Sendo o mercado, muitas vezes, todo o conjunto do comércio que se realiza no mercado e em seu entorno imediato incluindo ambulantes, boxes externos, lojas e feirantes. Sobretudo feirantes e ambulantes, deste entorno, parecem buscar esta identificação. Sentimento não compartilhado Dona Marta, locatária do mercado, segundo ela, representante dos locatários

¹⁸⁰ ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In, *A cidade do pensamento Único: desmanchando consensos*. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. 3ª Edição – Petrópolis: Vozes, 2002. .

do mercado de São José na Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e membro da Associação de Locatários de Mercados Públicos, que faz questão de manter a distinção entre os locatários e os ambulantes,

Nós somos locatários. Assim como assumimos deveres, nós temos direitos adquiridos também não é verdade? [...] Então, nós não somos camelôs, nós não invadimos nada. Somos locatários legais. Ninguém mexe com a gente não. Somos locatários do Mercado de São José, pra a gente sair daqui só com o mercado anexo. Não adianta querer jogar a gente pra qualquer lugar¹⁸¹.

Os mercados públicos operam por meio de concessão. E embora não possam ser proprietários dos boxes dos mercados, desde 1999 a legislação municipal proíbe novas “privatizações” de boxes dos mercados públicos do Recife, o poder público também não pode revogar a concessão feita, exceto pelo descumprimento de alguma das regras impostas aos locatários (um exemplo é a sublocação que é proibida aos permissionários). Dona Marta não é a única, outros permissionários (principalmente os de boxes externos) procuram estabelecer esta distinção, entre outros motivos, para dissociar sua imagem e seu negócio dos ambulantes (tidos como sujos, desordenados, desonestos, etc.) que são alvos das queixas e das medidas e ações de ordenamento.

Apesar da opinião contrária de Dona Marta, tratar o mercado e seu entorno como um elemento único e indissociável é uma visão englobante sobre o mercado (bem patrimonial e equipamento urbano) que poderia ser aproveitada pelas práticas e ações dos órgãos públicos para o tratamento urbano do mercado (a idéia de englobar as diversidades seria válida até para o tratamento do “centro histórico”). Esta ampliação, do que seja o mercado que na prática já se realiza, se assumida pelos poderes públicos faria incluir uma diversidade maior de sujeitos e de

¹⁸¹ Depoimento de Dona Marta, locatária do Mercado de São José. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 15 de fevereiro de 2006.

atividades junto àquelas, oficialmente, pertinentes ao mercado (um ganho em “estabilidade social” para aqueles sujeitos). Posto que, a vitalidade do comércio (não só do mercado mas do centro como um todo) assenta sobre sua diversidade e concentração em uma área, relativamente, pequena. A ampliação do mercado para além dos seus boxes (internos e externos) tenderia a reforçar positivamente a movimentação comercial do mercado de São José (com estes termos, não estou negando a existência de problemas relativos ao não controle do comércio ambulante no que diz respeito à acessibilidade e higiene local e das vias públicas).

Se trabalhada com seriedade (formação e capacitação de feirantes e ambulantes), tal ampliação poderia, inclusive, concorrer para o incremento da ocorrência turística na área do mercado pois, os principais problemas associados aos feirantes e ambulantes limpeza, organização e educação no tratamento dos clientes podem ser alvo de “intervenções”, tanto quanto os problemas estruturais dos monumentos. Lojas comerciais, comerciantes do mercado, ambulantes e feirantes, todos compõem o “comércio” do centro da cidade. E em termos comerciais, trata-se de uma espécie de simbiose entre as modalidades de comércio pois, é no conjunto que este comércio (do centro do Recife) se faz mais atrativo à população que recorre ao centro como local de compra. Neste sentido, as atividades comerciais do mercado importam para o comércio do bairro tanto quanto o comércio do bairro (incluindo comércio ambulante) importa para o mercado.

No caso específico da área de estudo que trabalhei nessa dissertação, o mercado se insere como a centralidade de um conjunto urbano (trecho da malha), que apesar da diversidade arquitetônica, das edificações, apresenta certa uniformidade e continuidade de aspectos urbanísticos (composição e dimensionamento da malha urbana). Se considerado isoladamente, o mercado é a edificação que ocupa a maior área, no conjunto urbano que trabalho,

O mercado de São José ocupa uma área coberta de 3.541 metros quadrados. Mede 48,88 m de frente por 75,44 m de fundo. O prédio é formado por dois pavilhões, com 377 compartimentos de diversos produtos; 27 pedras de peixe; 34 barracas internas – para vender comidas e caldo de cana – e outras 70 espalhadas pela calçada do pátio. Atualmente, são 545 boxes no total¹⁸².

Sua altura, entretanto, não lhe confere grande visibilidade, exceto no entorno imediato no qual o mercado é a construção dominante. E na relação de escalas com as edificações que o cercam o aspecto de monumentalidade se perde na composição circunvizinha (composição da qual fazem parte a Basílica da Penha e outras edificações (algumas em estilo eclético) cuja altura se equipara ou se aproxima da altura do mercado). Quando digo que o mercado se insere como centralidade não me refiro à centralidade geométrica da área de estudo. Refiro-me ao fato de que, na área de estudo, é no mercado e em seu entorno que há uma maior concentração de ambulantes e, lá, é por onde passa, diariamente, o maior número de pessoas. A idéia de centralidade é reforçada na medida em que o mercado serve, ainda, como referência espacial para o conjunto urbano que o envolve. Uma das experiências que fiz durante a pesquisa de campo foi descer do ônibus na Avenida Guararapes e pedir para me indicarem o caminho para o Forte das Cinco Pontas. Em boa parte das vezes, as informações, sobre onde ficava o forte, passavam pelo mercado.

Além destes pontos que mencionei, é preciso pontuar a forte inserção do mercado de São José como ponto comercial, propriamente dito. Com um movimento médio diário que varia de duzentos reais (R\$ 200,00) a trezentos reais (R\$ 300,00) por “pedra de peixe”. O que significa que o setor de pescados do mercado de São José movimentava, aproximadamente, entre vinte e nove mil e setecentos reais (R\$ 29.700,00) e quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta reais (R\$ 44.550,00) por semana. Segundo a CSURB, semanalmente, são vendidos, ali, cerca de 1,3

¹⁸² <http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csurb/mercados.php> Acesso em 22/06/2006.

tonelada de peixe e 400 Kg de outros frutos do mar (crustáceos e moluscos). O setor de alimentação do mercado é um dos mais movimentados e atende sobretudo uma demanda local que busca alimentação a um baixo custo. Apesar desta inserção na vida econômica do bairro de São José, de janeiro de 2001 a janeiro de 2007, no Boletim Diário da Prefeitura da Cidade do Recife, são raras as notícias sobre o mercado de São José (alias, sobre qualquer um dos mercados públicos do recife) desvinculadas da questão turístico-cultural. É preciso não perder de vista que a importância turística do mercado coexiste com a importância do mercado enquanto equipamento urbano e capital de trabalho que permite a sobrevivência de um grande número de pessoas, direta e indiretamente. Os “turismólogos” podem até discordar mas, creio que seja, justamente, essa existência “independente” do turismo (voltada para o cotidiano e necessidades da população local) que faz o mercado atraente aos turistas que vêm ao Recife. E é a falta de clareza sobre esta questão que gerou e gera “pontos turísticos” como o Pátio de São Pedro.



Imagem 10. Igreja de São Pedro dos Clérigos/ Foto do autor, 2006.

O Pátio de São Pedro: Hoje tem espetáculo? Tem sim senhor.

Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade:
obrigada a permanecer imóvel e imutável
para facilitar a memorização,
Zora definhou, desfez-se e sumiu.
Foi esquecida pelo mundo.
Ítalo Calvino

O Pátio de São Pedro é a “estrela principal”, é a “janela da cidade”. Há décadas o Pátio da Igreja de São Pedro dos Clérigos vem sendo trabalhado pelos poderes públicos como um ponto turístico e como um local de visibilidade das políticas públicas voltadas para a cultura. Nos últimos anos, as principais ações foram: a criação da Casa do Carnaval, a inauguração do MAM no pátio (expansão do Museu Aluisio Magalhães que fica na rua da Aurora), mais recentemente (ainda em andamento) a restauração de várias casas do conjunto arquitetônico (um delas, provavelmente, abrigará um museu voltado para a cultura popular) e a instalação de uma tela metálica envolvendo a parte inferior do palco do pátio para impedir que “moradoras de rua”, junto com duas crianças, fizessem deste, sua morada. Mais uma vez os motivos que levaram à inclusão deste “espaço” neste trabalho estão ligados à forte inserção do referido “bem” (Pátio de São Pedro) nas políticas e ações patrimoniais dos poderes públicos.

Nesses mais de vinte anos que o Pátio de São Pedro vem sendo “requalificado”, diversos empreendimentos turístico-culturais foram implementados (restaurantes, cafés, agência de turismo, galeria de artesanato, etc.) com exceção dos bares (menos requintados), todos os negócios fecharam suas portas. O pátio não está integrado, de forma clara, às dinâmicas do bairro. Durante o dia, quando muito, serve como passagem para as pessoas que se deslocam pelas ruas do centro. À noite, mesmo com um uso quantitativamente intenso, a integração com o bairro,

também, não se firma. Uma vez que não há uma ligação do pátio com a população usuária (residentes e trabalhadores) dos bairros do centro (São José e Santo Antônio), tudo (empreendimentos e frequência para os eventos) fica a mercê de uma população visitante extremamente flutuante.

Acesso e valorização de ambientes com o pátio de São Pedro e ruas vizinhas. Esse acesso induziu ao que convencionou-se chamar de revitalização do citado pátio, que mostra algumas lacunas na sua implantação pela maneira como foram tratados os seus aspectos sociais. Casas foram desapropriadas, deslocaram-se atividades ligadas à comunidade residente (amolador de tesouras, flaneleiro, etc.), ali estabelecidas há muito tempo.

Para atender as funções eminentemente turísticas seu casario foi restaurado para abrigar galerias de artesanato e de artigos supérfluos e promoveu-se a implantação de manifestações folclóricas típicas da beira-mar, como a ciranda. A abstração do pátio em relação à sua vizinhança é tal que durante o dia ele acha deserto e estéril, povoando-se com a chegada da noite e das hordas de turistas.¹⁸³

Embora não ache elegante o tratamento de “hordas de turistas”, além do que, hoje, me parece destoante visto que a maior parte dos frequentadores noturnos é composta por recifenses, caminharei, um pouco, neste sentido de apontar questões ligadas à direção (planejamento) dada ao pátio através das ações de incentivo turístico-cultural, dos poderes públicos. Assim, pretendo dar visibilidade ao hiato que se abre entre as práticas e ações políticas e as dinâmicas sociais urbanas que se estabelecem como mediações cotidianas com o espaço.

Meu contato com o pátio começou durante a graduação no curso de história, como um frequentador noturno esporádico, à procura de lazeres noturnos. Dividia minhas noites de lazer (sextas-feiras, sábados e algumas Terças-Negras), basicamente, entre a rua da Moeda e o Pátio de São Pedro, sem qualquer pretensão de pesquisa. Somente no fim da graduação é que comecei a olhar para as ações políticas de incentivo à cultura como possível “objeto de pesquisa”. Para esta

¹⁸³ SILVA, Nehilde Trajano da. *Santo Antônio / São José: o centro histórico do Recife*. 1979. Mestrado em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

pesquisa, é que nos anos de 2005 e 2006 freqüentei com maior assiduidade este espaço. Pesquisei e acompanhei as notícias referentes ao pátio nos jornais impressos, virtuais e na televisão. Como precisava freqüentar o bairro de São José e Santo Antônio com grande freqüência, desde o início, um dos locais que dediquei especial atenção foi o referido pátio. Procurei entrar em contato com pessoas que trabalhassem diretamente no e com o pátio. E nas várias entrevistas que fiz reservei, sempre, um espaço para saber da relação destas pessoas com aquele espaço público de entretenimento e lazer.

Nessa pesquisa observei que há um descompasso entre as dinâmicas dos bairros de São José e Santo Antônio e do Pátio de São Pedro. Durante o dia, os bairros vivem a plenitude de suas “vitalidades” enquanto o pátio, morto, com exceção feita aos trabalhadores das restaurações e de alguns funcionários dos bares que estão trabalhando¹⁸⁴ lá, não passa de local de passagem. Durante a noite, a situação muda. O bairro deixado pelos trabalhadores, com muitas ruas às escuras (devido a problemas com a iluminação pública em alguns trechos) e com seus moradores reclusos, devido à violência, em nada lembra àquele espaço movimentado de algumas horas antes. Por volta das nove horas da noite (21:00) começam a chegar pessoas que, a partir das dez da noite (22:00) assistirão a algumas atrações culturais.

Além de eventos especiais e das programações voltadas para os ciclos festivos (carnavalesco, junino e natalino), a municipalidade investe numa programação permanente de shows e apresentações. O “VEM PRO PÁTIO” abarca os projetos *Terça-Negra*, uma parceria com entidades não governamentais ligadas às causas e movimentos da população afro-descendente e com o Movimento Negro Unificado – MNU; *Ciranda e Dançando no Pátio* que ocorrem nas sextas-feiras levando, para o público, ciranda, seresta, choro, jovem-guarda, etc; e o

¹⁸⁴ Devido ao baixíssimo número de clientes, durante o dia, estes funcionários estão mais preparando o bar para a noite que propriamente atendendo clientes.

projeto *Sábado Mangue* que promove apresentações de diversos grupos e estilos musicais ligados à “nova cena musical pernambucana” pós Manguébit (Manguebeat). Durante o ano de 2006, nas quartas e quintas-feiras também houve “espetáculos”. Em 2005 formou-se um grupo de defesa do Forró-pé-de-serra (com direito a lançamento de manifesto e tudo) por conta deste movimento passou a ocorrer o Forró no Pátio, nas quintas-feiras. Por incentivo da prefeitura ou, por algo similar ao que se deu com o forró, nas quartas-feiras o pátio foi reservado para o samba e pagode.

Os investimentos, contínuos, no pátio de São Pedro vão para além das reformas físicas e das promoções das apresentações culturais, uma parte dos investimentos se dá na forma de divulgação e promoção da imagem do pátio (peças publicitárias institucionais). Apesar de todo esse investimento, orientado pelas diretrizes do “planejamento estratégico”, duas metas, constantes de todo projeto de “requalificação” urbana, estão longe de serem atingidas, Integração e sustentabilidade. Como apontamos, no que diz respeito à integração, o pátio encontra-se em desarticulação com o cotidiano de São José e Santo Antônio. E com relação à sustentabilidade, até mesmo pela desarticulação que estou pontuando, se cessarem os gastos públicos com a promoção de eventos no pátio, certamente, haverá uma falência coletiva dos bares.

A desarticulação com o entorno (bairro de São José e Santo Antônio) se dá em vários níveis. No turno diurno, o isolamento (como oposição à integração) do pátio se dá devido a sua especialização turístico-cultural com ênfase no lazer. Como os bairros de São José e Santo Antônio, no turno diurno, primam por suas relações voltadas para o trabalho (produção, comércio, serviços, etc.), o pátio não se oferece às trocas nas relações que se estabelecem nesse trecho do “centro”. Além disso, o pátio devido à incidência solar e à ausência de árvores ou anteparos (para não comprometer a visibilidade dos bens patrimoniais) sequer é um lugar aprazível para a hora do almoço. A própria programação do pátio concorre para a não integração

com o bairro. Quando perguntei a um produtor cultural da prefeitura, se a programação do pátio contemplava a população do bairro de São José fui prontamente respondido,

Contempla porque muitas agremiações são do próprio Bairro e participam da programação tá entendendo? A própria programação do pátio é uma programação voltada para a cidade. Porque veja, não pode se fazer uma programação voltada para o bairro. A prefeitura não pode fazer só para o bairro, pros moradores do bairro de São José. Tem que fazer uma programação para a cidade do Recife. Em virtude do pátio de São Pedro ser um patrimônio cultural da cidade, ser um espaço cultural. Então ele beneficia os moradores do bairro de São José, Santo Antônio, de Boa Viagem, Casa Forte, da cidade inteira. Você vem aqui de noite, tem gente de todas as tri... os locais né? Não é só do bairro de São José. Beneficia todo mundo. Porque tem uma programação cultural boa e não uma programação cultural BREGA. Tá entendendo? Porque a brega, ela já tem o espaço dela, ela já tá marcada. E você não pode nem trazer uma Banda Camelô pra cá. Dá coisa de 5 mil, 6 mil pessoas [...] Aqui só cabem mil pessoas¹⁸⁵.

Antes de mais nada, gostaria de pontuar o pré-estabelecimento, na fala do depoente, da programação que contemple a comunidade de São José como sendo, necessariamente, “BREGA”. E este “BREGA”, também, como um julgamento em oposição a uma “programação boa”, de qualidade¹⁸⁶.

Concordo, plenamente, com Alfredo quando ele menciona o impedimento físico de pôr atrações como a Banda Camelô no Pátio de São Pedro. Entretanto, contemplar a população de São José (moradores e trabalhadores do bairro) não implica, necessariamente, em oferecer atrações bregas (estilo musical). Diz respeito mais à divulgação dos eventos para esta população (de São José) e por exemplo, oferecer atrações em horários (mais cedo) que permitam a

¹⁸⁵ Depoimento dado por Alfredo, morador do bairro de São José e funcionário público municipal ligado à Secretaria de Cultura. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 31 de março de 2006.

¹⁸⁶ Alfredo opera com a idéia de que “se o povo não tem cultura (bom gosto) é obrigação da prefeitura levar a cultura para o povo”. O depoente pretendia justificar a seleção das atrações do pátio que não atraem as pessoas do Bairro de São José. Em outras palavras não seria um problema das atrações em si mas, da população que não tem cultura para apreciar. Infelizmente o entrevistado só fez esta declaração quando o gravador já estava desligado.

freqüência dos trabalhadores do bairro. Com o comércio fechando as portas entre seis e sete horas da noite (18:00 e 19:00), é impraticável esperar pelas atrações que só subirão no palco às dez da noite (22:00). A promotora de eventos e atividades culturais, Marisa, da prefeitura não concorda com seu colega, Alfredo, que afirma que as atividades do pátio contemplam a população do bairro. Perguntada se as pessoas do bairro freqüentam o pátio, ela afirma que não.

Não. Não, quem vem pra cá, por isso também há necessidade de ter a oficina. Por isso a necessidade de ter a oficina ou um núcleo voltado pras pessoas daqui do bairro [...] Mas tipo... isso, quem freqüenta o pátio é, mais, gente de fora. Muito mais! Isso foi uma queixa recorrente entre algumas pessoas que eu conversei que é...

- “Ah! Você, mas você é ai do museu. Meu filho mesmo não pode entrar”.

- Porque não pode?

- “Não. Porque não vai de sapato”.

- Mas pode! Pode entrar.

- “E vai entrar no museu sem sapato”?

- Claro que vai...

As pessoas ficam receosas de vir. E aí, nossas ações vão ser nesse sentido. Desmistificar o museu e esse espaço aqui [pátio]. É uma queixa muito, muito comum, e eu entendo perfeitamente. Porque tem um show. Os shows são divulgados em todas as mídias mas cadê os cartazes no pátio convidando? Só tem dentro dos bares, cadê na associação de moradores, nas escolas do bairro¹⁸⁷?

De fato, minhas observações me levam a concordar com a opinião de Marisa. O próprio Alfredo mencionou que o público mais freqüente do pátio é composto por jovens universitários. As noites de maior movimento no pátio são as de Terça-Negra e de Sábado Mangue quando o pátio realmente fica tomado pelo público na sua maioria de jovens. Nas outras noites, a quantidade de expectadores se mostrou bem aquém, exceto quando se aproxima dos ciclos festivos. Por exemplo, o mês de junho, especialmente nas duas semanas que antecederam as festas juninas

¹⁸⁷ Depoimento de Marisa, produtora cultural que trabalha para a Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 25 de maio de 2006.

(2005 e 2006), a programação voltada para os ritmos “típicos” (forró, xote, baião, xaxado) movimentou as noites de quinta-feira no pátio.

Além da forma (pátio), com suas possibilidades e limitações - “E você não pode nem trazer uma Banda Camelô pra cá. Dá coisa de 5 mil, 6 mil pessoas (...) Aqui só cabem mil pessoas”¹⁸⁸, não observei qualquer relação entre a realização dos shows e o espaço ou arquitetura. Não observei nada que ligue o público (expectador dos shows) ao espaço e aos bens patrimoniais que o compõe. As pessoas que vão aos shows não estabelecem maiores relações com aquele espaço, não se voltam para as construções ou exploram quaisquer aspectos da arquitetura que circunda o pátio, o casario ou a igreja não exercem maior interesse nos expectadores, são volumes que “pouco importam”. Nas noites em que não ocorrem shows (Segundas-feiras e Domingos) o movimento no pátio é praticamente nulo, o mesmo se dá quando por algum motivo na há programação prevista. Nada indica que há alguma relevância, para o público, que as apresentações ocorram no Pátio de São Pedro. Neste sentido, seria indistinto para os frequentadores, a não ser pelo já estabelecimento, via marketing das políticas públicas, de um valor simbólico do Pátio de São Pedro como “palco cultural da cidade”, uma mudança do local de realização dos eventos. A própria Terça-Negra antes de 2002 já era promovida, pelas entidades ligadas à luta contra o racismo, em outros locais da cidade (proximidades da UNICAP-PE e rua do Lima em Santo Amaro); o público do Sábado Manguê também, antes de 2002 e das intervenções do pólo Alfândega, já tinha seu nicho na rua da Moeda, nas noites de Sexta e Sábado¹⁸⁹. Assim, de certa forma, a construção mais relevante daquele conjunto arquitetônico, apesar das luzes cênicas da igreja, é o pequeno palco instalado na parede oposta à igreja de São

¹⁸⁸ Depoimento dado por Alfredo, morador do bairro de São José e funcionário público municipal ligado à Secretaria de Cultura. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 31 de março de 2006.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Luiz Antônio Chaves de. Nem “Cara” nem “Coroa” eu quero é Moeda: o lazer e a identidade, entendendo a Rua da Moeda. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPÓLOGOS, 25., 2006, Goiânia. Anais vol. I... Goiânia: Universidade Católica de Goiás; UFG, 2006.

Pedro, e o fato dele estar no pátio não implica, imediatamente, na integração da atividade de lazer com o conjunto arquitetônico.

Constatando, pelas posturas e pela movimentação das pessoas, no pátio, em relação à igreja e ao casario, que o conjunto arquitetônico, tombado pelo IPHAN, não adquiri maior relevância nas dinâmicas de lazer e entretenimento noturno, perguntei à Marisa, uma das responsáveis pelas ações culturais relacionadas ao pátio de São Pedro, o que ela achava das ações culturais municipais para o pátio em relação ao patrimônio cultural,

Olha, Marisa [querendo evidenciar a opinião da cidadã, Marisa. E retirar qualquer ligação institucional do seu depoimento], acha isso sem futuro. Isso não vai valorizar o lugar. Pra mim não vai. FESTINHA! Festinha eeeeh! Uh! Vamos pra festinha no pátio! Tá, foi pro show no pátio. E daí? [...] Isso não vai funcionar. Entendeu? Tem que haver uma outra coisa que eu, ainda, não sei o que é. Mas que eu vou descobrir ... Que não seja só o show. Porque show não valoriza lugar nenhum. Pelo contrário, show pode até levar à degradação do lugar [...] Pode até ficar bonito. De noite, é legal, faz o lugar se movimentar mas em termos de patrimônio, de conservação do patrimônio e valorização do lugar, pra mim não funciona¹⁹⁰.

A promotora cultural demonstra perceber a efemeridade das relações que se estabelecem com o local através da promoção dos eventos festivos intermediados pelos poderes públicos. Nas noites de “festa” parte do casario e a igreja permanecem fechados, o público, com influência da disposição espacial do palco em relação ao pátio, dá as costas para os “bens tombados” e se movimenta, quando se movimenta, o faz, basicamente, em relação ao palco (afastando-se ou aproximando-se). Não é comum ver pessoas ou grupos circulando e interagindo pelo espaço. O padrão comum de movimentação que eu observei é bastante restrito. As pessoas entram no pátio (raramente pelos acessos laterais da igreja) e se posicionam, exceto os que procuram as cadeiras e

¹⁹⁰ Depoimento de Marisa, produtora cultural que trabalha para a Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor no bairro de São José. Recife, 25 de maio de 2006.

mesas dos bares (mesmo estes viram as costas para o conjunto arquitetônico), ou bem em frente ao palco ou formando um semicírculo circunscrito pelo casario e pelo gradil da igreja. Depois que se estabelecem num setor, do pátio, a maior parte das pessoas permanece neste setor até a hora em que vão embora.

Diferente do que ocorria na rua da Moeda, antes do Pólo Alfândega, que independente de qualquer apresentação (show), promovida pela iniciativa privada ou pública, atraia grupos de jovens em busca de entretenimento e lazer, em relação ao pátio de São Pedro, não se pode falar de uma identificação deste com qualquer um dos grupos que o freqüentam. De certa forma, a identificação cultural do Recife com o pátio de São Pedro existe mais nas peças publicitárias da prefeitura e da Rede Globo Nordeste do que nas práticas cotidianas, o que é uma lastima para os donos e funcionários dos bares do pátio, que viverão sob a dependência da continuidade das políticas de marketing cultural da prefeitura, voltado para o pátio. Enquanto não for diminuída a separação entre o pátio e o bairro (integração) não haverá “sustentabilidade”¹⁹¹ para aquele equipamento. Ou seja, enquanto o pátio não se voltar para as pessoas do bairro, e não se inserir nas tramas relacionais do bairro, nos períodos diurno e noturno, ele não terá vitalidade para uma existência independente das políticas públicas para o turismo e cultura.

¹⁹¹ O conceito de sustentabilidade se for considerado nos termos propostos inicialmente pelos ecologistas, apresenta certos problemas para ser aplicado a um objeto urbano. Portanto ele está sendo utilizado aqui de forma a contemplar apenas alguns aspectos da sustentabilidade econômica. Em outros termos, que o tal aparelho urbano tenha um uso econômico suficiente para manter os bares e a estrutura de atratividade de forma independente dos investimentos públicos.

Considerações Finais

Conforme tentamos demonstrar no corpo deste trabalho, a conceituação de “patrimônio”, calcada na objetificação da cultura, da história e da nação tem por base a consideração de valores e características tidos como imanentes dos “bens culturais” (da própria cultura e história). Ocorre que o tombamento e as demais medidas de preservação, que resultam em uma hierarquização das construções e dos espaços, pressupõem a relevância das edificações para uma dada coletividade e prescreve o respeito desta coletividade para com a edificação ou espaço em questão.

Deste modo, no plano discursivo constrói-se imagens e representações de uma coletividade como um todo homogêneo (pernambucanos, recifenses, brasileiros), com uma história, cultura e arte comuns, referenciadas por tais “bens culturais”. Nesse tipo de discurso tal coletividade é submetida ao respeito e apreciação de “seu patrimônio”. Trata-se, pois, da imposição simbólica do reconhecimento deste patrimônio sob pena de ser reconhecido ou não como parte da coletividade representada através dos “bens culturais”.

O primeiro ponto relevante a que chego, ao considerar o “patrimônio cultural” uma construção (conceito e categoria analítica), é que sua apreensão e percepção não se dão de forma homogênea, menos ainda de forma universal. Dito de outra forma, sendo uma construção intelectual, concebida pelos segmentos da elite letrada, não se pode considerar uma categoria ou conceito nativos, na medida em que não se trata de uma categoria ou conceito que todos os membros destas coletividades reconheçam e usem nas suas mediações com o “mundo”, isto é, nas formas de dar sentido e significado a uma determinada realidade.

Como apontei no último capítulo, a pesquisa de campo permitiu vislumbrar um hiato contido entre as formulações intelectuais em torno do conceito de patrimônio e as práticas dos

usuários do bairro de São José, que em quase nada refletem as preocupações dos intelectuais recifenses em relação à importância do passado histórico desse bairro. Neste ponto o trabalho de pesquisa contribuiu para mostrar as divergências (embora possa haver, também, convergências) entre a construção “ideal de patrimônio” e a própria “realidade” cotidiana de parte da população usuária do bairro de São José. Com efeito, as categorias de classificação nativas voltadas para o passado, memória e tradição do bairro parecem se basearem em outros princípios. Ora, os comerciantes ambulantes, boa parte do comércio popular formal, os guardadores de carro, na maior parte dos casos não fazem uso desta categoria / conceito “Patrimônio Cultural” para intermediar suas relações sociais com a “cidade”. Em outras palavras, esta população não norteia suas relações com a “cidade” e seus “bens patrimoniais” através dos ideais de “patrimônio cultural”, e sim pelas possibilidades de respostas que a “cidade” oferece para o suprimento de suas demandas de sobrevivência básica. Em geral a mediação mais direta e presente entre estes homens e mulheres com o bairro é realizada por meio do trabalho. E é em torno do trabalho que eles narram suas memórias, suas inserções e vivências em São José.

Deste modo, os aspectos “patrimoniais”, “culturais” e “turísticos” emergem indiretamente por influência, sobretudo, da presença de tais aspectos na mídia e nas ações governamentais, nos discursos para o implemento das vendas (no caso dos comerciantes de artesanato), ou como no caso de Paulo como uma apropriação do discurso midiático como “garantia” de continuar seu trabalho. Vale a pena ressaltar que se tratam de valores externos incorporados nas estratégias de sobrevivência material de determinados indivíduos. Quando invocam tais valores é muito mais para justificar uma legitimidade e pertença em relação ao espaço do que, propriamente, uma convicção sobre valores e relevâncias do “patrimônio” e da “cultura” do bairro.

Outro aspecto significativo que esta pesquisa explicitou foi uma diversidade de formas de apropriações que os indivíduos realizam na cidade e que, embora, nunca se concretizem como

propriedades de fato e de direito caminham nesta direção. Em tais operações de apropriação estão envolvidas disputas “territoriais”, comercialização (como propriedades) do solo urbano (“pedaços de chão” das vias públicas) e sobretudo uma noção de herança patrimonial no sentido mesmo de “bens de raiz”. Sem qualquer documentação e à margem de qualquer legalidade ou oficialidade os pontos de venda, as vagas de estacionamento são deixados para as gerações seguintes. São nesses termos da sobrevivência cotidiana que se desenvolvem histórias, afetos e apegos, enfim, são nesses termos que muitos espaços urbanos são definidos e significados.

Em todo o trajeto de desenvolvimento do conceito de patrimônio, desde Henri Gregoire que acusou o “vandalismo” das “massas” populares francesas, Riegl que reafirmou a “ignorância” da população incapaz de reconhecer e perceber os valores intrínsecos dos monumentos, passando por Freyre e demais artífices do “Patrimônio Nacional Brasileiro”, vemos a perplexidade da “intelectualidade” em relação ao descaso e não reconhecimento da “importância” do patrimônio por parte da “população”. Cada vez mais se reitera esse tipo de discurso, especialmente, nos programas de educação patrimonial, de que preservar é uma questão (unicamente) de informação. Claro que sem a informação (conteúdo) não faz sentido falar de preservação de bens culturais. Contudo, o dito descaso e o desrespeito em relação ao patrimônio dizem respeito, também, a uma impropriedade da afirmação, conceitual, da coletividade e universalidade de noções e valores fundamentais do conceito de “Patrimônio Cultural” – identidade, representatividade, história, cultura, etc. Insiste-se, ao menos no Brasil, nas afirmações da ignorância populacional, em relação à cultura, história e arte, como entrave para a preservação e para o reconhecimento dos “valores” do patrimônio. Com isso, evita-se o reconhecimento de que o próprio processo de elaboração conceitual e sobretudo as práticas e políticas patrimoniais, em muitos momentos, não referendam um quantitativo significativo das populações para as quais se dirige. Em outros termos, temos que, sobretudo para o dito

patrimônio edificado, o “patrimônio cultural” passa ao largo das historicidades, das identidades, representatividades e pertinências reconhecidas e estabelecidas por grande parte da população.

E aqui parece residir um dos paradoxos dessa discussão. O reconhecimento do “patrimônio” como uma categoria analítica “ética” obrigaria, uma reflexão sobre os pressupostos e critérios de estabelecimento do “patrimônio”. Pois, enquanto categoria “ética”, construída pela “intelectualidade”, ela se destina à própria “intelectualidade” e para um grupo, mais ou menos amplo, para quem esta “intelectualidade” discursa. O problema reside exatamente no fato de que esta categoria tem, conceitualmente, a premissa e pretensão de ser pertinente à toda diversidade de grupos e segmentos populacionais (posto que pretende referendar grupos no contexto de uma coletividade ampla – a nação). Ao contrário do que já se passou com outras categorias “éticas” (tiveram suas limitações descritivas e aplicativas reconhecidas e portanto suas validades flexibilizadas), o “patrimônio”, segue com suas “validades” descritivas e aplicativas distantes de qualquer flexibilização. Nestes termos, o não reconhecimento do “valor” de determinado bem cultural segue, forçosamente, sendo um “defeito” dos indivíduos e não uma incongruência, em relação à “realidade” do indivíduo, por parte do conceito, da categoria, das práticas ou dos critérios de identificação, classificação ou gestão do “patrimônio”.

É preciso admitir que, em vez de, procurar encaixar as “realidades” nos containeres conceituais (patrimônio material e imaterial, bem histórico, de belas artes, bem etnográfico, etc), nos formulários técnico-administrativos, e nas previsões legais do “patrimônio cultural”, às vezes, é mais coerente reconstruir conceitos, formulários, legislação e, sobretudo, critérios e práticas com o intuito de evitar o afastamento entre o “patrimônio ideal” e a “população” para a qual ele se destina. Neste sentido, em certos casos, construir um outro “patrimônio”, também ideal mas que se aproxime mais das práticas e usos simbólicos e materiais de uma maior

diversidade populacional (social, étnica, cultural), seria uma possibilidade viável de estabelecimento de ligações entre a “população” e o “patrimônio”.

Já foi mencionado o caráter nostálgico e distintivo construído e afirmado para o “patrimônio pernambucano”. Gilberto Freyre procurou enobrecer Pernambuco construindo um “passado ideal”. Para tal, efetuou, inclusive, analogias entre a sociedade colonial pernambucana e o feudalismo europeu, atitude estranha para quem se valia do contato com Franz Boas para a construção de sua autoridade discursiva (no tocante a esta analogia parece ter se afastado das lições sobre o *particularismo histórico* desenvolvido e defendido por Boas). Foi apontada, também, a separação que se realizou, discursivamente, entre a “Sociedade Pernambucana” e o “pitoresco” das expressões e manifestações da população negra, indígena e pobre da Capitania de Duarte Coelho. Este estabelecimento, discursivo, de lugares diferentes para a “Sociedade Pernambucana” e para a chamada “cultura popular” reforça a idéia de uma incongruência embrionária da construção do “Patrimônio Cultural” em Pernambuco no que diz respeito à pertinência e ao pertencimento dos “nossos” “bens patrimoniais” pois, o “patrimônio histórico-cultural” de Pernambuco foi constituído de forma a referendar, majoritariamente, a dita “Sociedade Pernambucana” não tendo a mesma eficácia para representar e referenciar a diversidade cultural e social da “coletividade pernambucana”.

Durante a maior parte do tempo de atuação do Serviço ou Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os bens culturais edificados pernambucanos cristalizaram, com alguma ressalva para as edificações religiosas, uma história e um passado de onde se “retira” a participação dos segmentos médios e populares. Restando a estes segmentos admitir e apreciar os “valores” agregados aos segmentos mais abastados da “Sociedade Pernambucana”. Além destes pontos que levanto, ressalto também que a precariedade das condições materiais, da maioria da população, em suprir necessidades mais imediatas e “vitais” dos indivíduos, é um empecilho para

o assentamento do “patrimônio cultural” (como se estabeleceu até o momento) como uma mediação relevante entre os segmentos menos favorecidos da sociedade. Ora, para reconhecer e usufruir dos “valores” propostos para o “patrimônio” é preciso ter a oportunidade de distanciar-se das demandas da sobrevivência cotidiana. A apreciação e o deleite estético, artístico, identitário e histórico é um “luxo” negado a grandes parcelas da população por meio do enredamento no ciclo de produção e subsistência.

Em São José há configurações sócio-espaciais que dão ensejo a uma diversidade de usos e apropriações do bairro, e são estes diversos usos e apropriações, formais e informais, que mantêm o bairro nas dinâmicas sociais, econômicas, simbólicas e afetivas da cidade. Em outras palavras são os usos e apropriações que garantem sua vitalidade urbana. Tal manutenção não se dá, necessariamente, ao acaso ou aleatoriamente, tampouco é fruto de um planejamento ou de ações, externamente, coordenadas. A inserção e manutenção do bairro nas dinâmicas urbanas é fruto da ação de múltiplos agentes que se concatenam no cotidiano urbano que é a própria “dimensão urbana”. Não apenas vendedores, formais ou informais, nem apenas os trabalhadores de qualquer empresa que tenha sede no bairro mas, toda sorte de pessoas que pelos mais diversos motivos se dirigem ao bairro, todos estes é que fazem do bairro um espaço “vivo”. A dinâmica urbana se dá justamente dos encontros e desencontros de interesses, desejos e necessidades da diversidade humana e social que se insere num determinado espaço. Neste sentido tem toda razão Henri Lefevre quando chama a atenção para “simultaneidade” (de tempos, de espaços, de agentes, de modos de vida, etc) como princípio fundamental para um entendimento sobre o “urbano” ou a “cidade”. Ainda segundo este autor, somente quando formos (qualquer um que se proponha a agir e pensar sobre a cidade) capazes de pensar, refletir e agir em acordo com este princípio, é que poderemos falar de uma “ciência da cidade”. Assim, a revitalização da “cidade” ou do “urbano” passaria, necessariamente, pela reativação ou recuperação desta “simultaneidade”. Desta forma,

de maneira geral, as estratégias e planejamentos urbanos que vêm sendo desenvolvidos pelo urbanismo do *planejamento estratégico* ou da “*cidade do empreendimento*”¹⁹², uma vez que se concentram em certos aspectos (valorização cultural e produção e acumulação de capital), tendem a enfraquecer (desarticular) o “urbano”.

Nesta perspectiva analisei dois dos equipamentos urbanos presentes na área de estudo, o Mercado de São José e o Pátio de São Pedro. O primeiro, um equipamento que envolve uma diversidade de indivíduos e usos, que como foi aqui apontado, escapam, não de todo, ao controle dos sujeitos institucionais. O segundo, devidamente ordenado pelas agências dos sujeitos institucionais, com usos especializados e com um “trabalho” de orientação que tende a determinar os usuários. O mercado conquista, através de sua própria dinâmica, possibilidades de outros usos ligados ao aproveitamento dele como atração turística (incrementada pela ação institucional). É na “simultaneidade” desses usos e aproveitamentos que reside sua inserção na trama de relações sócio-espaciais da cidade, o que garante sua vitalidade urbana (que se expressa na frequência dos indivíduos ao espaço e no volume (e variedade) de “trocas” que estabelecem com e no espaço). O pátio, por sua vez, teve a variedade e as possibilidades de apropriações e usos controladas por meio das políticas públicas e das ações de revitalização. O planejamento urbano estabeleceu uma orientação, exclusiva, de uso e aproveitamento daquele espaço, uso turístico-cultural com ênfase no lazer. Este exclusivismo tem delineado uma “separação” deste equipamento em relação às dinâmicas urbanas do seu entorno. Tal separação dificulta o estabelecimento de usos e apropriações e por conseguinte enfraquece o que estou chamando de vitalidade urbana. E neste sentido, mina não só as possibilidades de outros usos como dificulta o estabelecimento dos próprios usos planejados para o espaço.

¹⁹² HALL, Peter. *As cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. p. 407-428

Neste trabalho tive a oportunidade de mostrar que a freqüência ao Pátio de São Pedro está atrelada à permanência de uma política de incentivo e subsídio deste espaço como equipamento de lazer, e que sem tais incentivos o pátio não se sustentaria, tampouco os bares que nele funcionam, pois não se verifica nele uma dinâmica urbana (proveniente de usos e apropriações) que se possa afirmar como própria do pátio. A deficiência na orientação de uso deste equipamento pode ser apontada pela grande variação na freqüência dos usuários, variação em termos de sazonalidade da freqüência que se liga aos ciclos festivos (carnaval, festas juninas e ciclo natalino), variação da freqüência em relação à adesão do público à programação, neste caso há uma adesão forte à Terça-Negra e ao Sábado Mangue ficando os outros dias de programação, de maneira geral, com um público bem menor e sobretudo, a variação de freqüência em relação aos turnos diurno e noturno onde, durante o dia, praticamente, não se verifica a freqüência de usuários de qualquer espécie.

Após estas últimas considerações e diante da perspectiva atual de se realizar, no Recife, um vultuoso projeto de reestruturação urbana orientado pelo quadro teórico do *planejamento estratégico*, resta reafirmar a necessidade manter o exercício de reflexão sobre o papel e os usos do “patrimônio cultural” em relação à “cidade”, o exercício de reflexão sobre as ações de planejamento e gestão da cidade e até, sobre o próprio entendimento do que seja e de como funcione a “cidade”. Pois, não há para as ações de revitalização urbana um valor absoluto do patrimônio ou da cultura para justificar, consensualmente, e à revelia das considerações dos usos e “valores” de sobrevivência, as reformas urbanas que pretendam especializar as cidades para o consumo cultural e turístico. Neste sentido, os urbanistas, legisladores e gestores precisam ter em vista que suas intervenções (escolhas) urbanas se interpõem incisivamente sobre as mediações sociais que se estabelecem no cotidiano e que, por sua vez, estabelecem as possibilidades de sobrevivência de indivíduos na cidade. Da mesma forma, o conceito de patrimônio, pensado

enquanto categoria operativa no discurso acadêmico, quando trazido e aplicado para a realidade dos usuários de determinados espaços, carece de ser revisitado questionado criticamente, no âmbito de seus limites e alcances.

Referências Bibliográficas

Livros e Artigos

- APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FETHREASTONE, M. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 311-327
- ARANTES, Antônio A. (org.). *Espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000. 304p.
- ARANTES, Antônio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 189p.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 192p.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 4ª Edição, - Campinas, SP: Papirus, 2004. 111p.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Niterói: o meio natural, o meio urbano e a imaginação como valores para a preservação. In MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELLOS Eduardo Mendes (orgs), *Cidade e imaginação: uso do espaço*. Rio de Janeiro, UFRJ/ FAU/ PROURB, 1996.
- AZEVÊDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, PB, - Secretaria de educação e cultura da Paraíba, 1984. 270p.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 1ª Ed. 7ª tiragem. - São Paulo: Martins Fontes, 2005. 242p.

- BANDEIRA, Manuel. *Antologia Poética*. 12ª edição, - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 226p.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3ª edição, 2ª reimpressão, - São Paulo, SP: ed. Brasiliense, 2000. 271p.
- BÉRGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2ª Edição, - São Paulo: Martins Fontes, 1999. 292p.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. 1ª edição, - Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2002. 63p.
- BORDE, Andréa Pessoa. Os caminhos das cidades. In MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELLOS Eduardo Mendes (orgs), *Cidade e imaginação: uso do espaço*. Rio de Janeiro, UFRJ/ FAU/ PROURB, 1996.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9ª ed. - Sao Paulo: Companhia das Letras, 2001. 484p.
- BOURDIEU, Pierre, 1930 – 2002. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição Bourdieu, - São Paulo: perspectiva, 2005. 361p.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 2ª edição. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 150p.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3ª edição/3ª reimpressão. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 141p.
- CASTELLS, Manuel. *A questão Urbana*. 1ª reimpressão Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2000.
- CAVALCANTI, Sylvia Tigre de Hollanda; CRUZ, Antônio de Menezes e. *O azulejo na arquitetura civil de Pernambuco: século XIX*. São Paulo: Metalivros, 2002. 191p.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. as artes de fazer*. 10ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 351p.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar*. - 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 372p.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. 3ª edição. – Campinas, SP: Papyrus, 1995. 253p.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 1ª reimpressão. - São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001. 282p.
- CHOAY, Françoise. *Urbanismo: utopias e realidades*. 4ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 1997. 350p.
- CORBUSIER, Le. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. *Patrimônio Cultural: proteção legal e constitucional*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. 168p.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966. 232p.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. 1ª Edição. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224p.
- FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes (orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 260p.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19ª edição, - São Paulo: Edições Graal, 2004. 295p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2004. 79p.
- FREIRE, Gilberto. *Artigos de Jornal*. - Recife – PE: Edições Mozart.
- FREIRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 3ª edição. - Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1961. 182p.
- FREYRE, Gilberto. *Oh de casa! em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Rio de Janeiro: Artenova ; Recife : IJNPS, 1979. 169p.

- FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918 -1926)*. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 1. 385p.
- FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918 -1926)*. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. v. 2. 400p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. 147p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: historia e desafios*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 108-123
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. 197p.
- HALL, Peter. *As cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. 550p.
- HARVEY, David. *Espaços da Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382p.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 14ª edição. – São Paulo: Edições Loyola, 2005. 349p.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital: 1848 - 1875*. 8ª edição – Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1996. 459p.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios: 1875-1914*. 5ª edição – Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1988. 546p.
- INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v.1, 271p.

- INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Guanabara, RJ: Gráfica Tupy Editora, [19--]. v.2, 429p.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes, 2001. 145 p.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. 2ª reimpressão, - Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004. 178p.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora da UFS, 2004. 342p.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1996.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 227p.
- MACIEL, Tânia Barros. A influência das relações norte-sul no planejamento do espaço. In MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELLOS Eduardo Mendes (orgs), *Cidade e imaginação: uso do espaço*. Rio de Janeiro, UFRJ/ FAU/ PROURB, 1996.
- MATOS, Almícar Dória. *Bairro de São José: um itinerário de saudade*. Recife: Comunigraf Editora; Prefeitura da Cidade do Recife, 1997. 62p.
- MATTA, Roberto da. *A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4ª Edição. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 177p.
- MENEZES, José Luiz Mota. *Dois monumentos do Recife: São Pedro dos Clérigos e Nossa Senhora da Conceição dos Militares*. 1ª Edição. - Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984. 74p.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta*. 15ª edição, - Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1981. 144p.
- MOTTA, Lia. Cidades Mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 124-155

- MUNFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Memórias do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: historia e desafios*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 156-173
- PITANGUY, Yedda. Cidade, projetos e cotidiano. In MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELLOS Eduardo Mendes (orgs), *Cidade e imaginação: uso do espaço*. Rio de Janeiro, UFRJ/ FAU/ PROURB, 1996.
- RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife / Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. VASCONCELOS, Ronald Fernando Albuquerque; BEZERRA, Onilda Gomes. *Atlas ambiental do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife / Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000. 157p. : il.
- RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Atlas do desenvolvimento humano do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2005.
- REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife FUNDARPE, 1997. 204p.
- RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. 2ª Ed. – Madrid: Visor, 1999. 99p.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da Cidade*. 1ª edição 2ª tiragem, - São Paulo: Martins Fontes, 1998. 309p.
- RUSKIN, John. 1819 -1900. *The seven lamps of architecture*. Reprint. 1st edition. – Mineola, NY: Dover Publications, 1989. 222p.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira; VOGEL, Arno (coords.). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3ª ed. – São Paulo: Projeto, 1985. 152p.

- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. Perto dos Olhos, longe da razão: aspectos do design e do habitat informal nas grandes metrópoles. In MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELLOS Eduardo Mendes (orgs), *Cidade e imaginação: uso do espaço*. Rio de Janeiro, UFRJ/ FAU/ PROURB, 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. 4ª Edição, - São Paulo: EDUSP, 2004. 386p.
- SETTE, Mario. *Maxambombas e maracatus*. Rio de Janeiro, Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1958. 333p.
- SILVANO, Filomena. *Antropologia do espaço: uma introdução*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 2001. 96p.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. 1ª edição São Paulo: Ática. 1992. 239p.
- VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 180p.
- VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 144p.
- VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 133p.
- YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres: A revolução do micro-crédito que ajudou os pobres*. Rio de Janeiro: ed Ática, 2000. 344p.

Periódicos

- ALFONSO, María José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. *Antropológicos / UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.*- 9, n. 20 (2003). Porto Alegre: PPGAS, 2003. p. 97-115
- CARVALHO, Marcos Bernardino de. O urbano vai além das cidades. In: *Margem / Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*- N. 1(mar. 1992) – São Paulo: Educ/CNPq, 1992. p. 93-101
- FREHSE, Fraya. Cartões postais paulistanos da virada do século XX: problematizando a São Paulo “moderna”. In: *Horizontes Antropológicos / UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.*- ano 6, n. 13 (2000). Porto Alegre: PPGAS, 2000. p. 127-153
- INGOLD, Tim; KURTTILA, Terhi. Perceiving the environment in finish Lapland. In: *Body & society / SAGE Publications, London; Thousand Oaks; New Delhi, v. 6 (3-4), p. 183-196, 2000.*
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. Patrimônio: olhares e sentidos. In: *Caderno Pós Ciências Sociais / Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.*- v.1, n.2, 2004. – São Luís: EDUFMA, 2004. p. 43-52
- MENEZES, Marluci. Do espaço ao lugar. Do lugar as remodelações sócio-espaciais. In: *Horizontes Antropológicos / UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.*- ano 6, n. 13 (2000). Porto Alegre: PPGAS, 2000. p. 155-175

- PITTA, Danielle Perin Rocha; NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes (orgs). Imaginário e Localismo Afetual. *Revista de Antropologia*. Recife, Editora da UFPE, Série Imaginário, Vol. I, Nº, 1. 1995.
- RODRIGUES, Marly. Uma civilidade elegante: Patrimônio e urbanidade. In: *Margem / Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*.- N. 1(mar. 1992) – São Paulo: Educ/CNPq, 1992. p. 31-49
- TALAVERA, Agustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos / UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*.- 9, n. 20 (2003). Porto Alegre: PPGAS, 2003. p. 31-57

Periódicos on-line

- CARVALHO, M de. A cidade global: anotações críticas de um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, 2000. p. 70 – 82. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000400008&lng=pt&nrm=iso
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In: *Revista Brasileira de ciências sociais*. São Paulo, v.17, n.49, junho 2002. p.115-172. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=pt&nrm=iso
- MELÉ, Patrice. Sacralizar el espacio urbano: el centro de las ciudades mexicanas como patrimonio mundial no renovable. *Alteridade / Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa. División de Ciencias Sociales y Humanidades*.- 8 (16) (1998). Cidade de México: Departamento de Antropología, 1998. p. 11-26. Disponível em:
<http://www.uam-antropologia.info/alteridades.html>

Dissertações

LEITE, Maria Giovanna de Melo Pessoa. *Nas malhas do labirinto: um ensaio etnográfico sobre as lógicas de percursos no Bairro de São José*. Recife, CFCH-UFPE, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2002. 164p. (Dissertação de Mestrado em Antropologia)

MELO, Júlia Morim de. *Mais além da Rua do Bom Jesus: a revitalização do Bairro do Recife, as pessoas e outros usos do local*. Recife, CFCH-UFPE, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2003. 145p. (Dissertação de Mestrado em Antropologia)

ROCHA, Arthur Gilberto Garcéa de Lacerda. *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. Recife, CFCH-UFPE, Programa de Pós-Graduação em História, 2003. 128p. (Dissertação de Mestrado em História)

SILVA, Nehilde Trajano da. *Santo Antônio / São José: o centro histórico do Recife*. Recife, CAC-UFPE, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 1979. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)

Websites

- www.fundaj.gov.br
- <http://gallica.bnf.fr>
- www.grameen-info.org
- <http://www.mercadosaojose.com.br/>
- www.monumenta.gov.br/upload/monumenta/resumoexecutivo.pdf
- <http://www.pe.gov.br/>

- <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>
- www.recife.pe.gov.br/
- <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/>
- www.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/planoplurianual/plurianual2006/
- www.recife.pe.gov.br/diariooficial/
- <http://www.sedupe.pe.gov.br/asp/index.asp>
- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400008&lng=pt&nrm=iso
- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=pt&nrm=iso
- <http://www.uam-antropologia.info/alteridades.html>
- http://pt.wikipedia.org/wiki/prosper_M%C3%A9rim%C3%A9
- http://fr.wikisource.org/wiki/dictionnaire_raisonn%C3%A9_de_l'architecture_fran%C3%A7aise_du_XIe_au_XVIe_si%C3%A8cle_-_Tome_8%C2%BA_restoration

ANEXOS

ANEXO I

Investimentos Programa MONUMENTA

Composição dos recursos do Programa:

Entidade	Valor (US\$)
BID	62.500.000
Governo Federal	30.000.000
Prefeituras e/ou governos estaduais	32.500.00
Fundações, ONGs e patrocínios privados	

Custo e Financiamento (em milhares de US\$):

CATEGORIA	BID	CONTRA PARTIDA	CUSTO TOTAL DO PROGRAMA	%
ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	0	14,600	14,600	11.7
1.1 Administração e Supervisão	0	7,700	7,700	6.2
1.2 Estudos e Projetos	0	6,900	6,900	5.5
CUSTOS DIRETOS	36,695	16,405	53,100	42.4
2.1 Investimentos Integrados 1	36,695	16,405	53,100	42.4
ATIVIDADES CONCORRENTES	25,180	18,785	43,965	35.2
3.1 Fortalecimento Institucional	6,600	1,530	8,130	6.5
3.2 Promoção de atividades econômicas	3,900	3,620	7,520	6.0
3.3 Treinamento / Formação	4,080	3,790	7,870	6.3
3.4 Programas educativos	10,600	9,845	20,445	16.4
CUSTOS FINANCEIROS	625	12,710	13,335	10.7
4.1 Juros	0	11,700	11,700	9.4
4.2 Comissão de crédito	0	1,010	1,010	0.8
4.3 Inspeção e supervisão	625	0	625	0.5
CUSTO TOTAL	62,500	62,500	125,000	100
Parcela do custo(%)	50	50	100	100

Cidades que já são participantes do programa Monumenta:

Alcântara - MA Belém - PA Cachoeira - BA Congonhas - MG Corumbá - MS Diamantina - MG Goiás - GO Icó - CE Laranjeiras - SE Lençóis - BA Manaus - AM Mariana - MG Natividade - TO	Oeiras - PI Olinda - PE Ouro Preto - MG Pelotas - RS Penedo - AL Porto Alegre - RS Recife - PE Rio de Janeiro - RJ Salvador - BA São Cristóvão - SE São Francisco do Sul - SC São Paulo - SP Serro - MG
---	---

Só para o Recife, pelo programa MONUMENTA, foram destinados oito milhões, cento e oitenta e seis mil cento e quatorze reais (R\$ 8.186.114,00)

Fonte: <http://www.monumenta.gov.br/monumenta.php?id=21>

ANEXO II

Juiz federal suspende construção de edifícios no Cais de Santa Rita

O juiz substituto da 6ª Vara Federal, Georgius Luís Argentini Príncipe Credidio, determinou hoje (21) a suspensão das obras dos edifícios que vinham sendo construídos pela Moura Dubeux Engenharia no Cais de Santa Rita. O magistrado concedeu uma antecipação de tutela favorável ao Ministério Público Federal, que havia movido uma ação civil pública contra o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), o município do Recife e a Moura Dubeux. O objetivo da ação é proteger o conjunto arquitetônico dos bairros de Santo Antônio, São José e do Recife, que teriam a visibilidade e a integridade prejudicadas pela construção de dois prédios de 41 andares e um total de 134, 72 metros de altura cada um.

Os edifícios vinham sendo construídos nas proximidades do Forte das Cinco Pontas e de vários outros imóveis tombados. As obras estavam sendo levantadas no número 645 do Cais de Santa Rita. O projeto foi inicialmente indeferido pela Prefeitura do Recife, mas em seguida foi aprovado. Em sua decisão, o juiz federal Georgius Credidio levou em consideração que os prédios, após concluídos, iriam prejudicar um conjunto urbano que inclui a Casa da Cultura, o Museu Forte das Cinco Pontas, igrejas e as casas tombadas da área, o que torna relevante a preocupação com o patrimônio. "A tutela do patrimônio cultural, notadamente no plano do direito material, destina-se à conservação não somente de elementos individualmente considerados, como por exemplo um casarão tombado, como, também, de universalidades ou complexos de bens, cujo valor histórico é maximizado ou se sobressai quando considerados em conjunto, como por exemplo uma avenida ou um bairro", destacou, em sua decisão.

Caso a ordem judicial seja descumprida, está previsto o pagamento de multa diária de R\$ 15 mil. Entretanto, cabe recurso contra a decisão junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. As partes no processo deverão ser comunicadas da decisão para que possam fazer suas contestações.

Assessoria de Comunicação Social
Patricia Bandeira de Melo
Marcelo Schmitz
(81)3229.6169/9262.4118

<http://www.ifpe.gov.br/noticias/paginasusuario/publi104.html>

ANEXO III

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO:		A	B
Recife, de 2007			
Nome:		Idade:	
Ocupação:	Sexo:	M	F
Quando você pensa no bairro de São José do que você lembra?			
Quais as coisas mais importantes no Bairro de São José?			
O que você acha que é patrimônio histórico/cultural no bairro de São José?			
O que deve mudar e o que deve ser preservado no bairro de São José?		Deve mudar:	Preservado:
Você compra ou já comprou algo dos ambulantes?		SIM	NÃO
O que você acha dos ambulantes no bairro de São José?			
Obs: Questionário dirigido A significa que foi respondido por indivíduo que frequenta / usa regularmente o bairro de São José			
Questionário dirigido B significa que foi respondido por indivíduo que não frequenta regularmente o bairro de São José			